

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

NARA POLIANA DE SOUZA BANDEIRA DE MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO DO
REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**FORTALEZA
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

NARA POLIANA DE SOUZA BANDEIRA DE MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO E DEMOCRATIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO DO
REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

**FORTALEZA
2011**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

M486p Melo, Nara Poliana de Souza Bandeira de.

Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior : avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins / Nara Poliana de Souza Bandeira de Melo. – 2011.
171 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2011.

Área de Concentração: Políticas públicas.
Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.

1.Universidades e faculdades públicas – Política governamental – Avaliação – Palmas(TO). 2.Ensino superior e Estado – Palmas(TO). 3.Democratização da educação. 4.Universidade Federal do Tocantins. 5.Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

I. Título.

CDD 379.1214098117

NARA POLIANA DE SOUZA BANDEIRA DE MELO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, FINANCIAMENTO E
DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: AVALIAÇÃO DO
REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Data de Aprovação:_____/_____/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. (a):_____
Alcides Fernando Gussi (UFC/MAPP)
(Orientador)

Prof. Dr. (a):_____
(Membro)

Prof. Dr. (a):_____
(Membro)

**Aos meus pais e irmãos que me acompanharam
nessa jornada mesmo á distância.**

Agradecimentos

Ao meu orientador que não poupou esforços na orientação dos meus estudos e que me fez despertar para nunca mais parar de escrever.

Aos meus pais Aparecida e Dário, exemplos de honestidade e perseverança, e que se sacrificaram para dar a mim e aos meus irmãos uma educação consistente.

Aos meus irmãos Renata e Davy, por me apoiarem nesse momento e me dar tranquilidade para cumprir essa jornada.

Aos meus sobrinhos, Gabriel e Clara, que são os motivos pelos quais quero batalhar cada vez mais, para que eu possa contribuir com o futuro deles.

Aos meus colegas de mestrado, e também aos professores e funcionários que me acolheram com tanto carinho na cidade de Fortaleza, fazendo-me sentir em uma enorme família.

Aos professores, técnicos e alunos que colaboraram nesta pesquisa com seus depoimentos, contribuindo para que esta se tornasse possível.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me acompanharam nesta trajetória e me apoiaram com suas palavras de apoio, de conforto e de motivação.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira de. Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: Avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins. 2011 172 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, 2011.

RESUMO

Esta dissertação, de caráter qualitativo e quantitativo, teve como objetivo avaliar o REUNI na Universidade Federal do Tocantins, no Campus de Palmas. O programa compõe a política de expansão e democratização da Educação Superior. A pesquisa bibliográfica levantou títulos que discutem ainda a democratização da Educação Superior, avaliação de políticas públicas no Brasil e o contexto político e econômico em que se deu a expansão do ensino superior nas últimas décadas. A estratégia metodológica escolhida articulou dados quantitativos e qualitativos em prol de realizar uma avaliação em profundidade do programa. Assim, foram levantados dados econômicos, políticos e culturais sobre o estado do Tocantins e a Universidade Federal do Tocantins e da implementação do programa na instituição. Também foram realizadas pesquisa documental e entrevistas com os gestores, professores e alunos da UFT, com o objetivo de reconstruir a trajetória do programa na instituição. O estudo permitiu verificar que há diferentes concepções sobre o REUNI e que sua implementação na UFT não foi um consenso. A concepção de democratização presente no REUNI dentro da instituição está posta com enfoque no acesso, desconsiderando a necessidade de garantia da permanência. O estudo permitiu ainda verificar que o financiamento disponibilizado para a expansão proposta não é proporcional às atividades implementadas e não considerou o déficit existente nas universidades. A pesquisa de campo envolveu ainda o levantamento do perfil sócio-econômico dos alunos dos cursos criados a partir do REUNI. Do universo de 62 alunos que responderam ao questionários, os dados revelaram que os alunos na sua maioria são jovens, solteiros, não moram com a família, são provenientes de escola pública e possuem renda familiar de até três salários mínimos. Para levantar dados sobre o perfil destes alunos, foram realizadas entrevistas abertas com dez alunos entre os que responderam os questionários. Os resultados apontaram que o REUNI no limitado período analisado, mas que refletia um momento de expansão no ensino superior na UFT, não se observou uma tendência francamente democratizante no sentido de inclusão social e de distribuição de qualidade acadêmica independente dos condicionantes sociais.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas, Políticas educacionais, Democratização, REUNI-UFT.

MELO, Nara Poliana de Souza Bandeira de. Políticas Públicas, Financiamento e Democratização da Educação Superior: Avaliação do REUNI da Universidade Federal do Tocantins. 2011 172 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, 2011.

ABSTRACT

In this text, as qualitative and quantitative perspective, the goal is an evaluation the REUNI at the University of Tocantins, Campus of Palmas. The program makes up the policy of expansion and democratization of higher education. The literature up titles that still discuss the democratization of higher education, evaluation of public policies in Brazil and the political and economic context in which they gave the expansion of higher education in recent decades. The way chosen articulated quantitative and qualitative data in favor of performing a thorough evaluation of the program. Thus, data were collected economic, political and cultural state of the Tocantins and the Federal University of Tocantins and the implementation of the program at the institution. Were also conducted archival research and interviews with managers, teachers and students at the UFT, in order to reconstruct the trajectory of the program at the institution. The study shows there are different conceptions of the REUNI and its implementation in the UFT was not a consensus. The concept of democracy present in the gathered within the institution is placed with a focus on access, disregarding the need to guarantee permanence. The study allowed us to verify that funding for the proposed expansion is not proportional to the activities implemented and did not consider the existing deficit in the universities. The field research also involved the lifting of the socio-economic profile of students in courses created from the REUNI. The universe of 62 students who answered the questionnaires, the data revealed that students are mostly young, single, not living with the family, come from public school and have family income of up to three minimum wages. To collect data on the profile of these students, open interviews were conducted with ten students among those who answered the questionnaires. The results showed that reunited the limited period examined, but that reflected a time of expansion in higher education in the UFT, there was a trend towards democratizing of social inclusion and distribution of academic quality independent of social conditions.

Key-words: publics policies evaluate, educational policies, democracy, REUNI-UFT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Concepções de Avaliação	22
Quadro 2 - Relação de entrevistados – Gestores da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	29
Quadro 3 - Relação de Professores entrevistados	30
Quadro 4 - Relação de alunos entrevistados	31
Gráfico 1 - Idades dos alunos.....	140
Gráfico 2 - Sexo dos Alunos.....	140
Gráfico 3 - Naturalidade dos Alunos.....	141
Gráfico 4 - Cor da Pele dos Alunos	142
Gráfico 7 - Renda familiar dos estudantes	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Orçamentária da UFT no período de 2006 a 2009	114
Tabela 2 - Valores do Programa Brasil Universitário da UFT no período de 2008 a 2010.....	114
Tabela 3 - Recursos disponibilizados pelo REUNI para a UFT no período de 2008 a 2011.....	115
Tabela 4 - Alunos matriculados nos cursos de graduação por turno nas IFES no ano de 2008	121
Tabela 5 - Vagas nos cursos de graduação das IFES por turno no ano de 2008....	121
Tabela 09 - Exerce atividade remunerada.....	145
Tabela 10 - Estudantes beneficiários de Assistência Estudantil	145
Tabela 11 - Dificuldades para cursar o ensino superior.....	146

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANEP - Associação Nacional de Empresa de Pesquisa

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CONSUNI - Conselho Universitário

COPESE - Comissão Permanente de Seleção

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

FEPEC - Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FONAPRACE - Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assistência Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MAPP - Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

MARE – Ministério da Administração Pública e da Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organizações da sociedade civil de interesse público

PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNDU - Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEST - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX - Pró - Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFT – Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA	20
1.1 Uma discussão dos pressupostos conceituais e metodológicos da pesquisa	20
1.2 Os passos da pesquisa avaliativa sobre o REUNI da UFT	25
1.2.2 A trajetória institucional do REUNI na UFT	25
1.3 Triangulação e análise dos dados	32
2 DISCUTINDO O CONCEITO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	35
2.1 Retrospecto das discussões sobre democratização	35
2.2 Democratização da Educação Superior: O debate, percepções e concepções	37
3.1 A universidade, Estado e a sociedade brasileira	48
3.2 A expansão da Educação Superior no Brasil: entre o público e privado no Brasil	53
3.3 As políticas públicas de Educação Superior no contexto neoliberal	61
3.4 Pressupostos do Banco Mundial para as Políticas Públicas no Brasil: Suas repercussões na Educação Superior	65
3.5 Políticas de expansão e democratização do acesso à Educação Superior no Governo Lula	69
4 PROGRAMA REUNI: DIRETRIZES, CONCEPÇÕES E DEBATES	75
4.1 Objetivos, Diretrizes e estratégias do REUNI	75
4.2 As fundamentações teóricas e políticas do REUNI	79
4.3 Debate teórico e político em torno do REUNI	84
5 A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA REUNI NA UFT	94
5.1 Contextos: o Estado do Tocantins e a UFT	95

5.2 A implementação do REUNI : O Plano de Reestruturação da UFT dentro da instituição	100
5.2.3 Processo de construção do plano de reestruturação da UFT	101
5.2 Ações do REUNI na UFT	106
5.2.1 As metas e ações do Plano de Reestruturação da UFT	107
5.2.2 Financiamento para expansão da UFT	112
5.2.3 Expansão e Democratização do acesso	117
5.2.4 Expansão e Políticas de permanência para os estudantes	123
5. 4 A democratização do acesso ao ensino superior e a permanência: um debate	127
5.4.1 Diferentes concepções sobre o REUNI	134
5.5 Entre os novos alunos e novos cursos: avaliando os primeiros resultados do REUNI na UFT	138
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 150
 REFERÊNCIAS	 157
 APÊNDICES	 164

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema central a Educação Superior, com enfoque nas políticas públicas de expansão e democratização desse nível de ensino. Neste trabalho, tomamos como recorte de análise a política de Educação Superior no contexto atual brasileiro, trazendo ao debate as políticas de expansão do acesso e o financiamento desta expansão, com ênfase na atual política de expansão das universidades públicas federais, especificamente, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e a sua implementação na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

O REUNI é um programa integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹ e tem como proposta expandir e reestruturar o ensino superior público no Brasil. De acordo com as Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento da Educação, o REUNI tem como objetivo criar condições para ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

Segundo o MEC, ao lado da ampliação do acesso à Universidade, por meio do aumento do número de vagas oferecidas por cada Universidade Federal, também se desenvolve, através do REUNI, a preocupação em garantir a qualidade da graduação na educação pública e gratuita (BRASIL, 2007).

Dentro deste contexto, o REUNI surge como proposta de financiamento para expansão e democratização da Educação Superior por meio de investimentos nas Instituições Federais de Ensino. Neste sentido, é importante estabelecer uma relação entre as mudanças que o programa pode trazer para os vários grupos envolvidos e os efeitos dessa política para a Educação Superior e, mais especificamente, para as Universidades Federais. Como se verá, trata-se da proposta norteadora deste trabalho.

¹ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) é um conjunto de ações criadas pelo Governo Federal há dois anos para melhorar a qualidade do ensino no País. (BRASIL, 2007).

Na Universidade Federal do Tocantins-UFT, o REUNI concretiza-se por meio da aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão da UFT para o período 2008-2012, encaminhado ao Ministério da Educação e já está em fase de execução. O total de investimento na UFT é de R\$ 25.081.254,93 que, segundo a instituição, contribuirá para a consolidação dos novos cursos e para ampliação dos programas de pós-graduação, suportados por políticas efetivas de ensino, pesquisa e extensão. As ações do projeto de Expansão e Reestruturação desenvolvem-se nos Campi de Araguaína, Gurupi e Palmas, este último objeto de estudo nesta pesquisa. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007).

Em linhas gerais, o Programa propõe expandir o acesso à Educação Superior e, ainda, reestruturar a oferta desse nível de ensino, daí a relevância de uma investigação que procure apreender a singularidade deste contexto histórico, no intuito de avaliar a atual política pública para o ensino superior e suas tentativas de reformas educativas, analisando o significado das mudanças propostas.

Partindo desse contexto, a pergunta central que orienta esta dissertação é: quais são os limites e as possibilidades do programa REUNI na UFT como proposta de expansão e democratização do acesso à Educação Superior no Tocantins? Outros questionamentos sustentam a indagação principal: em que medida o aumento do aporte de recursos previstos pelo REUNI pode promover a expansão e democratização do acesso à universidade? Como se efetivam as propostas de democratização por meio do processo de interiorização e expansão da oferta de cursos noturnos na UFT²? O programa de expansão do acesso tem propiciado a inclusão de novos grupos sociais à universidade, e, se sim, em quais cursos? De que forma a comunidade acadêmica (gestores, professores e alunos) percebe o REUNI como programa de pretensão democratizante?

Para responder a essas perguntas, este trabalho tem como objetivo geral avaliar REUNI na UFT como uma política pública de expansão do acesso à Educação Superior no contexto do debate da democratização do seu acesso. Temos ainda, como objetivos específicos: analisar o movimento de expansão da Educação Superior no Brasil, com enfoque nas políticas públicas de democratização do seu acesso; construir a trajetória do programa REUNI na UFT, desde suas propostas, objetivos e metas até a sua implementação por meio do Plano de Reestruturação e Expansão da

² A criação de campi e ampliação de vagas no interior e aumento de vagas dos cursos noturnos estão contemplados nas diretrizes gerais do REUNI (BRASIL, 2007).

UFT no contexto das políticas públicas de Educação Superior e, especificamente, dos meandros institucionais da UFT; avaliar os primeiros resultados do REUNI na UFT com relação à democratização do acesso, analisando se e como o programa tem inserido novos e diferentes grupos sociais na universidade; por último, analisar, especificamente, como gestores, professores e alunos da UFT percebem o programa como pretendido instrumento de ampliação do acesso na Educação Superior.

O meu interesse pelo tema em destaque deu-se a partir da observação do atual momento histórico de expansão e democratização do ensino superior no Brasil por meio de políticas de democratização e expansão do acesso da população brasileira às universidades, notadamente na UFT, daí, faz-se relevante analisar a implantação destas políticas. Neste caso, vale salientar que o processo político encontra-se em movimento, o que torna a análise, ao mesmo tempo, atraente e complexa, ainda mais quando se leva em conta que a formulação e a implementação do REUNI ocorre simultaneamente à proposta de uma reforma universitária mais ampla, que ainda permanece indefinida. Dessa forma, com base na relevância da temática, tanto do ponto de vista acadêmico quanto político, que o desenvolvimento dessa pesquisa se justifica.

O Programa de Reestruturação das Universidades é uma política recente e, conseqüentemente, existe uma carência em relação a estudos sobre o processo de formulação e implementação, bem como das experiências das Universidades Federais. Todavia, Cunha (2007, p. 813) comenta que “ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente, por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior”. É nesse embate que se situa o presente trabalho.

Ressalta-se que a UFT insere-se nesse cenário de expansão da universidade por meio do REUNI. A universidade, com os seus sete campi mantêm-se dentre as 54 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do País, como uma das mais importantes da região Norte, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Vale salientar, também, que sua localização dá-se num dos estados mais pobres do Brasil e que apresenta um dos piores índices socioeconômico, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,710. É sabido que a melhoria do IDH depende diretamente do processo de educação e, conseqüentemente, da produção de

conhecimentos científicos e tecnológicos, tida como estratégica para o desenvolvimento do Tocantins (BRASIL, 2004).

Dessa forma, a relevância do estudo pode ser visto sob diversos aspectos: para a sociedade, com uma análise dos resultados dos trabalhos desenvolvidos pela Universidade Federal do Tocantins; para a Instituição, pois esta investigação permitirá à UFT, por meio da análise crítica e da compreensão de sua própria história, redimensionar suas políticas, seus objetivos e redirecionar seu planejamento imediato; e no plano pessoal, como servidora técnico-administrativa da Universidade, desde o ano de 2005, envolvida na administração das ações do Programa REUNI, por meio da possibilidade melhor desenvolvimento de atividades na Coordenação de Contratos da Instituição, que atualmente venho executando. Este estudo permite, ainda, o meu maior envolvimento com a Educação Superior não só do ponto de vista teórico, mas efetivamente vinculado à prática das políticas públicas adotadas na UFT e como motivação para prosseguir com pesquisas que possibilitem o aperfeiçoamento das atividades com foco para as políticas públicas educacionais.

Finalmente, o desenvolvimento deste trabalho justifica-se, de forma ampla, por sua contribuição na avaliação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, implantado pelo governo como política pública voltada para o ensino superior, aferindo não somente o acesso dos beneficiados do programa às universidades, mas também em que condições se dá este acesso dos alunos.

Para tanto, realizamos uma pesquisa avaliativa em que optamos, como metodologia, realizar uma avaliação do REUNI combinando a avaliação de processos e impactos do Programa, compreendendo, assim, uma avaliação em profundidade, conforme Rodrigues (2008) ³. Para a consecução dessa pesquisa avaliativa, optamos por realizar um estudo de caso no Campus de Palmas, por ser um dos Campi que integra o projeto e ter uma maior participação na Universidade em virtude da sua maior estrutura. Para realizar a coleta de dados dessa pesquisa, combinamos o uso da abordagem quantitativa por meio da aplicação de questionários com os alunos ingressantes e a análise dos recursos financeiros da Universidade, com a abordagem

³ O conceito de avaliação em profundidade será apresentado no próximo capítulo, quando discutiremos sobre a metodologia adotada no nosso trabalho.

qualitativa em que realizamos entrevistas com alunos e gestores envolvidos no REUNI e a construção da trajetória do Programa na UFT.

Entendemos que a combinação dessas abordagens possibilita apreender os alcances e limites do programa como política de expansão do acesso e democratização do ensino, objetivo central deste trabalho.

Assim, neste trabalho, a democratização do acesso à Educação Superior é entendida como a possibilidade de aumentar o acesso de estudantes de classes sociais menos favorecidas e de garantir a inclusão e a permanência de membros de todas as classes e grupos sociais a bons cursos em IES de boa qualidade.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, O percurso metodológico da pesquisa avaliativa, descreve todo o percurso metodológico adotado para a consecução do nosso trabalho, bem como, os instrumentos de coleta e a forma como analisei e interpretei os dados coletados.

No capítulo 2, Discutindo o conceito de democratização no processo de expansão da universidade brasileira, apresentamos o debate sobre a democratização da Educação Superior, apresentando um breve histórico das discussões sobre o tema, e em seguida, são explanadas algumas perspectivas de análise do conceito de democratização, e também os aspectos gerais desse debate conceitual, e ainda, elencamos alguns dados atuais que confirmam a necessidade de políticas educacionais que visem a democratização do ensino.

Em nosso capítulo 3, Políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior no Brasil, buscamos fazer uma análise da importância das Universidades para a sociedade brasileira, entender a função com que estas foram criadas, em seguida, analisamos as reconfigurações que as mesmas vêm sofrendo para atender outras demandas, e também as características da expansão da Educação Superior no Brasil, e o seu embate entre o setor público e privado.

O capítulo 4, Programa REUNI: diretrizes, concepções e debates discorre sobre as concepções contidas no REUNI, com foco no financiamento e democratização do acesso, bem como, os debates promovidos pelos segmentos da universidade e pesquisadores das políticas educacionais.

E no nosso capítulo 5, A trajetória institucional do programa REUNI na UFT, realizamos a avaliação da implementação do programa na universidade, e as concepções dos gestores, professores e alunos da instituição sobre a proposta do REUNI em relação à democratização do acesso.

Em seguida, nas CONSIDERAÇÕES FINAIS, discorreremos sobre os nossos resultados e conclusões da avaliação do REUNI na UFT.

1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA

Para a consecução do nosso objetivo neste trabalho, foi necessário traçar uma metodologia de pesquisa que desse conta de abarcar todos os nossos objetivos e responder aos questionamentos que sustentaram o nosso estudo. Dessa forma neste capítulo descrevo as etapas metodológicas que realizamos, e todos os instrumentos utilizados. Inicialmente, realizamos uma discussão quanto aos conceitos e tipos de avaliação existentes, em seguida discorremos sobre os passos para a pesquisa avaliativa do REUNI e por último tratamos sobre a forma como analisei e interpretei os dados coletados, contemplando dessa forma, todas as etapas metodológicas do nosso estudo.

1.1 Uma discussão dos pressupostos conceituais e metodológicos da pesquisa

Para discutir políticas públicas, principalmente o processo de avaliação destas, faz-se necessário, em primeiro lugar, conhecer o debate em torno das várias abordagens conceituais sobre a avaliação de políticas públicas. Para que uma política pública⁴ possa ser compreendida em relação aos objetivos propostos e os resultados alcançados, a avaliação destas constitui um instrumento fundamental. De um modo geral, a avaliação possibilita o conhecimento da viabilidade de programas e projetos visando o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo a reformulação de suas propostas e atividades.

Nesse sentido, a avaliação revela-se como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de políticas e programas, possibilitando

⁴ Este trabalho considera o conceito de políticas públicas de Hoffling (2007) que se referem às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001).

conhecer o alcance da política pública e, quando necessário, intervir de forma a realizar ajustes, o que eleva a visibilidade e a credibilidade das ações públicas.

Em relação ao termo avaliação não existe uma definição única. De forma geral, a avaliação pode ser entendida como a coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, assim como a identificação, o esclarecimento e a aplicação de critérios passíveis de serem defendidos publicamente para determinar valor, qualidade, utilidade, efetividade ou importância de um programa avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e informações para prestar contas aos públicos interno e externo ao programa desenvolvido (ALA-HARJA e HELGASON, 2000).

Para Silva e Silva (2008), a avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo da pesquisa social ainda em desenvolvimento. A autora destaca que sua expansão pode ser verificada a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos e, após um declínio nos anos 1960 e 1970, é retomado o interesse na década de 1990, com uma abordagem compreensiva que se propõe a articular métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

De acordo com Rodrigues (2008), no Brasil, apenas no final da década de 1980 e início da década de 1990 a temática da avaliação das políticas públicas intensifica-se assumindo um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina, no contexto da reforma do Estado, e direcionada a uma agenda neoliberal.

A literatura sobre a pesquisa avaliativa registra imensa variedade de tipos de avaliação, definidos a partir de diversos critérios. Há várias abordagens sobre avaliação que partem de premissas acerca da natureza do conhecimento avaliativo, da possibilidade de criação do conhecimento confiável e quanto ao melhor uso dos resultados.

Além disso, “há uma relação entre a abordagem e os instrumentos e técnicas pesquisa avaliação” (Ala-harja e Helgson, 2000, p. 22). De acordo com os autores, não há um método ideal de avaliação, mas sim, há muitos métodos e abordagens possíveis a serem utilizadas, e ainda destacam que a função de avaliar é diferente em cada processo avaliativo. O que se faz necessária é a responsabilidade de adequar a avaliação às políticas e programa que pretendemos avaliar, às

informações desejadas, aos recursos disponíveis e ao uso pretendido dos resultados.

Ao buscar referências para a definição de uma escolha metodológica facilitadora do alcance dos objetivos deste estudo, deparamo-nos com algumas produções (Silva, 2008, Ala-Harja e Helgson, 2000, Holanda, 2006), dentre outros, que se mostraram relevantes para fundamentar nossa análise neste trabalho.

Para Silva e Silva (2008), existem diversos tipos de avaliação e abordagens, que são diferenciadas de acordo com alguns critérios, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Concepções de Avaliação

Tipos de avaliação	Características
Em função do momento (Cohen e Franco, 1993):	• Ex ante: realizada ao início da elaboração do programa • Ex post: realizada durante ou após a execução do projeto, buscando obter elementos para fundamentar decisões.
Em função de quem realiza a avaliação (Cohen e Franco, 1993):	• avaliação externa: realizada por pessoas que não integram o quadro da instituição agente do programa; • avaliação interna, realizada no interior da instituição gestora do programa; • avaliação mista: sendo esta a combinação das duas espécies de avaliação mencionadas; • avaliação participativa: que requer a participação da comunidade em todo o processo avaliativo.
Quanto às funções da avaliação (Holanda, 2006):	• avaliação formativa: realizada na fase de desenho do projeto; • avaliação somativa: realizada depois de implantada o programa.
Em função do objeto da avaliação:	• Pseudo-avaliação: não faz propriamente uma avaliação; • Quase-avaliação: foco limitado e tangencial;

	• Avaliação centrada nos objetivos formais; • Avaliação compreensiva: Combina a avaliação de processos e de impactos dos programas.
--	--

Fonte: Silva e Silva (2008)

Nesse estudo, adotamos um conceito de avaliação como processo de aprendizagem sistemático e intencional, que não se limita, metodologicamente, a quantificar resultados obtidos pela aplicação de questionários ou obtenção de dados estatísticos, mas articula-se com a interpretação dos atores envolvidos no REUNI da UFT por meio de realização de entrevistas aprofundadas.

Com isso, desenvolvemos uma avaliação em profundidade, fundamentada na perspectiva de Rodrigues (2011), que considera que uma avaliação em profundidade, como então formulada, toma basicamente quatro grandes eixos de análise: conteúdo da política e/ou do programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial abarcado pela política ou programa e análise de contexto de formulação dos mesmos.

Nesse mesmo sentido a autora argumenta que:

A proposição de que seja extensa e ampla indica que uma avaliação em profundidade não poderá se restringir a um olhar focado apenas na averiguação do cumprimento das metas propostas pela política e seus resultados, ou nos itens priorizados por um programa, bem como tão somente no atendimento às suas diretrizes (RODRIGUES, 2011, p.57).

Dentro desse contexto, Silva (2008), destaca que a avaliação em profundidade combina a avaliação de processos e impactos dos programas, relacionando-se com os objetivos previamente especificados. Procura também identificar outras variáveis significativas do processo e sua relação com os resultados, mesmo considerando difícil delimitar a multiplicidade de fatores que influenciam a implementação de um programa social. Isto é, a preocupação é o que está acontecendo e por que.

Articulando ao conceito de Rodrigues (2011), utilizamos a concepção de avaliação descrita por Lejano (2006), para o qual a avaliação da política deve ser realizada considerando as fases de formulação e implantação como um processo coeso e sequencial. Dessa mesma forma, o autor defende um modelo de análise da política através de uma descrição densa, integrando diferentes tipos de conhecimento.

Segundo o autor, a abordagem interpretativa enfatiza a descoberta de múltiplos aspectos da situação política que compõe a experiência, a sua integração com um conjunto coerente de conhecimento e a vinculação das recomendações de políticas e ações para esta descrição densa do contexto político.

A adoção dessa abordagem articula-se aos objetivos propostos nesta pesquisa avaliativa. O objetivo de estudo, sobre o REUNI e sua implementação na UFT, é analisar se e como o processo de expansão em desenvolvimento na UFT tem propiciado a democratização do acesso ao ensino superior a partir de uma análise institucional da trajetória do programa e de como o mesmo é compreendido pelos diferentes atores envolvidos com o mesmo, sobretudo no tocante à ideia de democratização no contexto da UFT. Dessa forma, para a realização de uma avaliação em profundidade e abrangente, definida por Rodrigues e Lejano, proposta neste trabalho, foi necessária a construção de uma metodologia específica que desse conta de todas as dimensões envolvidas na formulação e implementação do programa.

O REUNI é um programa do governo federal, implementado nas universidades federais, envolvendo metas e repasse de verbas consoantes ao atendimento das mesmas, conforme veremos nos capítulos seguintes. Pela complexidade que envolve a análise da formulação desse programa e de seus resultados iniciais, optamos por utilizar uma abordagem metodológica que também envolvesse os aspectos financeiros do programa, combinados a outros aspectos, como os políticos, sociais e institucionais que o programa desencadeou na universidade. Essa análise nos foi possível a partir de um olhar complexo, articulado e multidimensional em relação aos dados quantitativos e qualitativos, que nos propiciasse a compreensão avaliativa de todos os aspectos envolvidos no programa.

Isso posto, na realização dessa pesquisa, conjugamos as abordagens qualitativas e quantitativas. A articulação dessas abordagens justificou-se pela necessidade de desvendar os múltiplos aspectos que envolvem o objeto de estudo

escolhido, os alcances e limites das estratégias de expansão e democratização utilizadas pela UFT com o programa REUNI.

Por meio da abordagem quantitativa, foi possível definir o perfil socioeconômico dos alunos sujeitos da pesquisa e também analisar aplicação dos recursos oriundos do REUNI. Por sua vez, por meio da abordagem qualitativa, identificamos a percepção de gestores envolvidos na implementação do programa REUNI, professores e dos alunos dos cursos criados a partir do programa de expansão a respeito das estratégias de expansão e democratização do acesso em curso na UFT. As duas abordagens descritas nortearam a busca por informações *in locu* que permitiu a análise articulada dos dados coletados, possibilitando, com isso, avaliar os primeiros resultados do REUNI na UFT, nos termos dos alcances e limites de suas estratégias de expansão e democratização do acesso.

1.2 Os passos da pesquisa avaliativa sobre o REUNI da UFT

Para a realização da pesquisa avaliativa proposta neste trabalho, iremos descrever nas seções seguintes os recursos utilizados para esse fim, detalhando os passos seguidos e o objetivo de cada etapa do nosso estudo.

1.2.2 A trajetória institucional do REUNI na UFT

Para a realização da avaliação do programa REUNI na UFT, optamos por fazer um recorte do objeto de pesquisa para que pudéssemos analisar com maior profundidade. Dessa forma, realizamos um estudo de caso no Campus Universitário de Palmas, um dos campi pertencentes à UFT e que integra o programa. O Campus foi selecionado por estar na capital e representar proporcionalmente um maior número de atendidos pelo programa, fator esse que possibilitou um melhor conhecimento dos resultados do REUNI.

Com o objetivo de seguir os passos de uma análise em profundidade, realizamos a construção da trajetória institucional do REUNI, buscando acompanhar as diferentes fases do programa: desde sua concepção, formulação e implementação até a sua operacionalização final. Para Gussi (2008), “um programa não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição” (p. 30).

Isso vai ao encontro do que considera Rodrigues (2008, p. 12):

Para apreensão da trajetória institucional é fundamental a realização de pesquisa de campo com a realização de entrevistas com dirigentes agentes e representantes de instituições envolvidas na formulação e implementação de uma mesma política. Ao recompor essa trajetória, é importante que se atente para os aspectos culturais inerentes a esses espaços institucionais e organizacionais.

Para construir a trajetória institucional do programa, buscamos conhecer suas fases por meio de uma pesquisa com os atores institucionais envolvidos nos diferentes níveis hierárquicos nas dependências da UFT, de acordo com a sua estrutura organizacional, nos termos que propõe Gussi (2008).

Assim, visando construir a trajetória institucional do REUNI na UFT e, com isso, analisar seus resultados, foram utilizadas três técnicas de pesquisa: a) levantamento bibliográfico, documental e estatístico; b) entrevistas e c) questionários, descritas pormenorizadamente adiante.

1.2.2.1 Levantamento, bibliográfico, documental e estatístico

Em um primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico visando compreender o processo de criação e expansão das instituições de ensino superior no país, as políticas de democratização do acesso e financiamento dessas instituições, tomando como referência elementos conceituais acerca desses temas, bem como o processo de criação e expansão da UFT.

Em um segundo momento, foi realizada a pesquisa documental. A opção por esse tipo de pesquisa residiu no fato de que, segundo Gil (2007), uma das principais

vantagens de uma pesquisa fundamentada em análises documentais é permitir ao investigador a cobertura de uma gama de informações muito mais amplas que poderia se pesquisar diretamente através de leis, artigos, e censos. Esta prioridade torna-se importante em função do objeto de estudo requerer dados que se encontram muito dispersos no espaço institucional.

A pesquisa documental realizou-se por meio da análise da Legislação Nacional, das Diretrizes Gerais do REUNI, de Relatórios de gestão da Universidade (2006 a 2009), do Plano de Reestruturação apresentado pela Universidade, dos Relatórios de Perfil Socioeconômico dos estudantes da UFT.

Os documentos selecionados para essa pesquisa foram escolhidos por explicitarem parte do histórico do planejamento e execução do projeto de expansão da UFT e por oferecer elementos adicionais e/ou esclarecedores sobre o processo de expansão. A análise documental permitiu compreender informações obtidas por meio dos questionários e das entrevistas, e analisar as várias nuances institucionais do contexto da expansão na UFT.

O levantamento dos dados estatísticos foi realizado por meio de planilhas relativas à execução orçamentária e financeira, com informações sobre os recursos utilizados para investimentos e manutenção das atividades da Instituição, aplicados nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, e, em seguida, foi construída uma matriz com esses dados estatísticos, possibilitando a comparação das ações relativas ao financiamento das atividades da UFT antes e depois do REUNI. Por essa razão, os períodos selecionados para a coleta de dados são de 2006 a 2009, períodos anteriores e posteriores a implantação do Programa, que ocorreu no ano de 2008.

A análise desse conjunto de fontes informações possibilitou:

- Coletar dados e informações a respeito do contexto da expansão do acesso e democratização do acesso, com foco na UFT, de forma articulada ao panorama nacional;
- Levantar dados para caracterizar o perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes nos cursos criados a partir do REUNI;
- Analisar as ações implementadas com o programa, a partir do estudo das aplicações dos recursos oriundos do programa de expansão na UFT;
- Identificar as estratégias de expansão e democratização do acesso em curso na UFT.

1.2.2.2 Aplicação dos questionários

Parte dos objetivos dessa pesquisa, referente ao perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes nos cursos criados a partir do REUNI foi alcançada pela análise dos dados coletados com o auxílio de questionários, aplicados aos estudantes sujeitos da pesquisa e professores.

A UFT ofertou, a partir do REUNI, no entre 2009 e 2010, 720 vagas para os seis novos cursos criados no Campus de Palmas. Para alcançarmos os objetivos desse estudo, utilizamos uma amostragem quantitativa proporcional que, de acordo com Teixeira (2005), é o tipo de amostragem em que se obtém uma amostra representativa da população. Nesse sentido, a população do estudo é composta por 720 alunos, e amostra selecionada foi de 62 alunos para responderem aos questionários, o que permitiu uma análise com uma base significativa de dados. Em relação aos professores a amostra selecionada foi o número de 77 professores (Ver Apêndices A e B).

Realizou-se um teste piloto com o objetivo de evidenciar possíveis falhas na redação do questionário, visando redimensionar o grau de complexidade das questões, eventuais imprecisões na redação e adequação da linguagem (Gil, 2007), bem como para avaliar a receptividade dos respondentes. Na realização do pré-teste, os alunos não demonstraram ter muitas dúvidas quanto aos enunciados. Após a realização do pré-teste, apenas pequenas modificações nos questionários foram realizadas e, em seguida, procedemos à aplicação dos questionários nos meses de agosto a outubro de 2009.

A construção do perfil socioeconômico dos estudantes foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, com o objetivo de caracterizar o universo selecionado, geramos tabelas de frequências de todos os alunos respondentes dos questionários. Essa caracterização foi dividida de acordo com as seguintes categorias:

- Características individuais: idade, sexo, cor, trabalho e tipo de trabalho, nível de satisfação com o curso;
- Características familiares: escolaridade do pai e da mãe e renda familiar;

- Características escolares: curso, tipo de instituição em que concluiu o ensino fundamental e médio.

Apesar dos dados dos questionários terem sido trabalhados por meio da análise estatística, também utilizamos da análise qualitativa para interpretá-los. Nesse sentido, concordamos com Bauer e Gaskell (2002) ao definirem que a pesquisa quantitativa não exclui a qualitativa, pois “os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente com modelos estatísticos sofisticados” (p. 34).

1.2.2.3 Aplicação de entrevistas semiestruturadas

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas na busca de informações dos gestores envolvidos na formulação e implementação do REUNI⁵, e também aos professores e alunos da instituição. De forma geral, foram dirigidas aos segmentos da universidade que estão envolvidos nesse contexto. Os entrevistados estão descritos nos quadro abaixo, com os seus respectivos cargos que ocupavam quando foram entrevistados, no caso dos gestores e com as características dos cursos, no caso dos alunos e professores.

Quadro 2 - Relação de entrevistados – Gestores da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Entrevistados	Cargos
Alan Barbiero	Reitor da Universidade

⁵ Bodgan e Biklem (1994) destacam que a vantagem de utilizar esse tipo de entrevista está na obtenção de dados comparáveis entre os vários sujeitos, mesmo que para isso a compreensão da estruturação dos tópicos pelos próprios sujeitos possa se perder. Esses autores descrevem as entrevistas como estratégia dominante para a coleta dos dados, seja de forma isolada ou em conjunto com outros procedimentos de coletas de dados, como por exemplo, a análise de documentos.

José Expedito Cavalcante da Silva	Vice-reitor da Universidade
Luíz Eduardo Bovolatto	Coordenador geral do Campus de Araguaína
Eduardo Andréa Lemos Erasmo	Coordenador geral do Campus de Gurupi
Aurélio Pessoa Picanço	Coordenador geral do Campus de Palmas
Eliseu Riscarolli	Membro do Conselho Universitário
Fábio Duarte	Representante do Sindicato dos professores da universidade

Fonte: Primária

O quadro abaixo, especifica as características dos professores que participaram das entrevistas:

Quadro 3 - Relação de Professores entrevistados

	ENTREVISTADOS
01	Professor do curso de Licenciatura em Artes
02	Professor do curso de Engenharia Civil
03	Professora do curso de Nutrição
04	Professor de Engenharia Elétrica
05	Professora do curso de Licenciatura em Filosofia
06	Professor do curso de Engenharia Ambiental
07	Professora do curso de Comunicação Social
08	Professora do curso de Pedagogia

09	Professora do curso de Enfermagem
10	Professora do curso de Nutrição

Fonte: Primária

E no quadro seguinte, apresentamos a relação dos alunos que responderam às nossas entrevistas:

Quadro 4 - Relação de alunos entrevistados

	ENTREVISTADOS
1	Aluno do segundo período do curso de Licenciatura em Artes
2	Aluno do primeiro semestre do curso de Licenciatura em Filosofia
3	Aluna do terceiro período do curso de Nutrição
4	Aluna do primeiro semestre do curso de Nutrição
5	Aluna do primeiro semestre do curso de Enfermagem
6	Aluno do segundo semestre do curso de Engenharia Civil
7	Aluno do quarto semestre do curso de Comunicação Social
8	Aluna do quinto semestre do curso de Comunicação Social
9	Aluno do terceiro semestre do curso de Direito
10	Aluno do quinto semestre do curso de Pedagogia

Fonte: Primária

A realização das entrevistas articularam-se aos outros instrumentos e procedimentos de pesquisa escolhidos e tiveram como principais objetivos:

- Obter informações relativas à estratégias de expansão e democratização do acesso da UFT;

- Levantar elementos implícitos à percepção desses gestores, professores e alunos a respeito das estratégias para possibilitar a expansão da UFT, e de seus alcances e limites
- Confrontar as ideias dos diferentes sujeitos a partir das categorias selecionadas para o estudo.

Nesses termos, as entrevistas objetivaram captar a percepção dos dirigentes da instituição, professores e alunos a respeito das estratégias de expansão e democratização do acesso implementados na UFT por meio do REUNI. Esse entendimento está respaldado no fato de que, nas pesquisas qualitativas, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana, de acordo com Mazotti e Gewandsdnajder (2004).

Para a realização das entrevistas, elaboramos um roteiro prévio para cada um dos grupos de gestores, alunos e professores, (ver apêndice C). As entrevistas foram realizadas na própria instituição, e antes de serem efetivadas encaminhamos correspondências solicitando o consentimento da realização das mesmas pelos entrevistados, expondo os objetivos do estudo. Durante entrevistas, utilizamos gravador, que visa permitir a sua posterior transcrição e, com o consentimento dos sujeitos entrevistados.

1.3 Triangulação e análise dos dados

Após a fase de coletas de dados, iniciamos nossa análise com o objetivo de responder aos nossos questionamentos iniciais na pesquisa. De acordo com Gil (1999), a análise tem como objetivo organizar e sumarizar os dados de tal forma que possibilite o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação, e a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante os outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Os objetivos da investigação somente são alcançados com a coleta, o tratamento e, posteriormente, com a interpretação dos dados, buscando assegurar com isso a correlação entre objetivos e formas de atingi-los (VERGARA, 1997).

Para realizarmos a nossa análise e interpretação dos dados, optamos por utilizar a triangulação dos dados, a qual segundo Minayo “processa-se por meio do diálogo de diferentes métodos, técnicas, fontes e pesquisadores” (2005, p. 199). Dessa forma, foi realizada a triangulação dos dados coletados pelos vários instrumentos (entrevistas e documentos) e referencial teórico, ou seja, as informações foram cruzadas com a finalidade de atenderem aos objetivos dos estudos. A utilização desse tipo de interpretação de dados é recomendada para que o resultado do estudo seja mais convincente e acurado, trazendo uma fotografia melhor e mais substancial da realidade (YIN, 2005).

Na perspectiva de análise por triangulação, os dados primários foram explorados tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, e depois de compreendidos foram criticados, comparados, e contextualizados, coadunando com a ideia de Martins (2008), que ressalva que a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo. (MARTINS, 2008).

Essa opção metodológica permitiu a constituição de uma rede de sentidos sobre os alcances e limites das estratégias de expansão em curso na UFT a partir da sua adesão ao programa REUNI. Para tanto, triangulamos, para análise, as diferentes informações obtidas por meio da percepção dos gestores, alunos e professores da UFT, envolvidos no programa, da análise dos documentos da instituição e nacionais e do perfil socioeconômico dos estudantes sujeitos da pesquisa.

Realizadas essas etapas, foi iniciado o momento de articulação entre as concepções percebidas através da construção da trajetória do programa e a visão dos beneficiários do programa, essa articulação foi feita com base no conceito de democratização, construído para o estudo do REUNI. A partir dos objetivos traçados foram elaboradas as categorias de análises, o que, segundo Minayo (2004), significa

agrupar elementos, ideias e expressões em torno de um conceito com características comuns ou que se relacionam entre si.

Essa articulação possibilitou identificar os focos de conflitos ou divergências entre as proposições do programa no momento do seu planejamento até a sua efetivação, que ocorre quando os alunos ingressam e desenvolvem suas atividades na Universidade. Essa prática foi de extrema importância para que pudéssemos avaliar o programa sobre diferentes perspectivas, identificando os limites e possibilidades do REUNI dentro da Universidade.

Os resultados da pesquisa serão apresentados e analisados partir do próximo capítulo.

2 DISCUTINDO O CONCEITO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O debate sobre expansão e democratização da Educação Superior, envolve diferentes aspectos políticos e ideológicos, e comporta uma série de intenções e sentidos. Dessa forma, conhecer os sentidos e concepções atribuídas à democratização nas políticas educacionais foi de fundamental importância para a consecução do nosso estudo.

Neste capítulo apontamos algumas questões que envolvem o debate sobre a democratização da Educação Superior, apresentando inicialmente, um breve histórico das discussões sobre o tema. Em seguida, são explanadas algumas perspectivas de análise do conceito de democratização, e também os aspectos gerais desse debate conceitual. Na última seção, são elencados alguns dados atuais que confirmam a necessidade de políticas educacionais para a democratização da Educação Superior.

2.1 Retrospecto das discussões sobre democratização

Embora o ensino superior ainda incorpore uma parcela reduzida da população, percebemos nesses últimos anos uma maior incidência de políticas que têm como objetivo a expansão e democratização da Educação Superior. As políticas voltadas para a democratização desse nível de ensino surgiram a partir de uma demanda reprimida para cursar o ensino superior, resultante de alterações nas configurações da oferta da Educação Superior.

Nos anos de 1990, a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 e o fim da dualidade do ensino acadêmico e profissionalizante provocaram um aumento da demanda pela Educação Superior. Foi nesse período que surgiram os movimentos pela universidade pública, gratuita e de qualidade, formados pelos docentes e alunos. O aumento da demanda fez com que esses movimentos reivindicassem políticas de expansão do acesso (SAMPAIO, 2003).

Durante o governo militar, e a partir da constatação do acesso restrito, houve a preocupação com a ampliação de vagas na Educação Superior. Dessa forma, a iniciativa privada passa a ser vista como solução para expansão, em vista a incapacidade do setor público em atender toda a demanda. De acordo com Silva (2001), essa expansão desencadeou o crescimento das IFES privadas, atendendo as questões mercadológicas, deixando em segundo plano a questão da qualidade do ensino. Na década de 1980, como veremos no próximo capítulo, a expansão do ensino superior se consolidou a partir do aparecimento de novas instituições com caráter diferenciado.

Nos de 1990, surgiram alterações advindas da nova LDB, como a diversificação do sistema, e por meio da política vigente a ampliação da rede privada. Também nos anos de 1990, houve uma pressão pelo aumento de vagas, principalmente pelo aumento do número de egressos do ensino médio público, novas questões foram postas no debate sobre democratização, como a ampliação de vagas públicas, as cotas, criação de cursos pré-vestibulares (MOEHLECKE, 2004).

Outro marco da legislação, no ano de 2000, foi o Plano Nacional da Educação – PNE. O Plano determina que, ao final de 2010, 30% dos jovens deveriam estar cursando o ensino superior. Ainda nesse período, surgiu também mais uma proposta de Reforma da Educação Superior, que traz como uma das metas a expansão e democratização desse nível de ensino (SANTANA, 2009).

Esses marcos confirmam que as políticas educacionais passaram a partir da década de 1960, a incorporar a temática da expansão e da democratização da Educação Superior em suas agendas. Nesse sentido, algumas políticas foram criadas com a proposta de facilitar o aumento do número de vagas na Educação Superior. Como exemplo de tais políticas, surgiu o REUNI, objeto do nosso estudo, que tem como um dos objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para a expansão do ensino superior, e democratizar o seu acesso. Segundo Michelotto, Coelho e Zainko (2006), o aumento relevante no número de estudantes nos diversos graus contribuiu para crescer a pressão e atingir níveis mais altos, chegando ao ensino superior que, até então, historicamente, era restrito aos setores sociais populacionais de maior poder aquisitivo.

Diante do surgimento dessas políticas que têm como proposta de democratização do acesso, é importante o estudo das concepções dessas políticas

e como estas estão repercutindo no ensino superior. Dessa forma, para compreender os sentidos atribuídos ao conceito de democratização nessas políticas, na seção seguinte, analiso as discussões e elementos envolvidos no debate acerca da democratização da Educação Superior.

2.2 Democratização da Educação Superior: O debate, percepções e concepções

O conceito de democratização comporta uma série de sentidos que expressam diferentes orientações políticas e ideológicas, e traz em si um projeto de sociedade de diferentes interesses, ou seja, os sentidos atribuídos à democratização são diferentes e peculiares para cada sujeito e grupos sociais. Esses sentidos são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos e grupos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social da qual fazem parte.

Muitas políticas têm sido adotadas no sentido de expandir o acesso à Educação Superior. Nesse cenário, o ensino superior configura-se como um campo teórico de questionamentos e debates sobre a necessidade de efetivar ações políticas visando a democratização e inclusão da população nos diversos espaços educacionais de ensino superior.

O debate sobre a ampliação e democratização do acesso à Educação Superior exige, a princípio, a exposição dos vários aspectos envolvidos na questão, tendo em vista ser este um campo no qual diferentes posições disputam hegemonia. Desse modo, apresentamos o embate entre alguns conceitos e/ou posicionamentos existentes sobre o assunto. O conceito de democratização do acesso ao ensino superior é complexo, sendo possível a existência de várias visões diferenciadas sobre o assunto.

Para Nogueira (2008), a discussão sobre o conceito de democratização é ampla e pode ser dividida em três visões distintas. Uma primeira visão é a que associa a democratização do acesso ao ensino superior à uma simples expansão de vagas, dessa forma, os conceitos de ampliação e democratização são entendidos como sinônimos, se mais pessoas tiverem acesso, haverá democratização. A ampliação do acesso à Educação Superior pode ser compreendida conceitualmente

como a criação de novas vagas nas instituições que ofertam esse nível de ensino, tanto no âmbito do setor público quanto no setor privado.

De acordo com Franco (1985), esse primeiro conceito tem como base o princípio liberal da universalidade pelo qual todos os níveis educacionais, inclusive o superior, estariam disponíveis a todos, essa ideia ganhou relevância com o aumento da demanda por vagas nas universidades do país e passou a ser discutida mais intensamente a partir da década de 1960, quando o tema democratização passa a ser incorporado na agenda governamental, como vimos na seção anterior.

A segunda perspectiva considera que para haver democratização é preciso que, além da ampliação de vagas, camadas sociais não-privilegiadas possam ingressar na universidade. Nogueira (2008), por sua vez, considera que a democratização do acesso à educação superior não se reduz a uma simples expansão da oferta de vagas. Essa democratização requer que camadas sociais não-privilegiadas possam ingressar na universidade. Se os menos ricos ingressam mais na universidade, então se pode falar em democratização.

E a terceira visão considera que a democratização requer não apenas as camadas sociais menos favorecidas economicamente tenham acesso à universidade, mas também devem considerar as questões raciais (Nogueira, 2008). Uma complementação desse último conceito vai mais além. Considera, tal como antes, que a democratização do acesso à educação superior não é uma mera ampliação das vagas. Parte do princípio de que a democratização requer que camadas sociais mais pobres tenham acesso à universidade. Esse novo critério diz que a democratização não se refere apenas a níveis sociais, devendo também ter em conta a raça. O acesso à universidade democratiza-se quando aumenta o acesso das camadas não-privilegiadas e, também, quando crescem as chances de ingresso de negros e indígenas (NOGUEIRA, 2008).

Segundo dados do IBGE (2007), a exclusão na educação superior apresentava um recorte racial importante, uma vez que, do total da população branca entre 18 a 24 anos (ou mais) que estudava, 56% frequentavam o ensino superior; ao passo que, desta mesma população, mas considerados negros e pardos, somente 22% do total cursavam esse nível de ensino. A exclusão de negros e pardos nesse nível de ensino demonstra que a educação superior é parte da realidade nacional e reflete aspectos culturais, históricos e econômicos, como a discriminação racial, que constituem as condições sociais do país.

Alguns posicionamentos encontrados defendem que as vagas devem ser fortemente ampliadas nas instituições de ensino superior, sem tomar em conta a esfera administrativa em que tal crescimento dar-se-á. Para Nogueira (2008), de um modo geral, a expansão, neste caso, é tida como elemento essencial à formação de quadros que colaborem para o desenvolvimento do país, não importando, necessariamente, o espaço em que essa formação ocorrerá, se no âmbito do setor educacional público ou privado.

Outros posicionamentos observados, todavia, expressam a convicção na melhor adequação de uma ou outra esfera administrativa (pública ou privada) como vetor de crescimento do sistema de ensino superior (NOGUEIRA, 2008). Assim, existem aqueles que argumentam a favor de uma ampliação de vagas sustentadas nas instituições públicas e outros nas instituições privadas.

Segundo Nogueira (2008), dentre os que defendem a expansão via setor público, alguns dos principais argumentos utilizados são: as instituições de ensino superior públicas funcionam como uma lógica de Estado, e não de mercado; oferecem um ensino de melhor qualidade; e desenvolvem atividades fundamentais à formação de seus estudantes e ao desenvolvimento do País, tais como pesquisa e extensão.

É o mesmo caso, por exemplo, de Ristoff (2008, p. 261) que, ao analisar o cenário do ensino superior brasileiro, aponta para alguns princípios a serem considerados no estabelecimento de políticas de expansão que os direcionem. Dentre eles, destaca-se a “expansão agressiva das vagas no ensino superior público, com a consequente e gradual desprivatização do sistema como um todo, permitindo a inclusão do enorme contingente dos excluídos”, observando-se a “manutenção e melhoria dos padrões de qualidade”, e a partir de “ampliação significativa do financiamento público”.

Nesse mesmo sentido, Mancebo (2008) defende que, para que haja uma efetiva democratização do acesso e condições de permanência dos alunos, essa expansão deve ser postulada no pólo público da educação superior, o que implica afirmar, por um lado, que os recursos dos Estados para manutenção desse nível de ensino devam ser ampliados para contemplar a expansão e interiorização da rede.

A expansão da educação superior como mecanismo de democratização foi objeto de análise dos trabalhos elaborados por Silva e Veloso (2004), com foco na discussão público/privado e analisando se o crescimento do acesso pode ser

compreendido como democratização da educação superior. As autoras afirmam que as IES públicas são a única alternativa viável para a democratização da educação superior e concluem que a privatização da educação superior indica que a democratização não está sendo implementada pela ampliação do espaço público, em decorrência da forma como os recursos públicos vêm sendo disponibilizados.

Contrariamente, dentre os que defendem a expansão via setor privado, alguns dos argumentos apontados, dentre outros, são: o governo deve priorizar a educação básica porque os retornos são maiores; os investimentos em ensino superior são mais altos e, em geral, quem frequenta esse nível de ensino são pessoas com maior poder aquisitivo; a iniciativa privada é 35 vezes mais eficiente na utilização dos recursos, com um custo-aluno consideravelmente menor que o setor público (NOGUEIRA, 2008).

Para Melo (2009), a democratização do acesso à educação superior pode ser traduzida, principalmente, em dois conceitos: simplesmente como sinônimo de ampliação da oferta, ou como a expansão vinculada a mecanismos de seleção e diversificação do ingresso, entendimento que tem diversos desdobramentos.

Essas divergências acerca do que vem a ser democratização do acesso à Educação Superior e dos meios adequados para obtê-la podem ser apresentadas, ainda, em outros termos. As posições em torno da questão parecem estar polarizadas, basicamente, em dois grupos. De um lado, há os que defendem que a democratização do acesso ao ensino superior se dá pela garantia do acesso aos níveis anteriores de ensino, no caso, à educação básica e pela melhoria de sua qualidade. De outro lado, estão os que reconhecem que este é um elemento fundamental, mas acreditam que, associados a esses, outros mecanismos devam ser adotados.

Segundo Ristoff (2008), democratizar significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado, pois as vagas continuarão ociosas; e não basta aumentar as vagas no setor público, pois elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais abastados. Ainda segundo o autor, a democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais, que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, e assegurem o acesso e a permanência a todos os que procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público.

Nesse aspecto políticas públicas dirigidas a um melhor aproveitamento da infraestrutura já instalada podem ser vistas como uma forma pouco custosa de democratizar o acesso. Isto é, pode-se ocupar a infraestrutura ociosa no período noturno nos *campi* públicos com cursos de graduação, o que seria uma oportunidade de oferecer educação superior gratuita para alunos que estão impossibilitados de frequentar cursos diurnos ou integrais (OLIVEIRA; ALVES; LUZ, 2008).

As políticas de educação superior no Brasil, especialmente dos anos 1990 em diante, enfatizam a necessidade de ampliar o acesso dos jovens a esse nível de ensino, posto que um grande contingente dos mesmos encontra-se excluído dos bancos da universidade. Uma das formas de ampliar esse acesso, preconizadas por essas políticas, refere-se ao oferecimento de cursos de graduação noturnos (BITTAR *et al.*, 2008).

Em consonância com isso, as instituições públicas merecem, no PNE (BRASIL, 2001), um destaque especial quando se refere à pesquisa e à pós-graduação, e, ainda, quando é prevista a expansão de suas vagas para absorver um maior contingente de pessoas carentes e aquelas que só poderiam estudar no período noturno. O PNE, em suas diretrizes, expressa esses fatos da seguinte forma:

[...] reforço e ampliação do papel das universidades públicas, especialmente das federais, na oferta de maior número de vagas para cursos de graduação, sobretudo no período noturno, na formação de quadros profissionais, científicos e culturais, na investigação e pesquisa acadêmica, na busca de soluções para os problemas da sociedade brasileira e no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito, nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno.

A LDB, em seu artigo 47, no parágrafo quarto, garante a previsão orçamentária para que as instituições públicas ofereçam no período noturno, sendo

obrigatório que se criem cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade dos cursos oferecidos no período diurno.

Outro importante movimento recente para democratização do acesso e da permanência de estudantes, trata da interiorização das universidades públicas. Novas universidades federais têm sido criadas no interior dos estados brasileiros e novos *campi* se multiplicam em cidades distantes das capitais. Por tudo isto, há que se reestruturar o modelo de universidade pública no Brasil, de forma que garanta o acesso das camadas mais carentes da população (MELO, 2009).

Assim, promover a democratização do acesso ao ensino superior implica garantir que aqueles que possuem interesse e capacidade possam ingressar nesse nível de ensino, independente de sua condição socioeconômica. Este, para além de um imperativo de justiça social, como destaca Santos (1986), representa um alto investimento social.

Em síntese, enquanto a ideia de ampliação do acesso à educação superior estiver relacionada, basicamente, à criação de novas vagas, seja no setor público, privado ou em ambos, a noção de democratização pode limitar-se a isso, ou ir além. A ideia de democratização pode contemplar exigências relacionadas a um público que terá acesso às novas vagas criadas, incluindo camadas sociais menos favorecidas ou grupos raciais até então com ingresso limitado na universidade.

Assim, outro conceito observado na literatura defende que a democratização do acesso é mais complexa, pois leva em consideração as desigualdades sociais, econômicas e raciais e regionais. Esta ideia envolve, além da expansão da oferta de vagas, a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais na educação superior, de forma que, diferentemente da perspectiva liberal, não há como falar em mérito acadêmico, na forma como é tradicionalmente entendido. De acordo com Gomes (2004), o discurso do mérito acadêmico distancia o debate sobre o direito à educação para todos os segmentos sociais e étnico/raciais, como posto:

Entrar para a universidade, sobretudo para uma universidade pública, não se traduz a uma questão de mérito, é uma questão de direito. O fato de termos um maior acesso à universidade de alunos negros, pobres e oriundos de escola pública não quer dizer que teremos uma universidade de baixa qualidade e alunos com menor mérito, mesmo porque, como sabemos, o mérito é uma construção social e acadêmica (GOMES, 2004, p. 50).

Ainda, em outra concepção, o nível superior apenas reflete a desigualdade existente na educação básica. Portanto, a democracia no ingresso aos cursos superiores depende do desenvolvimento dos níveis de ensino antecedentes, principalmente, do ensino médio. Conforme Sampaio, Limongi e Torres (2001, p. 55) “é neste nível de ensino que se definem as possibilidades de ingresso dos jovens nos diferentes estabelecimentos de ensino superior no país”.

Para os autores, no Brasil, o acesso à Educação Superior é ainda condicionado por questões socioeconômicas. Em razão de haver uma correlação entre a cor e a renda no país, percebe-se que essa exclusão se repete na composição étnico-racial da educação superior. Para os autores, as possibilidades de ingresso no nível superior estão relacionadas à renda familiar e ao nível de escolaridade dos pais. “Poucos são os jovens que, oriundos de famílias com baixa renda e/ou com pais de baixa escolaridade, logram ingressar em um curso superior público ou privado” (SAMPAIO; LIMONGI; TORRES, 2001, p. 54).

No conjunto das universidades públicas, o cenário de desigualdade é também acentuado. Apesar de representarem apenas 12% da oferta de vagas, conforme dados do INEP em 2008, o vestibular para essas instituições é o mais concorrido no sistema brasileiro e, em geral, elas são as IES com melhor qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação.

O acesso ao sistema público, se compararmos à demanda, ainda é muito restrito, bem como concentrado em jovens pertencentes às faixas de renda mais altas, principalmente, nas universidades federais brasileiras. Ainda segundo Sampaio, Limongi e Torres (2001, p. 34):

O perfil dos estudantes das universidades públicas, em seu conjunto de cursos, ainda apresenta um perfil mais clássico, que corresponde, em grande medida, à imagem tradicional dos estudantes universitários. Eles são em sua maioria homens, mais jovens e solteiros. Perfil oposto apresenta os formandos das faculdades e escolas privadas: grande proporção de mulheres, de indivíduos com mais de 25 anos e de pessoas casadas.

Entretanto, de acordo com esses autores, a composição social e étnica do setor privado é mais elitista do que a do público. Dessa forma, a possibilidade de estudantes desfavorecidos socialmente ingressarem em cursos de alto prestígio social só ocorre em instituições públicas.

Dados do PNAD (2006) atestam que 1,8% dos estudantes da educação superior pública fazem parte dos 20% mais pobres da população brasileira, ao passo que 1% dos estudantes da rede privada pertence a esse grupo. É preciso considerar que a proporção de 39 estudantes no sistema público é menor que a do setor privado, representando 54,3% e 64,2%, respectivamente (BRASIL, 2006).

Por fim, sobressai-se a necessidade de pensar estratégias para modificar o cenário de desigualdades apontadas, como, por exemplo, a expansão e descentralização da oferta de vagas públicas, com a interiorização e a diversificação dos processos seletivos, incluindo mecanismos que tornem a seleção mais igualitária ou menos discriminatória.

Outra questão, presente nos debates em relação às políticas de expansão e democratização do acesso, é a permanência no ensino superior. Considerando ser necessário que essas políticas adotem estratégias que possam primar pela qualidade da formação dos estudantes desse nível de ensino e a sua permanência até o final do curso. Assim, as desigualdades vivenciadas pelos alunos ingressantes oriundos de camadas populares no ingresso ao Ensino Superior têm sido questionadas. O acesso foi facilitado com os programas do governo, mas não bastam políticas públicas que garantam somente o acesso, se não houver esforços públicos que assegurem a permanência desse alunado no Ensino Superior.

Nesse sentido, Dias Sobrinho (2010), esclarece que a democratização da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. Além da expansão das matrículas e da inclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de democratização (Dias Sobrinho, 2010). Ainda de acordo com o autor, o principal obstáculo para a “democratização” e expansão da educação superior é a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira.

Ainda de acordo com o autor, as políticas de democratização não devem apenas criar condições para que todos possam estudar, mas também assegurar igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo. Isso implica, entre outras providências, a necessidade de ações e programas que preparem os

jovens mais desfavorecidos para a dura competição pelo ingresso em bons cursos e carreiras socialmente valorizadas. (DIAS SOBRINHO, 2010).

Esse posicionamento sobre o conteúdo do termo democratização se coaduna com aqueles que, avaliando políticas de oferta educacional, entendem que os processos de ampliação quantitativa da oferta devem ocorrer simultaneamente à garantia de padrões de qualidade.

(...) o ensino superior brasileiro encontra-se diante de vários desafios que têm de ser enfrentados de forma decisiva. O sistema necessita de uma urgente expansão de suas matrículas, associada às políticas que promovam a democratização de seu acesso, propiciando a inclusão de grupos sociais que historicamente têm permanecido à sua margem. Sem dúvida, necessita de um novo pacto acadêmico que possibilite recuperar a dimensão estratégica da educação no processo de modernização e democratização do país, bem como recuperar a sua dimensão enquanto um bem público (MARTINS, 2006, p. 1019).

Espera-se hoje que a expansão agregue não apenas mais alunos, mas que se possa perceber uma maior independência entre as origens sociais destes e o desempenho acadêmico, a escolha de carreiras e a permanência nos cursos, o que concorreria para promover uma real democratização do ensino superior. Em outras palavras, não se aceita mais o esgotamento dessa meta apenas na perspectiva quantitativa, mormente numa era de avaliações. Deve-se levar em conta também outras questões, como a qualidade acadêmica a ser ofertada e o público a quem se dirige, tornando mais indeterminado o ingresso segundo a origem social do estudante (VARGAS, 2008).

Os recursos para promover a democratização são diversos, podendo ser via setor público ou privado. Criar novas instituições públicas, interiorizar as Instituições de Ensino Superior, expandir as vagas, tanto diurnas, quanto noturnas, é, para Ristoff (2006), a alternativa para a democratização. O mesmo autor entende que para que ocorra a democratização são necessárias ações que afirmem os direitos dos excluídos, assegurando o acesso e permanência a todos.

A educação tem função determinante na sociedade. Porém, o papel a ela destinado pelos organismos internacionais é incorporado aos interesses do mercado e é assim que o discurso da democratização da educação vem sendo difundido pelo Estado. O conceito de democratização é compreendido por Chauí (2003, p. 12) sob

a seguinte perspectiva: “É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade”.

A autora refere-se à diferenciação entre democratização da educação superior e massificação como uma das possibilidades de desenvolver mudanças nas universidades públicas, uma vez que a expansão de vagas, por si só, não garante a democratização das instituições mencionadas. Discute, também, aspectos que determinam uma mudança para democratizar esse nível de educação, dentre os quais destaca a importância de “Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão” (CHAUÍ, 2003, p. 12). De acordo com a afirmação, é possível compreender o discurso da inclusão de forma diversa da propalada pelos organismos internacionais e pelo Estado. Esse ponto correlaciona-se com a defesa dos movimentos sociais na luta pela garantia de seus direitos, cujo sentido original é diluído em meio ao discurso da inclusão difundido pelo Estado.

Concordamos com Oliveira (1996) que considera a democratização do acesso ao ensino uma consequência do que é estabelecido para a educação como um todo e que se fez imprescindível uma discussão sobre o assunto que permita apontar alternativas para que as camadas populares possam ter acesso a um ensino de melhor qualidade, dentro das condições atuais do desenvolvimento econômico. Para ele, o simples aumento de vagas, apenas contribui para a divisão social a partir dos paradigmas de centro e periferia, tirando a possibilidade da quantidade representar a qualidade, pelo seu caráter ideológico existente.

O sentido de democratização, aqui entendido neste trabalho, compreende as concepções de Mancebo (2008) e de Ristoff (2008), que afirmam que a democratização do acesso ao ensino superior envolve, além da expansão da oferta de vagas, a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais na Educação Superior. Essas noções remetem ao entendimento de que, dentre as condições iniciais para a democratização da educação superior, surge a questão do seu acesso universal. No entanto, ressaltam que não basta oferecer vagas suficientes para todos, necessário, também, garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes. É

nessa perspectiva que será orientada, neste trabalho, a discussão das políticas de expansão e de democratização da Educação Superior.

Assim, neste trabalho, a democratização do acesso à Educação Superior é entendida como a possibilidade de aumentar o acesso de estudantes de classes sociais menos favorecidas e de garantir a inclusão e a permanência de membros de todas as classes e grupos sociais.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Neste capítulo, como forma de compreender o contexto mais amplo em que se dá o REUNI, dentro de um cenário de políticas públicas educacionais, buscamos realizar um retrospecto do surgimento e reconfiguração da universidade sociedade brasileira, caracterizando o seu movimento de expansão, situando o embate entre a expansão do setor público e privado. Buscamos ainda, analisar como as políticas educacionais brasileira foram alteradas pela lógica neoliberal que passou a fazer parte da concepção do Estado brasileiro e por último, analisar como essas políticas afetaram o financiamento das universidades brasileira, com enfoque específico no governo Lula.

3.1 A universidade, Estado e a sociedade brasileira

Neste item, buscamos fazer uma análise da importância das Universidades para a sociedade brasileira, entender a função com que estas foram criadas, em seguida, analisamos as reconfigurações que as mesmas vêm sofrendo para atender outras demandas, não só a do conhecimento, mas também de ordem social e a forma como essas novas demandas interferem na formulação de políticas públicas voltadas para esse nível de ensino.

Inicialmente pensada para atender às elites, fato que pode ser confirmado por sua trajetória⁶, a universidade brasileira chega ao século XXI enfrentando crises e tentando responder a questionamentos que antes não faziam parte da sua agenda. Se antes a universidade era responsável somente pela produção de conhecimento científico, atualmente, a universidade é interpelada a contribuir, por intermédio do saber que produz, com soluções para os diversos problemas que afligem a sociedade da qual essa instituição faz parte. Consoante Fávero (2006), a universidade:

⁶ Ver Cunha (2003), Mendonça (2000) e Fávero (2006).

[...] foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas [...]. (FÁVERO, 2006, p.19)

Essa afirmação se apoia na concepção apresentada por Chauí (2003) que, sustenta que, por ser a universidade uma instituição social, esta passa a ser convocada, principalmente a partir dos anos 1990, para auxiliar nas resoluções dos problemas da sociedade. Diante desse cenário, torna-se evidente a pressão imposta à universidade para resolução de problemas de ordem sociais e, a partir de então, verifica-se um movimento de políticas públicas que possibilitem à universidade abrir espaço para novas camadas sociais, com o objeto de expandir e, conseqüentemente, democratizar o acesso à Educação Superior, de forma que possa contribuir mais com a sociedade e com o desenvolvimento do país.

Na última década, o governo brasileiro tem colocado como ponto central da sua agenda, a adoção de políticas para universalização e democratização da educação (MELO, 2009). Estas ações intensificaram-se mais na Educação Superior visando ampliar o restrito acesso a esse nível de ensino, especialmente, nas universidades públicas por meio de medidas variadas como o aumento da oferta de vagas, criação de novos cursos, estímulo do ensino à distância, política de cotas para ingresso e demais políticas de expansão do acesso ao ensino superior, conforme vimos no capítulo anterior, quando tratamos das políticas educacionais adotadas como propostas de democratização do acesso, dessa forma fica evidente as reconfigurações que as universidades vêm sofrendo quanto às suas funções perante a sociedade.

Historicamente, o nível superior esteve reduzido a uma pequena parcela da população. A pressão pelo acesso aos cursos superiores foi intensificada na segunda metade da década de 1990, resultado de políticas educacionais adotadas no período. Outros fatores também contribuíram para esse fenômeno, tais como, a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais, as aspirações das famílias por mobilidade social através da educação e a necessidade de preparação para o mercado de trabalho (NEVES; RAIZER; ROCHELE, 2007).

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram que a oferta passou de pouco mais de 1,5 para cerca de 4 milhões de estudantes na década de 1990, de forma que uma parcela significativa dos 47, 0% de jovens entre 15 e 17 anos que concluem o ensino médio não é absorvida pelos estabelecimentos de educação superior. A expansão alcançou apenas cerca de 14% dos jovens entre 18 a 24 anos (INEP, 2008).

Esse crescimento de vagas ocorreu predominantemente no setor privado em detrimento do setor público, conforme será evidenciado adiante, quando abordaremos as características do movimento de expansão de vagas no ensino superior. Outra característica foi a diminuição de investimentos na educação superior pública que fez com que as universidades não conseguissem atender plenamente a crescente demanda por educação superior (CORBUCCI, 2004).

Ainda segundo o autor mencionado, para que a educação possa contribuir, de fato, na redução das desigualdades sociais, tornam-se necessárias políticas ativas de financiamento que favoreçam o rompimento do círculo vicioso entre educação e renda, que se estabelece de forma tão marcante na sociedade brasileira. Na análise do ensino superior no Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, revelam uma situação absolutamente desfavorável para o País, 69% dos jovens de 18 a 24 anos não estão estudando e a média de escolarização dos jovens nesta faixa etária é 8,3 anos. No total dos que estão estudando, 4% ainda se encontram no nível fundamental, 13% se encontram no nível secundário, e 13% no nível superior.

Neste sentido, a expansão recente revela que o acesso à educação superior ainda se mostra bastante concentrada nos jovens das camadas de faixas de renda alta e média, e brancos revelando o baixo impacto da expansão como processo de democratização para uma parcela significativa da população. De fato, em uma sociedade heterogênea, apenas ampliar vagas não garante o acesso e a formação do estudante com vulnerabilidade social. Com esse cenário, é preciso considerar que a democratização do acesso ao ensino superior envolve questões políticas mais complexas (MELO, 2009).

Com a ampliação do acesso e implantação de políticas públicas para democratização, há uma intensificação do debate em torno dessas questões. Como aponta Moehlecke (2004), o entendimento do termo democratização precisa ser contextualizado historicamente a fim de possibilitar a compreensão dos seus

significados dentro do contexto de reforma universitária e também no panorama das três crises, apontadas por Santos (2004) que interpelam a universidade na atualidade, que serão explicadas em seguida.

Assim, para melhor compreender o debate sobre a democratização da universidade, é necessário analisar o contexto em que essa instituição social está inserida. Colaborando com essa “contextualização temporal”, Santos (2004) identifica três crises que abalam a universidade, já mencionadas anteriormente, são elas: crise de hegemonia, crise institucional e crise de legitimidade.

Segundo Santos (idem), a crise de hegemonia é caracterizada pelo confronto entre as funções tradicionais da universidade, como a produção de conhecimento científico para atender às elites, e as novas atribuições delegadas a ela durante o século XX, como a formação de mão-de-obra para atender às exigências do capitalismo.

Dessa forma, a Universidade está envolvida em um embate entre as suas funções e as políticas de expansão e democratização para um maior acesso da população ao ensino superior e de forma mais rápida preconizada pelo capitalismo e estimulada pelas políticas educacionais em vigor no país.

As demandas apresentadas pelo capitalismo para as universidades foram caracterizadas por Santos (ibidem) quando define a crise institucional, como resultado da contradição entre a autonomia reivindicada pela universidade (seus objetivos e valores) e o atendimento às demandas tanto empresariais quanto às da sociedade.

Quanto à crise de legitimidade Santos (ibidem) assim a caracteriza:

[...] a crise de legitimidade provocada pelo facto de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e **as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro.** (SANTOS, 2004, p. 9, grifo nosso).

A crise de legitimidade comentada pelo autor pode ser percebida quando analisamos as políticas educacionais que têm sido propostas pelo Estado, as quais possuem uma concepção baseada nos pressupostos do capitalismo, que prega que a universidade tem a função de expandir ao máximo as suas atividades de ensino,

com igualdade de oportunidades para os menos favorecidos, e que ofereçam uma formação rápida e baseada nas necessidades de mão-de-obra do mercado de trabalho.

Um dos grandes desafios que se impõem à Educação Superior é o de encontrar caminhos que possibilitem a democratização do seu acesso para amplos setores da população, mantendo, ao mesmo tempo, o nível de qualidade e a preocupação também em torno das condições necessárias para assegurar a permanência dos alunos nesse nível de ensino.

Por não conseguir dar conta dessas funções tão conflitantes, a universidade perde a hegemonia sobre o ensino superior que passa a ser oferecido também por outras instituições de ensino superior, que são focadas apenas no ensino e que não possuem toda a estrutura de uma universidade, que tem como função aliar um ensino de qualidade, com a pesquisa e a extensão.

Diante do papel das universidades para o desenvolvimento do país, conforme abordado anteriormente, faz-se necessário entender a forma como as políticas públicas educacionais vêm sendo direcionadas, entendendo a nova configuração que essas instituições têm recebido e como é possível a essas cumprir a sua função social no contexto das atuais políticas.

Em suma, o debate sobre as universidades e as suas funções sociais passa também pela democratização do acesso às universidades brasileiras, não somente a ampliação de vagas, mas a democratização do acesso, uma vez que esse acesso ainda é pouco diversificado, e o financiamento de recursos para que a universidade possa cumprir as funções que lhes estão sendo impostas a partir das políticas educacionais baseadas no capitalismo, conforme aponta Santos (2004).

Espera-se, hoje, que essa expansão não apenas agregue mais alunos, mas que se caracterize por uma maior independência entre as origens sociais destes e o desempenho acadêmico, a escolha de carreiras, a permanência nos cursos, e o oferecimento de um ensino superior com qualidade e de forma associada à pesquisa e extensão, o que concorreria para promover uma democratização, em seu sentido amplo, do ensino superior.

No item seguinte, realizamos uma retrospectiva das políticas de expansão de vagas para a educação superior, a partir da década de 1960, quando há uma pressão maior para a expansão desse nível de ensino, e também a reconfiguração das funções das universidades e o crescimento das instituições de ensino superior,

com o objetivo de suprir a demanda por esse nível de ensino, assim como analisamos as características dessa expansão, que ocorreu nos setores públicos e privados, tendo este último predominado nesse movimento de expansão.

3.2 A expansão da Educação Superior no Brasil: entre o público e privado no Brasil

Como vimos na seção anterior, considerando a existência de uma demanda reprimida pleiteando o ingresso na Educação Superior, incorpora-se à agenda das prioridades do governo brasileiro a preocupação em torno da política de expansão do ensino e de ampliação do acesso, que se voltam tanto para o setor privado quanto para o setor público, priorizando em suas propostas a democratização a Educação Superior de grupos sociais tradicionalmente excluídos desse nível de ensino.

A Educação Superior no Brasil passou por movimentos periódicos de expansão e contenção de matrículas, resultantes da demanda por esse nível de ensino e da articulação estabelecida entre o sistema de ensino público e privado. Neste sentido, buscamos nesse tópico compreender os aspectos da trajetória da expansão da Educação Superior apreendendo as características desse movimento de expansão.

Ressalvamos que, muito embora tenham ocorrido movimentos importantes no sentido de ampliar o acesso à educação superior brasileira desde o seu surgimento, esta seção discorrerá a evolução desse crescimento apenas a partir da década de 1960. Essa escolha temporal deveu-se em função dessa década ter abrigado a principal reforma desse nível de ensino ocorrida na história do país, cujos reflexos foram sentidos na ampliação de vagas (SAMPAIO, 2003). Desse modo, são apresentados alguns dados da evolução do número de matriculados na Educação Superior de 1960 a 2008 e também são incluídos dados da evolução das taxas anuais de crescimento dessas matrículas em ambos os setores.

A década de 1960 inicia-se com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Na promulgação dessa Lei, havia uma primeira abertura ao funcionamento de

instituições privadas e, além disso, introduziu, no campo da Educação Superior, várias medidas para superar as barreiras de acesso à Educação Superior. A LDB de 1961, de acordo com Cunha (2007, p. 826) completa essa série de medidas parciais com o objetivo de “facilitar, direto ou indiretamente, a candidatura ao ensino superior”.

Uma das medidas foi a concessão de plena equivalência a todos os cursos de grau médio para entrada no nível superior, de forma que todos os concluintes do ensino médio, independente de ser profissionalizante, poderiam se candidatar aos cursos superiores. Portanto, devido a esses fatores, a demanda cresceu mais que a oferta, ocasionando a mobilização por mais vagas e mais verbas nas universidades, sobretudo por parte dos estudantes (MELO, 2009).

Algumas reivindicações foram atendidas pela LDB, mas a educação superior continuou sendo alvo de críticas por parte da população, principalmente por parte dos alunos, e assim cresce a mobilização para uma reforma nesse nível de ensino. Dessa forma, no final da década de 1960, foi instituída a Reforma Universitária estruturação do ensino superior pela Reforma Universitária do período autoritário, que tem como referência a Lei no 5.540/68, ainda se reflete na Educação Superior, cuja estrutura, organização e funcionamento, especialmente das universidades públicas, assentam-se, em grande parte, nos pilares que configuraram e institucionalizaram o modelo de universidade no Brasil, assentado no chamando tripé: ensino, pesquisa e extensão (DEUS, 2008).

Leite (2006) afirma que as demandas por reformas de cunho democratizante têm início na década de 1960, materializando-se no Brasil com a Reforma de 1968. De maneira geral, havia uma pressão da população por maior participação da universidade nas questões sociais, de um lado e, de outro, o setor econômico demandava maior investimento em pesquisas. É, segundo essa autora, neste cenário que emerge a extensão “[...] como função básica da universidade”, transformando em um dos tripés da instituição ao lado da pesquisa e do ensino (LEITE, 2006).

De acordo com Fávero (2006), a Reforma Universitária de 1968, com o objetivo de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, propusera as seguintes mudanças: implantação do “sistema de créditos”; “sistema departamental”; “vestibular unificado”; “ciclo básico”; “matrícula por disciplina”; “carreira no magistério” e a “pós-graduação”.

Macedo et al (2005, p.129) pontua que a Reforma de 1968 consolidou a universidade como um instituto de ensino superior que possuía, entre as suas principais atribuições, a produção do saber científico por meio de pesquisas. Dessa maneira, caberia à extensão a construção da ponte entre a comunidade acadêmica (e o conhecimento universitário) e a sociedade, por meio do repasse dos resultados das pesquisas e, também, da participação dos universitários em projetos que tivessem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Em que pesem esses avanços, a referida Lei não garantiu a autonomia financeira das instituições públicas de Educação Superior e o setor privado continuou crescendo com o incentivo do Governo Militar e de diversos dirigentes de instituições privadas que tinham o apoio do Conselho Federal de Educação na criação de novos estabelecimentos (MELO, 2009).

Na década de 1970, os reflexos das políticas adotadas na década anterior foram percebidos efetivamente. Neste período, registrou-se uma forte expansão desse nível de ensino, tanto no setor público quanto no setor privado. De 425.475 estudantes em 1970, o País passou a 1.311.199, em 1979. O setor público, que até então era majoritário na oferta do ensino superior, perdeu espaço para o setor privado. Nos anos de 1970, o setor privado passou a responder por 50% das matrículas, percentual este que será cada vez mais ampliado, chegando a 64,8% em 1979 (NOGUEIRA, 2008).

Portanto, apesar do discurso oficial de democratização da educação superior pelo sistema público, o que se observou nos anos seguintes à Reforma, durante o período militar, foi o crescimento exagerado do setor privado, principalmente de instituições isoladas, e a diminuição dos investimentos no ensino superior público.

Apesar das críticas, a expansão verificada contribuiu para expandir o acesso à educação superior, pois aumentou as possibilidades de ingresso de candidatos das camadas sociais menos privilegiadas. Mas, cabe ressaltar, que o incremento de vagas não foi prioridade do setor público, pois ocorreu à custa do aumento do setor privado e foi concentrado na área das Ciências Humanas, onde o investimento é menor e o retorno é mais lucrativo (MELO, 2009).

A década de 1980, de acordo com Nogueira (2008), em sentido contrário ao movimento dos anos anteriores, foi marcada por uma estagnação no crescimento do ensino superior, tanto no setor público quanto e, principalmente, no setor privado. Para a autora, essa refreada na ampliação do número de matrículas é consequência

de uma forte crise econômica pela qual o país passou nesse período com o fim do chamado Milagre Econômico brasileiro, vivenciado na década de 1970⁷.

Ainda segundo Nogueira (2008), durante a década de 1980, o setor público teve uma leve ampliação de sua participação na oferta, que passou de 35,7%, em 1981, a 38,5%, em 1989, passando o setor privado de 64,3% a 61,5%, no mesmo período. Essa pequena redução da participação do setor privado, contudo, não chegou a comprometer sua presença marcante.

O início da década de 1990, ainda sob efeitos da chamada década perdida, também é marcado pela estagnação do crescimento das matrículas no ensino superior do país. A necessidade de ampliação do acesso a esse nível de ensino, contudo, é reconhecida já nos discursos do primeiro governo neste período. No ano de 1996, no primeiro mandato do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso é promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Para Macedo et al (2005 p. 60), “o empresariamento da educação acelerou-se após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996”.

No entendimento de Silva (2004), as formulações apresentadas pela abordagem neoliberal indicam o mercado como elemento regulador da economia do Estado e todos os serviços sociais de educação, saúde e habitação mantidos por ele. Desta forma, o papel do Estado passou a ser regido com base na elaboração de estratégias que diminuíram sua participação no financiamento e fornecimento da educação, mas que garantiam o controle dos resultados da Educação Superior. Essa lógica neoliberal será tratada mais detalhadamente na seção adiante.

Simultâneo à crescente procura por ensino superior, que se observou durante a década de 1990, foi uma redução progressiva dos recursos destinados à manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior. Corbucci (2004, p. 681) assim sintetiza a questão:

Os dispêndios do MEC com a educação superior, em especial, destinados à manutenção da rede federal, foram sistematicamente contingenciados ao longo da década de 1990. Ao se estrangular a

⁷ Particularmente no que se refere ao ensino superior privado, Sousa (2006) aponta que seu processo expansionista foi limitado, também, por fatores legais. O autor menciona diversos decretos da época suspendendo ou proibindo temporariamente a criação de novos cursos.

capacidade das IFES, também se abriu caminho para o crescimento do setor privado.

Em um contexto de aumento de demanda por acesso à Educação Superior, de criação de novas alternativas de tipos de instituições e cursos, e de redução dos investimentos públicos nesse nível de ensino, as instituições privadas encontraram espaço para se expandir. Os dados relativos à oferta desse nível de ensino no período são ilustrativos nesse sentido. Em termos de matrícula, a rede pública passou de 578.625 alunos, em 1990, para 832.022, em 1999. A rede privada por sua vez passou de 961.455 alunos para 1.537.923, no mesmo intervalo de tempo. Enquanto o crescimento no setor público foi de 43,8%, no setor privado foi de 60%. Ao final da década, a participação na oferta do setor público era de 35,1%, e no setor privado era de 64,9% (NOGUEIRA, 2008).

No início do ano de 2001 foi publicado o Plano Nacional da Educação (Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001). O plano contempla objetivos e metas diretamente relacionados a esse desafio de expandir o ensino superior no país, bem como alguns que indiretamente contribuem para tal finalidade. Dentre eles, cabe mencionar o seguinte:

[...] prover até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos (nº 1); estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País (nº 3); estabelecer um amplo sistema interativo de educação à distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada (nº 4); diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientelas com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para exercício do magistério ou de formação geral (nº 10); diversificar a oferta de ensino, incentivando a criação de cursos noturnos com propostas inovadoras, de cursos sequenciais e de cursos modulares, com a certificação, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação da oferta de ensino (nº 13) (BRASIL, 2001).

Segundo Nogueira (2008, p. 38), “dentre os objetivos e metas apontados, todavia, não há nenhum que acene mais fortemente no sentido de assegurar a diretriz de fortalecimento do setor público”.

No início do século XXI, tem continuidade a política de expansão do ensino superior apoiada, sobretudo, na iniciativa privada. A participação do setor público nas matrículas é progressivamente reduzida de 2000 a 2006, passando de 33,0% para 25,9% nesse período. Em 2006, o país possuía um total de 4.676.646 matrículas na graduação presencial, registrando um crescimento de 5,0% em relação ao ano anterior. As instituições públicas tinham 1.209.304 matrículas nessa modalidade de graduação, contra 3.467.342 matrículas nas particulares. Como se vê, a rede privada, hoje responsável por cerca de 74,1% da oferta, foi novamente protagonista no processo de expansão (NOGUEIRA, 2008).

É fundamental perceber que a expansão dos últimos anos ocorreu, principalmente, pelo setor privado, que hoje representa 90% das instituições. De acordo com Ristoff (2008, p. 45):

Quando esse setor deixa quase a metade de suas vagas ociosas, quando índices alarmantes de inadimplência o desestabilizam e quando a evasão ameaça inviabilizar mesmo cursos de altíssima demanda, fica evidente que a sua capacidade de expansão está próxima do limite. Junte-se a isso o fato de que os mais de 9,5 milhões de estudantes do ensino médio têm renda familiar 2,3 vezes menores do que a dos estudantes que hoje estão na educação superior.

De acordo com os dados do INEP de 2007, a distribuição de IES por categoria administrativa aproxima-se à verificada nos anos anteriores, com 89% de instituições privadas e 11% de instituições públicas, sendo 4,6% de instituições federais (BRASIL, 2007). Do mesmo modo que nos anos anteriores, as IES privadas foram responsáveis pela oferta do maior número de cursos em 2007, um total de 16.892. Contudo, as instituições federais de ensino superior apresentaram o maior crescimento percentual (8,8%) de crescimento no número de cursos em relação a 2006.

De acordo com Nogueira (2008), além da ampliação progressiva dos recursos financeiros da rede federal já instalada, no Governo Lula deflagrou-se um processo

de ampliação dessa rede, por meio da construção e/ou consolidação de novas universidades e campi. O processo de autorização desenfreada de instituições e cursos vivenciados, de modo mais marcante, na segunda gestão de FHC, foi contido, em parte, logo no início do governo Lula.

Ainda segundo a autora, é preciso registrar que o estímulo novamente à sobrevivência das instituições privadas não deixou de ser realizado durante a primeira gestão do Governo Lula. A criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), a ser detalhado adiante, sob o argumento de regulamentação das isenções fiscais e de democratização do acesso ao ensino superior, trouxe novo fôlego às instituições privadas, notadamente às particulares.

Como visto, pelos dados expostos de 1960 a 2007, as matrículas no ensino superior do Brasil vêm crescendo constantemente, sendo este crescimento em alguns momentos maior e, em outros, menor. O maior crescimento na oferta de vagas ocorre na década de 1970, tanto para o setor público quanto para o setor privado.

Nogueira (2008) destaca algumas características relacionadas ao perfil atual do sistema de ensino superior do Brasil, dentre as quais: (1) a baixa taxa de atendimento da população, ainda hoje; (2) a privatização do ensino superior; (3) a heterogeneidade do sistema; e (4) as desigualdades regionais na oferta. Para retratar este quadro, a autora baseou-se nos dados do Censo de 2006 e 2007. Os dados analisados evidenciam o aprofundamento da privatização do ensino superior brasileiro, impulsionado pelas políticas governamentais, por meio de liberalização e desregulamentação desse setor que tem encontrado facilidades para expandir.

No Brasil, a questão da expansão do acesso à Educação Superior, como proposta de democratização está perpassada pela tensão público/ privado, como percebemos nas políticas educacionais implantadas com esse objetivo. No desenvolver dessas políticas percebemos o forte embate entre o financiamento da rede pública e o fortalecimento das instituições privadas.

A lógica da expansão do ensino superior está intercalada com as concepções capitalistas, ao analisarmos esse movimento de expansão podemos perceber que os investimentos foram realizados na área pública, mas também no setor privado, tendo este último prevalecido durante o período analisado, dessa forma percebemos que a opção escolhida pelo Estado para tratar a questão do acesso à Educação Superior,

foi por meio do fortalecimento do setor privado, com redução da participação e responsabilidade do governo com a questão da Educação na área público.

Essa lógica de expansão e eventual democratização da Educação Superior está presente nas políticas educacionais analisadas, incluindo nesse conjunto o REUNI que apesar de se tratar de uma política de expansão das Instituições Federais de Ensino, traz em sua concepção, conforme abordaremos no capítulo seguinte, toda a lógica da expansão preconizada pelos organismos multilaterais e capitalistas.

A concepção de expansão e democratização contida no REUNI, é a mesma utilizada para o crescimento do setor privado imbuída nas políticas para o ensino superior de cada período analisado, a reforma das universidades públicas, pautadas pela redução de investimentos nessa área, como explica Cunha (2003), ao afirmar que a expansão do ensino superior privado se deve às influências das ideias neoliberais sobre as propostas de reforma desse grau de ensino, em particular, da universidade pública brasileira.

Dessa forma, percebemos que a questão da democratização nas políticas educacionais brasileiras está posta como a expansão do acesso por meio de mecanismos menos onerosos para o Estado, seja através do setor privado ou público, como é o caso do REUNI e demais políticas analisadas, sem no entanto, aliar essas políticas aos meios necessários para uma efetiva democratização, com todos os aspectos necessários como vimos na concepção adotada nesse trabalho, que para haver de fato democratização do acesso, é necessário aliar a expansão aos mecanismos de inclusão de grupos excluídos desse nível de ensino, com qualidade e meios de permanência dos estudantes.

É dentro deste perfil de compreensão das influências das práticas neoliberais nas políticas educacionais adotadas no Brasil que contextualizamos a próxima seção, abordando as políticas educacionais de reforma e expansão do ensino superior no Brasil a partir dos pressupostos do neoliberalismo vigentes no país, principalmente a partir da década de 1990.

3.3 As políticas públicas de Educação Superior no contexto neoliberal

Para compreendermos o contexto em que as políticas educacionais são implementadas, é necessário compreender o contexto histórico e políticos que o país vivencia. É relevante, para o entendimento da construção das políticas públicas, inseri-las nesse contexto e percebê-las aliadas às transformações econômicas. Por isso, faremos uma reconstrução desses momentos a partir dos anos 1990, quando o Brasil começou a viver um período de mudanças significativo nos paradigmas econômico e político, influenciadas pela economia mundial.

Na década de 1990, o cenário mundial que se constitui está relacionado diretamente com os reflexos da crise do sistema capitalista, em que um novo modo de pensar a acumulação de capital está posto mundialmente. Nesta reestruturação da economia, é racionalizada a participação do Estado que passa a atuar com políticas assistencialistas mais incisivas, a negociar com os sindicatos com imparcialidade, a estimular o crescimento do setor privado, diminuindo sua responsabilidade com praticamente todos os setores da sociedade civil (GENTILI, 2006).

Nessa década, todo o espectro de políticas sociais e econômicas esteve sob a influência da chamada Agenda neoliberal. O conjunto de propostas assumiu um caráter abrangente, com implicações para além das fronteiras nacionais, o que confere especificidade aos anos 1990. Daí, a relevância de uma investigação que procure apreender a singularidade deste momento histórico no que concerne à política pública para o ensino superior.

Dentro desse contexto de globalização, estabeleceu-se uma nova forma de se pensar o mundo e atender a novos padrões criados para comportamento e funcionamento da economia mundial, visto que há a reformulação do pensamento liberal que se transforma em neoliberalismo e, com isso, uma nova forma de estabelecer e interpretar as relações sociais dentro dos aspectos públicos e privados, determinando que a participação do Estado nas atividades econômicas fosse exercida de forma mínima (DOURADO, 2006).

Na análise de Carvalho (2006), as reformas do Estado, implementadas na América Latina nos anos 1990, tiveram como fundamento a doutrina neoliberal, complementando essa ideia, Gentili (2006), descreveu o neoliberalismo como um

complexo processo de construção hegemônica, uma estratégia de poder, principalmente das principais potências do mundo capitalista, que se implementou através de um conjunto de táticas que reafirmaram tanto a realidade como a mentalidade das pessoas. Pare ele, o neoliberalismo deixou os países pobres ainda mais pobres, desiguais, reproduzindo os privilégios de uma minoria da população.

Nesse contexto, o Estado, como regulador do conflito social e político, historicamente, tem assumido posições em defesa dos direitos da propriedade privada e do capital, acirrando o confronto da relação estado-sociedade, público-privado, expressivo a partir das políticas neoliberais que substanciam a chamada crise de Estado⁸ que, ao ser pressionado pela nova lógica neoliberal, diminui sua atuação no controle direto da economia para manter-se no mercado como regulador (SOUZA, 2007).

Então, a partir dos anos noventa, assistimos a uma avalanche de ações governamentais baseadas nesse novo modelo capitalista que perpassa todos os setores, mantendo-se a mesma estrutura social estratificada e desigual, com uma dinâmica há muito conhecida. A adequação a esse novo sistema requer políticas públicas que favoreçam a formação de outros conceitos de consumo, de trabalho, de produção, para atuar nesse contexto (SOUZA, 2007).

Isso posto, esses movimentos de reestruturação produtiva provocam mudanças nas organizações políticas, que, por sua vez, afetam as construções de caráter social das políticas públicas, sobretudo, as políticas educacionais que, quando efetivadas, reforçam os interesses do grupo de investidores privados, compondo o caráter hegemônico desse grupo em coadunância à racionalização do Estado e a fragmentação social (OLIVEIRA, DOURADO e AMARAL, 2006).

No Brasil, nesse período, a Reforma do Estado⁹ se consolida a partir de um discurso justificador que tem como base um diagnóstico que aponta para a ampliação de sua participação no setor econômico, como desvio de suas funções básicas que teria provocado uma gradual deterioração dos serviços públicos,

⁸ Para Diniz e Azevedo (1997, p. 31), um traço da crise do Estado brasileiro liga-se à de governabilidade, ou seja, à dificuldade do exercício da autoridade estatal. “O governo não tem meios necessários para executar suas políticas e, sobretudo falta-lhe autoridade para obter aquiescência às suas determinações”.

⁹ A partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE, Brasília, 1995, p. 15) o aparelho do Estado é entendido em seu sentido mais amplo, isto é, a estrutura administrativa e os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

agravamento da crise fiscal e aumento da inflação. Em decorrência disso, o Governo defende ser imprescindível reformular o Estado na perspectiva da flexibilidade, do enxugamento das funções públicas, da administração gerencial (SOUZA, 2007).

Ainda na concepção da autora, esse argumento foi utilizado para justificar a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, em especial, na oferta dos serviços sociais à população. Para os defensores do neoliberalismo, as conquistas sociais, como o direito à educação, à saúde, aos transportes públicos, entre outros, devem ser regidos pelas leis do mercado, ou seja, o Estado deve liberar os serviços sociais para exploração do mercado capitalista, direcionando suas ações com vistas à reprodução do capital.

Dessa forma, no Brasil, a entrada das políticas neoliberais foram assinaladas já no Governo Fernando Collor de Mello, que se caracterizou pela liberalização comercial e o novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, e rigidez no gasto público (DOURADO, 2002).

Assim, o ano 1990 como afirma Dourado (2002), são marcados principalmente pela busca de solução da crise de hegemonia do Estado, que vai resultar na sua reforma, e, como consequência, na perda dos direitos sociais dos trabalhadores, em especial dos servidores públicos. Essa discussão toma corpo a partir de 1994, no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que assumiu uma reforma sob o pretexto de tornar o Estado mais ágil e eficiente a fim de modernizar a gestão e promover a qualidade do serviço público.

Para Souza (2007), a Reforma do Estado foi o elemento central da agenda governamental e envolvia as reformas tributária, fiscal, política, da previdência social e administrativa. Compreendia, ainda, uma redefinição do papel do Estado na mediação das relações capital-trabalho por meio de um novo ordenamento jurídico regulamentador das relações de trabalho, tanto na esfera privada quanto na pública, e as mudanças na legislação que rege a atividade e a organização sindical em ambos os setores.

As políticas educacionais adotadas para o Ensino Superior instantaneamente sofrem os reflexos dessas transformações econômicas e sociais, pois a preparação para o mercado de trabalho é considerada uma responsabilidade deste nível de ensino. Desta forma, as demandas advindas desse sistema de flexibilização da

economia tornou urgente uma mudança na postura das universidades pela visão do Estado.

De acordo com Souza (2007), o projeto de Reforma do Estado brasileiro fez parte de um projeto mundial do neoliberalismo, que tem sua agenda consolidada pela privatização de instituições públicas-estatais e Reforma da Constituição com o intuito de flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade como também as relações entre capital e trabalho, indo ao encontro das proposições do Consenso de Washington¹⁰ e de seus executores o Banco Mundial, o FMI e BID.

Contudo, esse processo não se dá de forma harmoniosa, ao contrário, conflitos e contradições geram confrontos sociais e disputas por projetos políticos e sociais e, em cada conjuntura, a correlação de forças dará o formato e os contornos que assumirão as políticas do Estado. Nesses confrontos, os movimentos sociais buscam conquistar espaços democráticos afirmação de direitos e redefinição das relações de poder entre o Estado e a sociedade, contestando o domínio da classe dominante sobre as classes dominadas e o controle do Estado de forma que a sociedade civil, através de suas organizações sociais e políticas, em um processo contra hegemônico, vêm construindo proposições e ações que buscam impedir, no caso referido da temática abordada neste trabalho, a transformação da universidade pública em organizações para fins privatistas, conforme as indicações das agências internacionais de financiamento (SOUZA, 2007).

É importante ressaltar que, nesse contexto, as instituições de Educação Superior são compelidas, como afirma Michelotto (2003), a direcionar suas atividades no sentido oposto ao da democratização e da socialização do conhecimento, sujeitando-se às políticas oriundas de organizações que representam a hegemonia mundial, que impõem restrições às políticas de cunho social.

Nesse sentido, ainda dentro do contexto do neoliberalismo, analisaremos na seção seguinte, as influências dos organismos internacionais no financiamento da educação superior e o impacto dessas recomendações para as universidades.

¹⁰ Remonta de novembro de 1998, em uma reunião em Washington, quando funcionários do governo americano e dos organismos financeiros como o FMI, o Banco Mundial e o BID propuseram uma avaliação das reformas econômicas, abrangendo dez áreas: 1. disciplina fiscal; 2. diminuição dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. investimentos estrangeiros; 8. privatização; 9. desregulação; 10. propriedade intelectual.

3.4 Pressupostos do Banco Mundial para as Políticas Públicas no Brasil: Suas repercussões na Educação Superior

Nesta seção, buscamos analisar a forma como o ensino superior apresenta-se na perspectiva da lógica neoliberal, como conceituada na seção anterior, e os desdobramentos dessas políticas que apresentam sintonia com as recomendações do Banco Mundial e de organismos multilaterais de financiamento, a relação das políticas públicas educacionais adotadas no Brasil com os preceitos destas Instituições, sobretudo no tocante ao financiamento.

Atualmente, o ensino superior tem sido um assunto relevante para a sociedade dentro de um contexto geral. Foram implementadas diversas políticas públicas internacionais e, conseqüentemente, nacionais que interferiram nos projetos do Estado. Os organismos internacionais participam diretamente da elaboração dessas políticas públicas dentro do contexto educacional, estabelecendo regras, recomendações e orientações a serem seguidas pelos países (DIAS SOBRINHO, 2003).

Essas tendências políticas, ainda de acordo com o autor, vêm articuladas a um contexto econômico-financeiro mundial em que as diretrizes visam à abertura comercial, a liberalização financeira, à desregulamentação dos mercados, privatizações de empresas estatais, prevalecem, atendendo a uma visão gerencial de mercado. Os organismos multilaterais, especialmente o Banco Mundial, exercem imprescindível influência na definição das políticas para a educação superior nos diferentes países e na disseminação dos pressupostos neoliberais (MELO, 2009).

O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) configuram-se como importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira. No campo educacional, esses interlocutores, particularmente o Banco Mundial, revigoram a sua atuação no país a partir da década de 1990. Dessa forma, na presente análise, vamos nos reportar à atuação do Banco Mundial, considerando a sua liderança no processo de reestruturação das políticas educacionais para a Educação Superior.

Criado no ano de 1944, o Banco Mundial apresenta-se na década de 1990, como uma agência de grande influência nas políticas públicas brasileiras, principalmente após assumir a característica de órgão de reestruturação do sistema

produtivo e econômico. No campo educacional, o Banco Mundial embora não atue especificamente na reestruturação do sistema educacional dos países onde atua, a educação é diretamente influenciada por suas ações, já que faz parte das principais áreas em sua posição ou até mesmo ascender na estrutura que atua sua política de desenvolvimento econômico (MELO, 2009).

Desse modo, as reformas implementadas na educação superior, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, seguiram as diretrizes dos organismos internacionais, cuja tese é a de que o sistema de ensino superior deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos (JESINE e BATISTA, 2006).

No Brasil, essas diretrizes marcaram as políticas macroeconômicas e as sócio-educacionais, e a educação pública passou a ser vista como mercadoria. Apoiando-se no discurso de combate à pobreza, o Banco incentivou o investimento público na educação básica, sobretudo no nível fundamental, e a transferência da responsabilidade da oferta de educação superior para o setor privado (MELO, 2009).

De acordo com o documento com as recomendações do Banco Mundial, as reformas nos anos 1990, no Brasil, adquirem importância singular, uma vez que o Estado “não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas e ele dirigidas, sobretudo na área social” (BRASIL, 1995, p.10).

Desse modo, são apresentadas diversas medidas de ajustes, claramente vinculadas às diretrizes neoliberais, a saber: (1) ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua governança, ou seja, sua capacidade de implementar, de forma eficiente, políticas públicas (BRASIL, 1995, p.11).

Tomando como bases esses princípios, verifica-se a tentativa de desmonte de qualquer proposta que vise à expansão do ensino superior gratuito. Segundo o Banco Mundial, os países em desenvolvimento apresentam um gasto elevado com a educação superior, De acordo com a tese apresentada pelo Banco Mundial, quanto ao modelo de universidade, recomenda-se a separação entre instituições de ensino

e pesquisa, e as instituições apenas de ensino. O objetivo é concentrar essas duas atividades apenas em algumas universidades públicas e não em todas devido seu alto custo, criando assim algumas instituições de excelência (BANCO MUNDIAL, 1995).

Entre os objetivos empregados pelas diretrizes do Banco Mundial, está a racionalização da eficiência da educação, na qual a avaliação, diversificação, autonomia universitária, flexibilização, descentralização e privatização das instituições enquanto organizações sociais. A influência das agências de financiamento internacionais, no que se refere às medidas empregadas ao ensino superior, tem focado a diminuição dos gastos dos setores público com as instituições federais. (SGUISSARDI, 2000).

Após constatar essa crise que o setor vem passando nos últimos anos, mostra que é possível obter melhores resultados sem aumento de recursos. Para tanto, o documento propõe reformas para a educação superior, apresentadas, de forma sucinta, em quatro orientações que podem ser traduzidas da seguinte maneira:

Promover a maior diferenciação das instituições, incluindo o estabelecimento de instituições privadas; 2) “Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento; 3) Redefinir a função do governo no ensino superior e 4) Seguir políticas que estejam destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e equidade” (BANCO MUNDIAL, 1995, p. 4).

Conforme o documento, os objetivos dessas medidas tendem melhorar a equidade, eficiência e qualidade do ensino superior. No entanto, para Sguissardi (2000, p. 15), essas propostas do banco sintetizam as necessidades de “ajuste econômico e fiscal dos países em desenvolvimento, as premissas das análises econômicas do tipo custo/benefício norteiam as principais diretrizes do Banco para a reforma dos sistemas de educação superior: priorizam-se os sinais de mercado e o saber como bem privado”.

No que concerne à segunda orientação, enfatiza também os benefícios de institutos profissionais e técnicos e o ensino a distância como forma de acesso de um maior número de alunos, já que seus custos são mais baixos.

O modelo de universidade, nas indicações do Banco, está longe do sentido de grande universidade que ensina, pesquisa e extensão, pois considera esse modelo muito custoso, sendo assim, refutado para países em desenvolvimento. Tais países devem optar por instituições voltadas apenas para o ensino, e mais sensíveis às necessidades do mercado de trabalho, recomendam-se, para isso, as universitárias privadas. Portanto, essa diretriz se configura com a possibilidade de criação de diferentes modalidades de instituições de ensino superior, como universidades, centros universitários, faculdades ou instituições isoladas, especializadas em ensino e/ou em pesquisa (JEZINE e BATISTA, 2006).

No contexto da mundialização da globalização e das políticas neoliberais, a reforma do Estado brasileiro, iniciada no Governo Collor sob a referência do modelo econômico-político traçado no Consenso de Washington definiu uma série de medidas pautadas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público, na proclamação da superioridade do setor privado e nas políticas de ajuste neoliberais que promoveram a redefinição das esferas pública e privada, com a ampliação do setor privado, traduzindo-se na redução do tamanho do Estado (JEZINE e BATISTA, 2006).

Neste sentido, o processo de privatização da educação superior foi se desenvolvendo prioritariamente por duas vias. A primeira, pela flexibilização na legislação, que impulsionou a liberalização de serviços no interior das instituições públicas (CHAUÍ, 1999). A segunda, pelo forte incentivo governamental para a ampliação do setor privado, inclusive fazendo uso de verbas públicas (CUNHA, 1999; TRINDADE, 1999).

Esse colossal crescimento do número de IES, centrado no setor privado relaciona-se a política de diversificação e expansão das instituições de educação superior no Brasil, que tem sua culminância no art. 45 da Lei nº. 9.394/96, constando que “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, cujos parâmetros são definidos pelo Decreto Lei nº 3.860, de 09/Julho/2001, no seu art. 7º que estabelece uma nova organização para as IES, quais sejam: I – universidades, II centros universitários e III faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores. E define, de forma sumária, no art. 52 as características de uma universidade, diferenciando pelo menos, dois tipos de instituições: as que realizam “formação de quadros de nível superior, de pesquisa, de extensão” universidade, e

as que se dedicam ao ensino. Ao estabelecer a diversificação de instituições favorece a hierarquização não apenas das próprias Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mas da educação superior do país. De um lado, os centros de excelência, que fazem pesquisa e produzem conhecimentos, para alguns poucos privilegiados, e uma vasta rede de ensino superior privada acrescida de algumas instituições de ensino superior públicas, para o atendimento de outras demandas, conforme o modelo da multiversidade.

Constata-se que as ações da política educacional adotadas pelos governos brasileiros desde a década de 1990 apresentam sintonia com as recomendações do Banco Mundial e de organismos multilaterais de financiamento (em que os projetos de acesso e democratização do ensino superior vêm se construindo ao longo da história da educação sob o prisma da Privatização.

Concluindo, podemos inferir que a multiplicação das instituições de ensino superior, com vistas ao atendimento das demandas educacionais ocorre pela via da diversificação e expansão do setor privado, conforme prevista pelas agências multilaterais e consolida-se, no Brasil após a aprovação da LDB, concretizando assim, a visão economicista das políticas neoliberais, o governo como gerenciador e a educação como um produto comercial. Assim, a expansão do ensino superior no Brasil caminha na contramão dos interesses das classes populares, que lutam pelo acesso e garantia de permanência no ensino público e gratuito.

3.5 Políticas de expansão e democratização do acesso à Educação Superior no Governo Lula

A partir de 2003, no início do Governo Lula , intensifica-se a criação de políticas educacionais para, dentre outros motivos, viabilizar o acesso e permanência ao nível superior e democratizar o acesso às universidades brasileiras.

Esta seção apresenta, de forma sucinta, algumas dessas medidas adotadas, em especial as políticas que estão diretamente relacionadas com a temática do trabalho, qual seja, o processo de expansão e democratização do acesso. Dentre elas, destacam-se: o Projeto de Lei nº3.627/2004, que propõe a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e minorias étnicas nas Universidades Federais;

o programa de Expansão e Interiorização nas IFES; a Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades Federais (REUNI), que será abordado com maior profundidade em capítulo específico, tendo em vista ser objeto de estudo desse trabalho.

No Brasil, a entrada das políticas neoliberais foram assinaladas já no Governo Fernando Collor de Mello que se caracterizou pela liberalização comercial e o novo impulso no processo de privatização, reestruturação das políticas sociais, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, rigidez no gasto público. Porém, foi com o Governo Fernando Henrique Cardoso que efetivamente se adotou a política neoliberal orientada pelo Banco Mundial e organizações internacionais, numa aliança que tem como enlace principal a reformulação de políticas públicas com vistas ao rebaixamento ainda maior do modelo de uso e remuneração do trabalho (FREITAS, 2010).

A política para o Ensino Superior adotada por FHC, conforme aponta (FREITAS, 2010), deveria dar impulso a uma revolução administrativa, com objetivos de racionalização de recursos e utilização de capacidades ociosas, investimentos em cursos noturnos sem aumento de custo e ampliação de matrículas. Dessa forma, para o autor, os interesses do governo FHC vêm ao encontro dos objetivos dos organismos internacionais do capital, especialmente Bancos Mundiais, BM, Fundos Monetários Internacionais, FMI e OMC.

Após todo este cenário apresentado, o país vive um momento de grande perspectiva de mudanças, com a chegada do Presidente Lula ao governo. Em seu documento de campanha, Lula trata a educação como um bem público e social, como um instrumento de transformação e emancipação do sujeito, expondo a responsabilidade do Estado com gratuidade, laicidade e qualidade da educação e fazem uma análise da herança deixada pelos dois últimos mandatos presidenciais, tendo como pano de fundo a transição para um modelo econômico de flexibilização.

Diante da exposição da conjuntura do Ensino Superior, em 2002, o governo Lula estruturou suas diretrizes, propostas e metas para esse nível, tendo a ampliação da oferta da Educação Superior pública como a base estrutural.

A Reforma da Educação Superior foi um dos principais instrumentos discutidos para repensar a universidade no primeiro mandato do atual Governo Federal (2003-2006). Seria responsável por uma profunda mudança na estrutura da

Educação Superior brasileira, envolvendo, inclusive, pontos polêmicos como o financiamento e a democratização do acesso. Segundo Mancebo (2008, p. 1):

A reforma pretende-se ampla e vem sendo abordada por diversos prismas: o papel das instituições de ensino superior, a autonomia universitária, o financiamento, o acesso e a permanência nos cursos, a gestão e estrutura da educação superior, a avaliação bem como análises e reformas nos programas e conteúdos dos diversos cursos.

O processo de reforma da Educação Superior, segundo Martins e Neves (2004), se iniciou mais concretamente com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) pelo decreto de 20 de outubro de 2003, o qual previa que o grupo devesse estudar e construir um plano objetivando modificações nas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2003).

Com o GTI, iniciou-se o processo da Reforma da Educação Superior do Governo Lula . Esse grupo teve como objetivo diagnosticar a conjuntura da Educação Superior brasileira e apresentar um plano de ação propondo uma reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Otranto (2006) explica que o Relatório Final elaborado pelo GTI foi divulgado, extraoficialmente, em dezembro de 2003. O documento intitulado *Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma* é composto de quatro partes, enfocando ações emergenciais; autonomia universitária; complementação de recursos (financiamento) e as etapas para a implementação da Reforma Universitária. Procura demonstrar que a crise já está atingindo também as instituições privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos e agora se encontram ameaçadas pelo risco da inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação aos seus diplomas. Após isso, aponta as soluções: a) um programa emergencial de apoio ao Ensino Superior, especialmente às Universidades federais; b) uma reforma universitária mais profunda (Brasil/GTI, 2003).

Para a expansão do setor público federal, foram definidas várias medidas como estímulo à expansão das vagas, especialmente pelo aumento de vagas no turno noturno como se verá, objetivo do REUNI; a expansão e interiorização do ensino superior público através da criação de dez novas universidades, das quais

seis originárias de escolas, faculdades e centros tecnológicos e as demais do desmembramento de entidades que já pertenciam à União ou foram estabelecidas como novas. Desde 2003, também foram construídos ou ampliados 48 campi fora de sede; e está prevista a criação de novos centros tecnológicos (MEC, 2008).

Segundo Melo (2009), como a Reforma da Educação Superior pretendida pelo Governo Lula não foi aprovada de imediato, o Governo buscou outros caminhos para remediar o problema do acesso à educação superior e da inclusão social nesse nível de ensino. Essas medidas fazem parte de um conjunto de estratégias conhecidas como “pequenas reformas” do Governo Federal. Quatro dessas medidas dizem respeito diretamente à democratização do acesso: o ProUni, o Programa de Expansão das IFES, a UAB, e, mais recentemente, o REUNI.

Em maio de 2004, foi enviado ao Congresso Nacional o ProUni - Programa Universidade para Todos, considerado pelo governo como uma das propostas para democratizar o acesso ao ensino superior e regulamentar a situação das IES filantrópicas e suas contrapartidas ao governo. O ProUni foi criado para preencher as vagas ociosas no setor privado com os estudantes de baixa renda, que representam grande parte da demanda e não podem custear o seu ensino. O benefício seria a concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais nas instituições privadas, condicionada a renda *per capita* familiar (ALMEIDA, 2006).

A princípio, O ProUni, , beneficiava estudantes egressos do ensino médio público, assim como os professores das redes públicas da educação básica. Após a Medida Provisória nº 231, incluíram-se os egressos de escolas privadas que receberam bolsa integral no ensino médio e as pessoas com necessidades especiais. Os professores de escolas públicas receberiam o benefício somente nos cursos de licenciatura e pedagogia, independentemente de condição financeira ou escolaridade prévia (CUNHA, 2007).

Esse programa tem sido objeto de muitas críticas quanto aos seus impactos para a formação dos estudantes e também em relação ao seu custo para os cofres públicos, conforme apontam estudos sobre o assunto (Mancebo, 2004; Carvalho, 2006). Nesse sentido, Corbucci aponta:

a principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a isenção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, para alguns críticos da proposta,

o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez, os dirigentes do MEC argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso à educação superior poderia oferecer (p. 649-650).

Contrariando o argumento do MEC, Mancebo (2004) aponta que o programa pode não implicar uma redução dos recursos estatais para a educação superior pública, mas não deixa de constituir uma “realocação de verbas, aquelas até então auferidas da iniciativa privada com a cobrança fiscal e que deixarão de sê-lo para a compra das vagas”. Ainda de acordo com a autora, “deve-se insistir no aspecto privatizante do PROUNI, porque delega responsabilidades públicas para entidades privadas, e mesmo que os alunos não paguem mensalidades, contribui para o aumento da oferta privada nesse campo” (p. 12).

No percurso de busca pela democratização do acesso, a educação a distância representa outra possibilidade que ganha cada vez mais visibilidade. A despeito de levantar muita polêmica, o número de cursos e de matrículas ofertados nessa modalidade de ensino, tem crescido nos últimos anos. Na educação superior, sobressaem-se dois programas: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Pró-licenciatura (DEUS, 2008).

A Universidade Aberta foi criada em 2005 pelo Decreto nº 5.800, de 2006 e pelo Decreto n. 11.502, de julho de 2007. Entre os objetivos da UAB, ressaltam-se a expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior por meio de parcerias entre a União, os Estados e os Municípios. De acordo com Deus (2008), a prioridade era a capacitação de professores da educação básica e a formação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica por todo o País. Qualquer aluno que tenha concluído o ensino médio pode participar desde que tenha sido aprovado no vestibular.

Outro programa é o Pró-Licenciatura que, segundo Melo (2009), é desenvolvido em parceria com as IES públicas, comunitárias ou confessionais, e é destinado à formação de professores em exercício nos anos finais do Ensino Fundamental ou Ensino Médio dos sistemas públicos de ensino que não tenham o curso superior exigido para o exercício da profissão.

Ainda de acordo com a autora, é importante enfatizar que a ampliação e o fortalecimento das licenciaturas nas IES públicas tem sido uma das estratégias de democratização defendidas na última década. O Ministério da Educação argumenta a necessidade de reduzir o *déficit* de professores da educação básica e de melhorar a qualificação desses profissionais.

Segundo Melo (2009), o Programa de Expansão das IFES, além de expandir, pretendia interiorizar as universidades federais, essencialmente concentradas nas capitais, e levar desenvolvimento local e sustentado para os municípios do interior dos Estados brasileiros.

Sobre a ampliação do setor público, o REUNI é reconhecido como o principal projeto (BRASIL, 2007). Na verdade, o REUNI é o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*, posto em vigor através do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Segundo o documento, sua missão é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento. Além disso, visa dobrar o número de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior. O Programa REUNI será tratado no próximo capítulo, a partir da análise da sua proposta e sua implantação nas universidades que aderiram ao programa.

4 PROGRAMA REUNI: DIRETRIZES, CONCEPÇÕES E DEBATES

Neste capítulo, buscamos analisar o REUNI, sua formulação e concepções, em sua proposta de expansão e democratização do acesso à Educação Superior. O capítulo está estruturado com o objetivo de discorrer sobre o programa, retomando a fase em que foi planejado e executado pelo Governo Federal e a adesão por parte das Universidades Federais brasileiras, procurando desvendar seu significado político-pedagógico.

Na intenção de compreendê-lo, recorreremos a documentos oficiais que trazem em sua estrutura as diretrizes do Programa de Expansão da Educação Superior e utilizamos estudos que pesquisam sobre o tema (Mancebo, 2008; Lima, 2010 e Deus, 2008) e analisam os significados e objetivos do programa, bem como seus resultados parciais, uma vez que o programa ainda está sendo implementado. Recorreremos, ainda, às análises realizadas pelos diversos segmentos quanto ao debate posto em torno do REUNI.

4.1 Objetivos, Diretrizes e estratégias do REUNI

O REUNI surgiu em 24 de abril de 2007, através do decreto nº 6.096, como proposta de modificar a situação de desigualdade e restrição no acesso à Educação Superior, dentro do contexto de uma série de políticas educacionais adotadas no Governo Lula, abordadas no capítulo anterior, que visam expandir o acesso à Educação Superior e supostamente democratizá-lo.

Dentro desse cenário de políticas que visam expandir o acesso à Educação Superior pública, é possível caracterizar e qualificar os três ciclos dessa expansão. De acordo com informações do Ministério da Educação (MEC), o REUNI é a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública. A primeira etapa, implementada entre 2003 e 2006, teve como objetivo principal a interiorização

das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com a criação de dez novas universidades federais, a consolidação de duas universidades federais já existentes e a criação e consolidação de 49 campi universitários. Já a terceira etapa, que iniciou em 2008, tem como objetivo principal criar universidades em regiões geográficas estratégicas, buscando uma integração e cooperação internacional, como são os casos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, Paraná, e a Universidade Luso-Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, Ceará (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

O REUNI foi instituído em resposta às metas estabelecidas no PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação, e objetiva criar condições para ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, e se destaca entre as ações políticas do MEC pelo modo como afeta a política de financiamento da educação superior pública federal numa perspectiva de reestruturação e ressignificação das funções sociais da Educação Superior e da universidade pública (BRASIL, 2007).

Para o MEC, o REUNI é uma forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País. Assim, os principais objetivos do Programa são: a) ampliar, de forma democrática, o acesso e a permanência de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade; b) possibilitar a criação de novos cursos em áreas carentes; c) ministrar, com qualidade, os cursos de graduação; d) trazer à tona o fortalecimento dos debates acerca da democratização da universidade pública brasileira (BRASIL, 2007, p. 10).

O Programa de Expansão foi de adesão voluntária de cada Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Cada IFES que aderiu ao programa deveria prever no seu plano as ações que pretendia desenvolver para o cumprimento das metas. Em contrapartida, receberia recursos adicionais condicionados ao cumprimento das metas estabelecidas para cada etapa, limitado a 20% do orçamento de custeio e pessoal do ano inicial de adesão e no prazo de cinco anos, financiamento este condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC (BRASIL, 2007).

Embora o Governo Federal e o MEC tenham enunciado essas condicionalidades das IFES, no âmbito das diretrizes do REUNI, foram aceitos e aprovados todos os projetos encaminhados. Após a elaboração e a aprovação dos

Planos de Expansão nos Colegiados Superiores das universidades federais, os reitores assinaram junto ao MEC um acordo de metas onde se comprometem com uma expansão determinada de suas vagas em troca de aportes financeiros e concursos para pessoal. Esses acordos não são públicos na maioria das universidades (DEUS, 2008).

Assim, ainda que necessitasse da aprovação dos órgãos superiores de cada instituição universitária, a aprovação do Reuni seria indispensável para o recebimento das verbas públicas destinadas pelo governo federal para as instituições de ensino superior. Além disso, ao efetuar a leitura do documento, pode observar que os objetivos gerais do Reuni já estão “traçados”, e caberia às instituições a tarefa de elaborar as estratégias necessárias à implantação da reforma proposta pelo governo.

Vale ressaltar que o REUNI constitui-se como documento contendo todas as diretrizes necessárias para a elaboração do Plano Operacional de Reestruturação das instituições de Educação Superior, acerca da estrutura e funcionamento, que incluem o conjunto de propostas a serem executadas pelas instituições. Essas propostas devem ter por base a resolução de problemas estruturais contemplados nos projetos pedagógicos, como: precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, e as amplas e diversificadas competências pelo mundo do trabalho que requerem um novo modelo de formação profissional mais abrangente, flexível e integrador (MEC, 2007).

Entre as diretrizes do REUNI para o cumprimento das metas, destacam-se: a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implementação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação até 2012 (MEC, 2007).

De acordo com o MEC, o REUNI tem ainda como objetivo, ainda, a interiorização das universidades públicas, como recurso de expansão de vagas. Assim, apresenta, como estratégias, a criação de *campi* e de cursos não somente nas capitais, mas também em cidades do interior e a ampliação de vagas noturnas

como propostas de inclusão dos trabalhadores que não podem frequentar os cursos diurnos.

Segundo o documento do REUNI, as universidades necessitam adequar-se ao mundo contemporâneo, que exige profissionais “[...] com formação ampla e sólida” (BRASIL, REUNI, 2007, p. 5), e isso poderá ser alcançado pela adesão das instituições de ensino superior ao REUNI. Essa adesão, segundo o documento que apresenta as diretrizes do REUNI, promoverá a ampliação do acesso ao ensino superior, melhor aproveitamento do espaço físico das instituições e aumento do número de profissionais nesse grau de ensino. Interessante destacar que, ainda conforme esse documento, a qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o consequente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação (LISBOA, 2009).

Ao analisar, o decreto do REUNI, Lisboa (2009), destaca que ao comentar o acesso, o REUNI ressalta a ampliação do ensino superior por meio do aumento do número de vagas oferecidas, diversificação das modalidades de ensino superior, melhor aproveitamento do espaço físico das instituições desse grau de ensino, bem como o “[...] aumento do qualificado contingente de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, REUNI, 2007, p. 5). Para a autora, essa questão está presente no Reuni quando diagnostica a ausência de recursos por parte dos universitários para continuar arcando com as despesas dos seus estudos na rede privada, fazendo com que a taxa de evasão aumente.

Quanto ao financiamento, de acordo com o plano de reestruturação e expansão do ensino superior, há uma estimativa do Governo Federal em repassar R\$ 12 bilhões às universidades até 2012. O investimento resultará em aumento do número de cursos e vagas. Uma parte do total dos recursos de investimentos, correspondendo a 500 milhões de reais, será locado, considerando o número de matrículas projetadas, tendo como indicadores o Decreto nº6.096/2007, em seu artigo 1º § 1º, que privilegiou dois indicadores de desempenho para aferição das metas do programa: a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor (MEC, 2007).

O mesmo artigo do documento delega ao MEC o estabelecimento dos parâmetros dos cálculos desses dois indicadores, que consiste na aferição da taxa de conclusão dos cursos de graduação. Isso, na verdade, não vai expressar sucesso nos cursos das universidades, mas sim a relação entre o fenômeno de retenção e evasão, ou seja, será na eficiência da universidade ao preencher suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos, como também nas vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso nas universidades. Nesse caso, recomenda-se que as universidades façam uma projeção do total de alunos matriculados, com base no número de vagas anuais de cursos de graduação presencial, de acordo com a sua duração padrão tempo mínimo medido em anos, para a integralização curricular (MEC, 2007).

Ainda, segundo o Plano de Reestruturação do Ensino Superior, as universidades devem exercer sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local e, ainda, evitar especialização precoce, ditada por uma formação estritamente profissionalizante, em que torne possível utilizar com mais eficiência os recursos materiais e humanos existentes nas universidades. Nesse sentido, os projetos poderão romper com a estrutura tradicional de ingresso já em cursos profissionalizantes, sendo possível propor estruturas que prevejam uma formação inicial de curta duração e diplomas intermediários como parte do caminho rumo à profissionalização ou formação específica.

Após a breve apresentação do decreto e as suas diretrizes, iremos analisar nas seções seguintes as metas e estratégias do programa, enfocando suas concepções e relacionando-as em um contexto mais amplo das políticas educacionais com pretensão democratizantes.

4.2 As fundamentações teóricas e políticas do REUNI

Como abordamos no capítulo anterior, o REUNI faz parte de um projeto maior de reforma da Educação Superior pretendida no Brasil. Dessa forma, mesmo com suas peculiaridades bem específicas, não podemos entender o REUNI como um

ponto isolado na educação superior. Assim, em nível mais geral, pouco podemos entender sobre a representação de uma política pública ou programa, se visualizarmos sua efetivação através de uma perspectiva monolítica, reconhecendo enquanto aparatos influentes apenas as diretrizes e interesses governamentais. Portanto, nesta seção iremos analisar a relação do programa com as recomendações de organismos multilaterais, identificando as supostas semelhanças entre as diretrizes e objetivos do REUNI e essas recomendações.

No decorrer da década de noventa o Banco Mundial foi um órgão que direcionou as políticas educacionais dos países da América Latina. As diretrizes¹¹ de caráter economicistas desenhadas pelo Banco serviram de base para as reformas implantadas pelos países da região, que se destacam por um processo de desmantelamento do setor público, especialmente a ruptura da hegemonia do Estado na oferta e financiamento da Educação Superior e um processo de expansão do setor privado de origem empresarial que assume o controle da oferta da Educação Superior, inclusive no Brasil, conforme pudemos ver no capítulo anterior deste trabalho, no estudo dos movimentos de expansão do ensino superior pelos quais o país passou.

As orientações do Banco Mundial com relação às políticas de educação superior são responsáveis por parte dos princípios sobre os quais foram elaborados os documentos desse nível de educação, como é possível identificar na análise de Sguissardi (2000). Para o autor, termos ou expressões como “privatização”, “diversificação de fontes”, “redefinição da função do governo na educação superior” são palavras-chave que enfatizam como as orientações do BM estão presentes nas políticas de educação superior do Brasil:

Cada uma dessas “orientações” supõe explícitas ou implícitas concepções teórico-políticas em torno da educação superior e de suas relações com o Estado e a sociedade civil. No caso da primeira, argumenta-se que o modelo tradicional das universidades europeias de pesquisa (Humboldt), com estrutura de programas em um único nível, seriam custosas e pouco adequadas às necessidades dos países em desenvolvimento. Solução: maior *diferenciação institucional*, com a criação de instituições não-universitárias de diversos tipos: colégios politécnicos, institutos profissionais e técnicos de ciclos curtos, *community colleges* (com dois anos de

¹¹ O documento “La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia” 1993, elaborado pelo departamento de Educação e Política Social do Banco Mundial, desencadeou um grande debate em torno da Educação Superior, orientado as políticas e ações dos governos dos países latino-americanos.

ensino acadêmico ou profissional), além de ensino à distância (SGUISSARDI, 2000, p. 6, grifos do autor, grifos do autor).

Analizando as proposições do Banco Mundial em relação à Educação superior, torna-se claro a relação com o REUNI, pois esses organismos defendem a expansão do acesso à Educação Superior, ou seja, uma possível massificação, conforme apontam Neves e Pronko (2008). Ainda de acordo com esses autores, essa expansão é defendida através da proposta de uma maior diversificação do nível de ensino em questão a partir da oferta de diversas possibilidades de acesso, sobretudo focalizadas na fração da classe trabalhadora mais destituída de direitos sociais, como instituições não universitárias, educação a distância, cursos de curta duração, cursos em módulos e outros, sendo que, conforme analisamos, várias dessas políticas acima estão contempladas no REUNI.

Para Cislaghi (2010), a expansão proposta pelo REUNI está atrelada a uma reestruturação da universidade para os padrões requisitados pelo capitalismo em sua fase atual, materializados nas propostas do Banco Mundial, como vimos no capítulo anterior, em que as políticas educacionais, principalmente as voltadas para a Educação superior começam a adotar as concepções neoliberais, em que as universidades passam a ser reconfiguradas e são interpeladas a tornarem mais competitivas e tenham condições de atender um número maior de estudantes, através da diversificação da forma de oferta do ensino, e preparação do profissional para o mercado de trabalho.

Ainda na análise das fundamentações teóricas do REUNI, é possível perceber as semelhanças das concepções do Programa com o Processo de Bolonha, que segundo Lima, Azevedo e Catani (2007), objetiva harmonizar os sistemas universitários nacionais, de modo a equiparar graus, diplomas, títulos universitários, currículos acadêmicos e adotar programas de formação contínua reconhecíveis por todos os seus Estados membros.

Seu objetivo é a criação de uma área comum europeia de ensino superior que amplie a competitividade das instituições daquele continente. As metas traçadas até o fim da primeira década de 2000 eram: ampliação da mobilidade estudantil e docente, criação de regras de equivalência de diplomas entre as instituições, divisão do ensino superior em duas fases – a primeira profissionalizante de 3 anos e a segunda de mestrado e doutorado (LIMA, AZEVEDO & CATANI, 2008).

No cenário Nacional, é oportuno mencionar que o REUNI foi elaborado no contexto das discussões sobre a proposta formulada pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Prof. Naomar de Almeida Filho, denominada “Universidade Nova”, cuja ideia central é a implantação de bacharelados interdisciplinares (BIs), com o intuito de propiciar uma formação geral, antecedendo a formação profissional da graduação e a formação científica antes da pós-graduação (ARRUDA, 2009).

O Projeto da Universidade Nova surgiu a partir do debate a cerca da necessidade de mudanças na estrutura curricular da UFBA, a partir de 2006, embora tenha sido introduzido bem antes, em 2004. Na época, havia sido projetada uma proposta de reestruturação curricular em tal universidade então denominada de “Projeto UFBA Nova”, que por sua vez, depois de ter conquistado o apoio do MEC recebe outra denominação, a de “Universidade Nova” (UFBA, 2007c, p.14).

Após isso, a ANDIFES, que já tinha conhecimento do projeto de reestruturação da UFBA, recebeu o então Reitor da Universidade para apresentar o projeto e um documento “Proposta de Reestruturação da Arquitetura Acadêmica – Termo de Referência Preliminar” (versão 1.0 de 29/09/2006)¹². Em seguida, o nome do projeto foi alterado por vezes, mas seguiu com as mesmas propostas de reestruturação acadêmica, e continua na fase de implantação sob atual denominação de “Bacharelados Interdisciplinares: Projeto Pedagógico” (julho de 2008). Ou seja, o “regime de três ciclos” do qual faz parte o Bacharelado Interdisciplinar.

Paula (2009), em seu trabalho analisa o documento “Universidade nova: Reestruturação da Arquitetura Curricular na Universidade Federal da Bahia”, observa a discussão que justificou a construção do Projeto universidade Nova, bem como o modelo de educação superior que o mesmo propõe¹³. De acordo com a

¹² Documento disponível em: <http://www.andifes.org.br/>. Acesso em 17/10/2010.

¹³ O documento a que a autora se refere é organizado em oito partes, além da Bibliografia. A primeira parte é a Apresentação, onde são feitas as ressalvas sobre as mudanças ocorridas na economia, política e sociedade, e das razões da necessidade de mudanças nas Universidades, diante da “transnacionalização do mundo” (UFBA, s/db, p. 02). Em seguida, é feito um esboço sobre a origem e a trajetória do Projeto Universidade Nova na UFBA. A terceira parte se refere à história da educação superior brasileira, sendo intitulada: “Educação Superior no Brasil: Raízes, Reformas e Estrutura Atual”. A quarta parte é onde consta o objetivo de reestruturação da estrutura curricular, e na quinta é onde constitui a descrição do Projeto Universidade Nova, que será objeto de análise. O sexto momento trata das “Ações afirmativas na Universidade Nova”. As duas últimas partes são, respectivamente, a “Análise de Viabilidade/Eficiência” e “Perspectivas de Implantação”.

autora (2009), o principal objetivo do documento é apresentar o Projeto Universidade Nova da UFBA como a alternativa para reestruturação das universidades públicas federais em sua totalidade. Ou seja, o seu objetivo é que se torne uma política do governo federal.

Ainda de acordo com a autora, depois de anunciada a Universidade Nova como saída para a reestruturação para as Universidades públicas do Brasil, no atual estágio de desenvolvimento do capital, o documento parte para o resgate da origem dos modelos de universidade, o Modelo Norte-Americano, denominado, pelo documento, MNA e o Modelo Unificado Europeu, o MEU. Esses dois modelos são justamente os únicos que o documento Universidade Nova diz que se destacam nos dias de hoje.

Em relação ao modelo de educação superior existente no Brasil, o documento Universidade Nova afirma que incorpora uma “profusão terminológica” e, além disso, é marcado por graves problemas de articulação. Identifica alguns aspectos, que sob o ponto de vista do documento, são alguns problemas que devem ser superados, tais como: a extrema precocidade na escolha da profissão, o “caráter monodisciplinar da graduação”, o imenso “fosso” entre a graduação e a pós-graduação e a “incompatibilidade” com outros modelos, sobretudo dos países de capitalismo central, ou desenvolvidos (PAULA, 2009).

Na quarta parte, o documento em questão, centra-se na apresentação dos argumentos que justificam a criação da Universidade Nova. Desse modo, inicia afirmando a existência de uma suposta urgência de modernização diante da qual a “educação formal tem se constituído num espaço de resistência à mudança, incorporando rapidamente um discurso inovador, mas conservando suas práticas tradicionais”. Esse contexto, segundo o documento, atinge em cheio a educação superior tornando-a incapaz de dar respostas às mudanças da “sociedade do conhecimento”¹⁴ ou “sociedade da educação”.

Outro fato que chamou atenção de Paula (2009), é que o documento deixa explícita a intenção de formação geral, não voltada à especialização precoce, como fortemente coerente com o que está em curso em inúmeros países centrais. Para tanto, ilustra evocando o processo de Bolonha, anunciando que o modelo proposto por ele está na iminência de se consolidar e se constituir uma referência diante do

¹⁴ Chauí, 2001.

mundo de trabalho marcado pela “desregulamentação”, “flexibilidade” e “imprevisibilidade” (ibid, p. 17).

Paula (2009), ao analisar as diretrizes do Projeto Universidade Nova e as concepções do REUNI, aponta as possíveis conexões entre os dois projetos. Em relação às diretrizes, núcleo que modificará profundamente a estrutura de organização das universidades federais, todas as que estão presentes no Programa REUNI, estão presentes também no Projeto Universidade Nova. Ainda de acordo com a autora, com essa estratégia, o governo tenta ocultar o regime de ciclos, ficando implícita a sua intenção no fragmento acima, reforçada pelo item IV “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltada à profissionalização precoce e especializada” (ibid).

4.3 Debate teórico e político em torno do REUNI

Em razão da insuficiência da oferta de vagas pelo sistema federal de Ensino Superior, em termos quantitativos, as propostas que visam a correção deste cenário tornam-se alvo do debate político e acadêmico. Dessa forma, diversos pesquisadores têm analisado as medidas adotadas para a pretendida expansão na Educação Superior pública, e o programa REUNI tem sido objeto de debate por apresentar uma proposta de reestruturar as universidades e também pela forma de concessão do financiamento para a expansão destas instituições.

Assim, o REUNI, desde sua concepção, foi alvo de diversas críticas e não existe ainda um consenso quanto a sua importância para as universidades e também quanto aos impactos que esse programa pode trazer para as instituições que aderiram ao Programa.

Buscamos, nessa seção, sintetizar algumas questões, que têm despertado o debate por parte dos estudiosos, em relação às metas e objetivos do programa, apresentando diferentes opiniões de vários segmentos envolvidos no cenário da Educação Superior pública.

Logo quando foi anunciado, o REUNI foi alvo de diversas críticas dos segmentos pertencentes à comunidade acadêmica, sob alegação de que estaria

atendendo à interesses específicos, precarizando o trabalho dos docentes e a formação dos alunos, bem como alterando as significações e funções sociais da Universidade Pública. Foi possível perceber a movimentação das entidades representantes dos trabalhadores na área da Educação Superior e dos alunos, bem como dos estudiosos na área das políticas educacionais voltadas para o ensino superior.

Entre as questões que se apresentam hoje sobre o debate acerca do REUNI, estão as metas de expansão do programa, com enfoque nas políticas de acesso e permanência, o financiamento da expansão proposta, bem como as repercussões dessas medidas de expansão sobre a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições Federais. Contudo, como mecanismo de delimitação, atribuiu-se maior ênfase a dois elementos: (1) a suas diretrizes gerais e (2) financiamento proposto para a expansão e, (3) a proposta de democratização do acesso.

Tratando-se de campo permeado por alta voltagem de interesses simbólicos, econômicos e políticos, os vários agentes envolvidos manifestam-se de forma bastante contundente sobre suas representações. Transcrevemos manifestações de alguns desses agentes, sobre pontos que consideramos cruciais para o esclarecimento da concepção das políticas de ensino superior que cada qual acalenta.

a) O Financiamento para a expansão e reestruturação das IFES

Um dos pontos de mais embate na proposta do REUNI é o montante de recursos disponíveis para a expansão e também a forma como esses recursos são disponibilizados. Nesse sentido, Lima (2009) afirma que o com o REUNI surge uma nova modalidade de financiamento para as IFES, o que ele denomina de contrato de gestão, ou seja, o financiamento dessa expansão está condicionado ao cumprimento de metas por parte das universidades. Para o autor, essa modalidade de financiamento efetiva a conversão destas IES em organizações de ensino nos termos bancomundialistas, descaracterizando, assim, o conceito de universidade pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (LIMA, 2009).

O decreto caracteriza-se por um contrato de gestão que, como tal, fixa rígidas metas de desempenho para recebimento de contrapartidas financeiras. Amaral (2003, 118), afirma que a lógica de financiamento por contrato vinha tentando ser implementada desde o governo Cardoso. Nesse momento, os contratos de gestão, estavam diretamente vinculados ao debate da transformação das IFES em fundações públicas de direito privado⁸⁵ ou organizações sociais.

As políticas de contra-reforma universitária, marcadas pela redução do financiamento têm levado a autonomia universitária a adquirir novos contornos. O aumento da autonomia financeira (e não da gestão financeira) significa, na prática, a impossibilidade da autonomia didático-científica e administrativa colocada na Constituição. O financiamento “autônomo” precisa do mercado e do próprio governo que atrela as universidades aos seus interesses exatamente através de mecanismos como os contratos de gestão.

Segundo Amaral (2003), as iniciativas de implementação de contratos de gestão estiveram travestidas de Planos de Desenvolvimento Institucional e Contratos de Desenvolvimento Institucional, que não obtiveram apoio das IFES no governo Cardoso. Para o autor essas ações constituiriam “uma verdadeira ‘antiautonomia’ universitária, por obrigar as instituições, mediante Contrato de Gestão, a cumprir determinadas metas definidas numa negociação, em que há claramente um lado mais frágil no embate com o governo: as próprias instituições” (AMARAL, 2003, 132). Só no governo Lula, com o decreto REUNI, a contratualização como mecanismo de financiamento, consegue ser implementada.

Independente das situações particulares das universidades é importante reafirmar que um incremento de 20% no orçamento de custeio para uma expansão de estudantes que pode chegar a mais de 100% é, na prática, não uma ampliação de recursos, mas, ao contrário, uma redução do orçamento de custeio por estudante. A ampliação de pessoal é também, como já analisamos, na prática, uma redução, já que vai se ampliar o número de estudantes por professor. Portanto, ainda que haja uma ampliação absoluta dos recursos, há uma redução relativa dada a expansão de vagas e de cursos exigida pelo REUNI.

Um primeiro ponto a se interperlar é sobre o financiamento disponibilizado pelo governo, para garantir todo o escopo do projeto. Muitas interrogações existem sobre esse assunto. Inicialmente, pela opção governamental em manter o veto presidencial às metas do Plano Nacional de Educação sobre os recursos

orçamentários à educação. É bem verdade que o atual governo ratificou a missão prescrita no PNE sobre a expansão de vagas na educação superior, contudo, o mesmo não ocorreu na questão do financiamento. O PNE almejava que 7% do Produto Interno Bruto (PIB) fossem destinados à educação pública, mas essa meta foi suprimida pelo veto presidencial de Fernando Henrique. Não obstante, o veto foi mantido pelo governo Lula. E, hodiernamente, a educação pública brasileira conta com apenas 3,5% do PIB nacional, dos quais aproximadamente 3% são direcionados à educação básica, ficando o restante à educação superior (SANTOS, 2009)

Em sentido oposto, Deus (2008) relata que a crítica de que o REUNI seria uma regulação, que atenderia tão somente exigências mercadológicas, não encontra qualquer justificação plausível, pois sua implantação, além de representar recurso novo para as instituições, dá-se num quadro de recuperação das fontes de financiamento e não em momento de contingenciamento (DEUS, 2008).

Em relação ao terceiro inciso, que trata dos aportes de pessoal e custeio, o decreto fixa o acréscimo a um limite de 25% das despesas de custeio e pessoal num período de 5 anos, excluindo os inativos, tendo por base o orçamento inicial da execução do plano em cada universidade, mesmo antes de definir a proporção da expansão proposta. Já no documento do MEC “Diretrizes do REUNI” (2007, 13) o acréscimo fixado é ainda menor limitando-se a 20% a mais no decorrer de 5 anos, tendo como parâmetro o orçamento de 2007 e a expansão exigida é de no mínimo 20% das vagas (CISLAGHI, 2010).

Com isso, o programa REUNI define uma expansão de vagas nas universidades federais, desconsiderando os déficits anteriormente acumulados nos orçamentos de custeio e pessoal. Segundo dados de Amaral (2003), só entre 1995 e 2002, os recursos de custeio, excluídos os benefícios aos trabalhadores e o pagamento de substitutos, haviam se reduzido em 62%, padrão que no período posterior não foi repostos

b) Metas do REUNI

As metas do REUNI têm sido analisadas por diversos pesquisadores, como Lima (2009) que afirma que a adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e do trabalho docente. A precarização da formação ocorre através do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão” indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “banco de professores equivalentes”, precarizando ainda mais as condições de trabalho docente (LIMA, 2009).

Outra questão abordada é a da quantidade de vagas que serão criadas nas universidades e da repercussão dessa expansão para o trabalho dos docentes e para o financiamento da estrutura da universidade. Para Lucena (2007) o REUNI pode comprometer a qualidade da educação e inicia pelo debate do financiamento: as Universidades, para aderirem ao REUNI, devem enviar ao MEC seus projetos de expansão e reestruturação, criação de novos cursos, abertura de mais vagas, etc. É para essa demanda crescente que vem esse dinheiro. Aprovado seu projeto, a Universidade deverá alcançar suas metas gradualmente; da mesma forma, a liberação de verba também é gradual, ao fim dos 5 anos. Porém, *“O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação.”* (decreto 6096, art. 3º, parágrafo 3º) Ou seja, a aprovação do projeto pelo MEC não quer dizer que é garantida a liberação do dinheiro, pois há o risco dessa verba não caber no orçamento do Ministério, realizado anualmente.

Para Melo (2009), existem diversos aspectos mais polêmicos que devem ser observados, como a reestruturação acadêmica e curricular, a mobilidade estudantil e a renovação pedagógica da educação superior, que foram pouco observados pelas IFES, em geral. Vários dirigentes abriram-se ao debate, mas não conseguiram chegar a um consenso interno nem externo a respeito de um novo modelo ou esquema que pudesse substituir ou complementar a estrutura universitária atual de forma a incluir novos alunos, modernizar o ensino e preservar a qualidade. O pouco tempo disponível para a apresentação das propostas e a estrutura institucionalizada das IFES pode ter contribuído para esse fator.

As duas metas, que condicionam todos os projetos apresentados no âmbito do REUNI, são incompatíveis com padrões de qualidade de ensino aceitáveis, aprofundando a precarização do trabalho docente e, na concepção, ferem a autonomia universitária ao impor padrões que são da competência acadêmica das Universidades (TONEGUTTI e MARTINEZ, 2007).

De acordo com Lisboa (2010), o REUNI também apresenta preocupação com relação à ampliação do acesso e a redução de vagas ociosas, assim como já foi pontuado em outras reformas voltadas para o ensino superior. Além disso, o autor destaca no REUNI: a reestruturação acadêmico-curricular (propondo novas modalidades de graduação, mas destaca também a preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos); a articulação da educação superior com outros níveis de ensino; a apresentação de políticas voltadas para a questão da permanência (como por exemplo, políticas de assistência estudantil); e também a articulação entre graduação e pós-graduação com o objetivo de proporcionar a “renovação pedagógica da educação superior” (LISBOA, 2010).

Em relação às mudanças pedagógicas, Tonegutti e Martinez (2007), ressaltam que, democratizar as universidades e combater a taxa de evasão, significa também repensar a sua organização acadêmica e curricular. Atualmente, os currículos das universidades estabelecem itinerários rígidos, dificultando uma formação mais geral do estudante e direcionando-o desde o início da faculdade unicamente para o mercado de trabalho.

Ainda em relação às metas do programa, a apresentação da proposta feita pelo MEC direciona um foco à democratização e expansão do Ensino Superior no Brasil, contudo há que se questionar, como Lucena (2007):

Ora, então qual o problema com o REUNI? Os objetivos do REUNI são nobres, o problema são os meios que ele faz uso para atingir suas metas, meios que comprometem a qualidade do ensino superior. Em linhas gerais, o projeto almeja a elevação de uma média de conclusão de graduação para 90%, do aumento da relação aluno/professor (RAP) de 18 para 1, com um incremento orçamentário de R\$ 2 bilhões (os 20%), tudo isso ao final de 5 anos.

Subjacente à proposta do Reuni está a visão de que a escolarização de terceiro grau tem que estar adaptada ao mercado no sentido de reduzir o custo-benefício da educação pública. E reduzir o custo o programa faz já que é desenhado

para aumentar o fluxo de diplomação sobre a base da estrutura física e do corpo docente vigentes. Tonegutti e Martinez (2007) calculam a diferença entre o custo/aluno atual e o custo/aluno dos novos ingressantes sob a égide do Reuni e chegam à conclusão de que “as novas matrículas são financiadas a um custo de 46% do valor das atuais, considerando as despesas de custeio e pessoal” (p.14).

O objetivo do programa, segundo o decreto, seria a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007), numa clara perspectiva racionalizadora, que parte do princípio, coincidente com o do Banco Mundial, de que há subaproveitamento nas universidades federais, diagnóstico presente no Brasil desde a “reforma universitária” da ditadura militar (CISLAGHI, 2010).

c) O REUNI e a Democratização do acesso

Um ponto inerente no REUNI é sua proposta de democratização do acesso à camada menos favorecidas, com a ampliação da assistência estudantil, como meio de reduzir a evasão e também de permitir um maior aproveitamento do curso, dando possibilidades do aluno participar das atividades e ter um maior rendimento nos estudos por meio do apoio financeiro e pedagógico aos alunos, e ainda a ênfase no aumento de cursos noturnos, permitindo uma classe de trabalhadores frequentar um curso universitário (MEC, 2007).

Nesse sentido Paula (2009), ao analisar as proposições do REUNI quanto a proposta de democratização, ressalta que o aumento de vagas e a ampliação da oferta de cursos noturnos nas instituições federais poderão representar uma possibilidade concreta de democratização do acesso ao ensino superior para os estudantes trabalhadores. A autora destaca também o incentivo à política de interiorização universitária, o que permitirá o acesso à universidade de pessoas que vivem no interior e que não têm condições de se deslocar para os grandes centros urbanos em busca do ensino superior.

Ao observar o extrato acima, percebo que o REUNI também apresenta preocupação com relação à ampliação do acesso e a redução de vagas ociosas,

assim como já foi pontuado em outras reformas voltadas para o ensino superior. Além disso, destaca a reestruturação acadêmico-curricular (propondo novas modalidades de graduação, mas destaca também a preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos); procura articular a educação superior com outros níveis de ensino; apresenta políticas voltadas para a questão da permanência (como por exemplo, políticas de assistência estudantil) e também propõe a articulação entre graduação e pós-graduação com o objetivo de proporcionar a “renovação pedagógica da educação superior” (MEC, 2007).

Para promover uma maior igualdade de oportunidades para os estudantes – contribuindo não só para a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, mas também de cidadãos críticos – o programa discorre acerca da necessidade do intercâmbio de conhecimento entre as universidades e também sobre as questões conflitantes da inclusão, democratização do acesso e permanência daqueles estudantes que apresentam condições socioeconômicas desfavoráveis.

Essa proposta de democratização consubstanciada nos objetivos do REUNI tem sido alvo de debates. Para Arruda (2009), ao mesmo tempo em que a democratização da educação superior pública é preconizada pelo Governo Federal e pelos organismos internacionais, também é uma conquista dos movimentos sociais, ou seja, é uma solicitação presente nas lutas desses movimentos que buscam garantir direito, em prol de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, Mancebo (2008, p. 65), ressalta a importância das políticas de cunho democratizante, em especial para uma sociedade em que há enormes desigualdades na oferta da Educação Superior, no entanto, a autora destaca a necessidade de se pensar essas políticas de forma ampla e com o devido respaldo e tempo hábil para colocá-las em prática:

[...] o debate sobre igualdade de acesso à educação superior, em especial quando está em causa a formação da população mais pobre, não deve se pautar pela edição de medidas legais baseadas no imediatismo pragmático, em ondas de expansão feitas às pressas e sem garantias para a qualidade do ensino. [...] a abertura de mais de quatro dezenas de novos campi e criação de dez novas universidades federais, sem a necessária contrapartida econômica, configuram um quadro de expansão que enfoca unicamente o ensino e que traz consigo sérios riscos de perdas irreparáveis na qualidade da formação, pelo menos, se prevalecer a ideia de promover a expansão à custa de um incremento significativo na relação alunos/docente à sala de aula, da alocação de um maior número de alunos por turma e, sobretudo, graças ao esperado uso das técnicas

de ensino à distância, cujo exemplar é o da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A citação acima relaciona-se com os objetivos do REUNI, como vimos, foi um programa voltado para o imediatismo, e que destinou pouco tempo para que as universidades pudessem traçar as metas que de fato concorressem para uma democratização do ensino, e esse ponto tem sido alvo de críticas por especialistas em programas na área da educação, por se tratar de um programa de grandes projeções e mudanças pedagógicas nas Universidades.

Paula (2009), ressalta que a democratização do acesso ao ensino superior só se dará de forma satisfatória com a expansão qualificada das instituições públicas, com garantia de infraestrutura e pessoal qualificado, o que requer recursos e investimentos maciços por parte do governo. Além disso, o acesso ao ensino superior deve vir acompanhado de medidas efetivas que garantam a permanência dos estudantes nas universidades.

Coadunando com esse argumento, Tonegutti e Martinez, 2007, expõem suas opiniões sobre a concepção que se apresenta no REUNI, reconhecendo a importância da ampliação de ofertas de vagas nas Universidades Públicas, entretanto, para os autores a ampliação da oferta deve ocorrer dentro de parâmetros que permitam a manutenção, ou até a desejável ampliação, do padrão de qualidade do ensino superior público, e isto, como poderemos verificar neste trabalho, não é possível dentro dos limites impostos pelo REUNI.

Como vimos, por meio da análise mais detalhada das proposições do REUNI, os objetivos e proposições do programa estão longe de tornarem-se consenso entre os pesquisadores e também entre os segmentos da comunidade acadêmica.

As críticas ao programa surgiram desde a sua divulgação, pois o programa constitui uma das ações isoladas que o Governo Lula vem pondo em prática, além disso, o modo como o REUNI foi posto através de um decreto que já traçava as metas e diretrizes que as universidades deveriam seguir, para que pudessem receber recursos para investimentos nas instituições.

O debate em torno do REUNI surgiu principalmente pelo imediatismo com que teria que ser implementado, e também pela forma como se deu essa implementação. Os representantes do Sindicato Nacional dos Docentes e dos alunos ressaltam que a comunidade acadêmica não teve tempo de amadurecer a

ideia do programa, bem como, analisar os seus efeitos sobre o ensino superior. Diante disso, foram muitos os movimentos de resistência ao programa, como manifestações contrárias à sua aprovação.

No entanto, mesmo com todas essas manifestações e interrogações o REUNI foi aprovado e as universidades aderiram ao programa. Dentro desse cenário, diversos estudos têm sido publicados no sentido de avaliar as repercussões e impactos que o programa pode trazer para as universidades, e consequentemente para o ensino superior. Como vimos, os pontos recorrentes nesse debate são as metas do programa, a modalidade do financiamento proposto e os resultados dessa ampliação de vagas como proposta de democratização do acesso.

No nosso estudo, buscamos compreender o REUNI em um contexto mais amplo, requisito de uma avaliação em profundidade que propomos realizar, com o objetivo de compreender a concepção de democratização que está posta no REUNI. Coadunando com a ideia dos autores citados acima, destacamos a importância da ampliação da oferta de vagas nas IFES, e compreendemos que as proposições do programa em expandir o número de vagas no período noturno, e possibilitar a criação de novos campi, principalmente no interior dos estados, pode ser uma estratégia de democratizar o ensino superior público. No entanto, ao analisarmos as ferramentas que o REUNI dispõe para essa expansão, verificamos que a questão da democratização está posta no programa visando a expansão do acesso dos estudantes às Universidades Públicas, não fornecendo subsídios para uma efetiva democratização, como entendida no nosso estudo, que alie o acesso à permanência e a um ensino de qualidade, para todos os jovens que queiram cursar o ensino superior público e gratuito.

Após compreender as concepções e proposições do REUNI num contexto amplo, em nível federal, no próximo capítulo iremos analisar o REUNI no contexto do Estado do Tocantins, e a sua implementação na Universidade Federal do Tocantins.

5 A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PROGRAMA REUNI NA UFT

Como visto anteriormente, a Universidade Federal do Tocantins tem sido uma das principais instituições responsáveis pela recente expansão da Educação Superior no Estado do Tocantins, e no nosso trabalho, optamos por conhecer essas políticas que têm como proposta a expansão e democratização desse nível de ensino, com foco no REUNI, através de uma avaliação em profundidade do programa na UFT.

Para realizar essa avaliação, nos baseamos nos estudos de Rodrigues (2011), que elenca os princípios considerados fundamentais para a realização de uma avaliação aprofundada de políticas públicas de caráter social. A proposta de uma avaliação em profundidade, como então formulada, toma basicamente quatro grandes eixos: análise de conteúdo da política ou programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial, abarcado pelo política ou programa e análise do contexto de formulação dos mesmos (RODRIGUES, 2011).

Para Rodrigues (2011), as primeiras condições para a realização de uma avaliação em profundidade é que a mesma consiga ser ao mesmo tempo extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que exigiria uma abordagem multi e interdisciplinar. Ainda de acordo com a autora, a proposição de que seja extensa e ampla indica que uma avaliação em profundidade não poderá se restringir a um olhar focado apenas na averiguação do cumprimento das metas propostas pela política e seus resultados, ou nos itens priorizados por um programa, bem como tão somente no atendimento às suas diretrizes.

A autora propõe aliar a análise de conteúdo da política à noção de trajetória institucional, pois para ela a apreensão das bases conceituais de uma política ganha maior consistência quando além do material institucional, o pesquisador contempla entrevistas com os sujeitos que participam do processo de formulação da política em seus diferentes momentos.

Para Gussi (2008), a construção da trajetória institucional de um programa se faz importante à medida em que a mesma possibilita compreender a forma como

uma política foi delineada, e os seus contornos nas diferentes instâncias onde foi implantada e o seus reflexos após a sua implementação.

Dessa forma, realizamos nesse capítulo a construção da trajetória do REUNI na UFT, aliada à análise de conteúdo do material institucional do programa. O exercício de construção da trajetória institucional do programa se fez importante como uma ferramenta que possibilitou estudar todos os contornos institucionais que o programa percorreu durante a sua fase de planejamento e execução. A construção dessa trajetória foi realizada a partir da análise de documentos institucionais e das falas dos gestores envolvidos na formulação do programa, e ainda, das percepções dos alunos e professores, participantes diretos na execução do REUNI, conforme apresentados em seguida.

Na primeira parte do capítulo, realizamos um breve histórico sobre o criação do Estado do Tocantins, seu contexto social, político e econômico para, então, situar a UFT como instituição pública de Ensino Superior no Estado. Nesse sentido, apresenta-se ainda o contexto em que se deu a criação da UFT e o cenário político e social do Estado do Tocantins na ocasião.

Na segunda parte, realizou-se um retrospecto histórico da implementação das políticas de expansão na universidade, com o objetivo de construir a trajetória institucional do programa de Expansão e Reestruturação da UFT, o REUNI. Os documentos institucionais consultados, em confronto com os depoimentos das entrevistas, forneceram subsídios para a reconstituição dessa política na UFT e para a compreensão da concepção de expansão e democratização desses gestores envolvidos no programa. Em seguida, realizamos uma análise comparativa das concepções dos gestores com as dos alunos e professores da Instituição, à luz do conceito de democratização estudado anteriormente.

Por último, baseado nas categorias acima mencionadas, buscamos conhecer o perfil e as características dos novos alunos e cursos implantados a partir do REUNI, por meio de questionários e entrevistas, com o objetivo de verificar se e como o programa tem inserido e possibilitado a permanência de novos e diferentes grupos sociais na Universidade Federal do Tocantins.

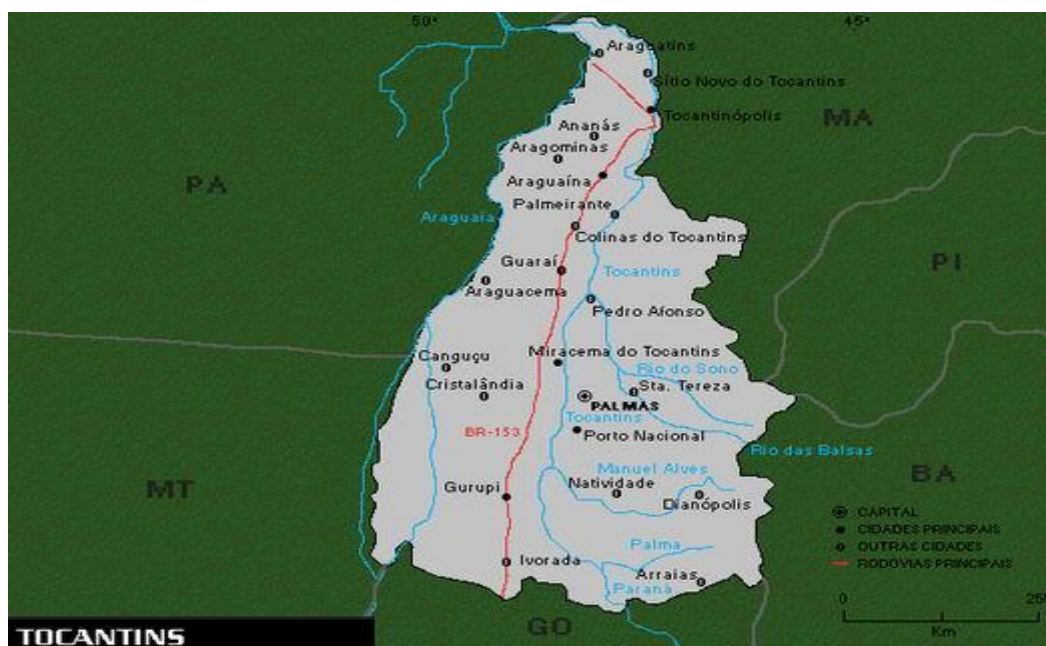
5.1 Contextos: o Estado do Tocantins e a UFT

(a) O Estado do Tocantins

O Tocantins é o Estado mais novo do Brasil, foi desmembrado do Estado de Goiás em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição. O Estado enfrenta desafios inerentes à sua recente criação, e a implantação da Universidade Federal do Tocantins foi de extrema importância para o desenvolvimento do Tocantins. A UFT nasceu com a missão de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do Estado" (disponível em www.uft.edu.br). Para compreendermos as especificidades do Tocantins apresentaremos, de forma sintetizada, alguns dados relevantes para permitir ao leitor compreender o contexto em que a UFT está inserida.

O Estado é formado por 139 municípios, sendo a capital Palmas e as cidades de Araguaína e Gurupi as cidades mais desenvolvidas, e com participação no desenvolvimento e na economia do estado, conforme demonstrado no mapa a seguir:

Figura 1: Mapa do Estado do Tocantins.



Fonte: Estado do Tocantins, 2006.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), a população do Estado é de 1.243.627 habitantes. Tocantins tem uma população

jovem, pois cerca de 48% da população possui menos de 19 anos (no Brasil, este índice é de 40%), e a densidade populacional do estado é de 4,2 habitantes por Km². A sua taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil. No aspecto do desenvolvimento social, 51% da população são pobres (população que vive com um valor igual ou inferior a meio salário mínimo per capita/mês), e há um expressivo déficit em educação e saúde, comprometendo o desenvolvimento sustentável do Estado (BRASIL, 2007).

Com a criação de Tocantins e a construção de uma cidade planejada para ser a capital, Palmas, o estado passou a receber pessoas de todo o país em especial dos estados do Maranhão, Piauí e Goiás. A capital recebeu também pessoas do Sul e Sudeste do Brasil, o que contribuiu para a diversidade cultural do estado. Os provenientes de outros estados são 35,1% (no Brasil, os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. O estado tem também uma população de cerca de seis mil indígenas distribuídos em sete etnias: os povos Karajá, Javaé e Xambioá, também os Xerentes, Krahô, Krahô-canela e Apinayé. Assim, Tocantins mantém uma riqueza cultural e étnica, com uma população heterogênea proveniente de vários estados do País.

Segundo a SEPLAN, o investimento em educação em Tocantins, no ano de 2003, foi da ordem de R\$ 336 milhões, contra R\$ 45 milhões em 1994. De acordo com a SEPLAN, isto representa uma elevação, no período, de aproximadamente seis vezes (5,94). Outra pesquisa do IBGE denominada Síntese de indicadores Sociais 2008 indica que 14,3% da população do Tocantins acima de 15 anos de idade é analfabeta. O analfabetismo geral atinge 21% da população, enquanto no Brasil esse índice gira em torno de 15%, segundo a mesma fonte. A busca de formação, porém, é elevada: 41% da população e 84% da PEA (população economicamente ativa) estão matriculados em algum tipo de curso de formação profissional, contra 66% da PEA no Brasil (SEPLAN, 2004).

De acordo com dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2008), o Tocantins possui 32 instituições de Ensino Superior, sendo 8 delas na capital do Estado e as demais nas cidades do interior. As duas universidades existentes no estado estão localizadas na capital. Porém, o Estado possui apenas uma Universidade Pública Federal (UFT) e um Instituto Federal do Tocantins (IFTO). No interior não existem universidades ou centros universitários, de tal forma que a Universidade Federal do Tocantins é responsável pelo ensino universitário nas

idades onde existem campi da UFT. Os dados educacionais do Estado e o contexto regional em que a UFT está inserida demonstram o papel estratégico que a Instituição tem no Estado do Tocantins (INEP, 2008).

No Tocantins, um diagnóstico realizado em 105 municípios, junto a 20 mil jovens, com faixa etária entre 15 e 29 anos, pela Secretaria da Juventude (SEJUV) em 2006, evidenciou o predomínio de jovens, na faixa etária entre 19 e 25 anos, com ensino médio concluído e que ainda não tiveram acesso à universidade⁶. No geral, apenas 0,95% têm o curso superior completo; 2,92% estão nas universidades e 0,3%, têm o nível técnico. Nessa pesquisa, os jovens manifestaram vontade de dar continuidade aos estudos (94,02% das respostas), porém em 53% dos casos, a principal dificuldade apontada é a falta de recursos financeiros. Isso gera, inclusive, a necessidade da troca do estudo pelo trabalho (22,7% das respostas) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007).

Compreender esse contexto social e econômico do Estado do Tocantins se faz importante considerando que, neste trabalho, será tratada a implantação do REUNI na UFT. Na próxima seção, será abordado o processo de implantação e consolidação da UFT, e ainda, os objetivos e as ações desenvolvidas por esta Instituição para sua colaboração com o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

(b) A UFT

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi criada no ano de 2000 pela Lei nº 10.032, após sucessivas mudanças e reestruturações vivenciadas pela Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS). Após a sua criação, a UFT incorporou sete *campi* universitários, vinte sete cursos de graduação e, aproximadamente, 7900 alunos da Fundação Universidade do Tocantins. No entanto, a UFT iniciou suas atividades acadêmicas em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores, a incorporação do patrimônio móvel e imóvel e a transferência de todos os alunos dos cursos presenciais da Unitins (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2008).

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocaninense. De acordo

com o Planejamento Estratégico- PE (2006-2010) e o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, a missão da Universidade é “produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Sua visão estratégica é “consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2006).

Com aproximadamente onze mil alunos, em sete *campi* universitários, a UFT é uma universidade multicampi, localizada em regiões estratégicas do estado do Tocantins, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito, em diversos níveis.

A UFT tem uma estrutura *multicampi*, distinguindo-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do País que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi implantados em cidades diferentes (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km, do campus-sede, em Palmas.

Considerando as características do Estado, as mesmas vivenciadas pelos outros estados das regiões Norte e Nordeste, o REUNI propõe reestruturar e expandir as atividades de ensino superior das instituições com o objetivo de possibilitar uma expansão baseada nas características próprias de cada universidade. De acordo com os mentores do programa, a ideia é que haja um crescimento aliado à necessidade de cada local.

O Estado do Tocantins, ainda está em fase de consolidação e apresenta dificuldades derivadas desse processo, e na área da educação essas dificuldades são evidenciadas pelo pequeno número de instituições que oferecem ensino superior público e gratuito, pois há um grande déficit no número de vagas para a quantidade de alunos que terminam o ensino médio. Além disso, o Estado possui também dificuldades em relação aos índices educacionais, apontando uma deficiência no ensino dos níveis anteriores ao ensino superior.

Outro desafio para a Universidade, transpondo a barreira da oferta de vagas suficientes para os alunos, é o de possibilitar que a população tocantinense não somente tenha acesso à universidade, mas que também tenha garantias para cursá-la, pois levando em conta o perfil dos jovens aptos a cursarem uma faculdade, é prevaiente um poder aquisitivo baixo da família desse jovem. Dessa forma, muitos não têm condições de custear os estudos dos filhos ainda que em uma universidade gratuita, e esse desafio se impõe para a UFT, que precisa além de expandir suas atividades, possibilitar a permanência do jovem do Tocantins.

É necessário considerar que a UFT é a instituição de educação superior pública com mais referência no Estado e, considerando o cenário da Educação Superior local, torna-se evidente responsabilidade que a universidade possui no desenvolvimento deste. Baseada nessa afirmação, o Plano de Reestruturação e Expansão - PRE aponta nos seus eixos, a necessidade de expandi-la, afim de contribuir para atender a crescente demanda por educação superior, principalmente de estudantes pertencentes às minorias sociais, que é a característica do Estado.

A UFT, baseada nesse projeto de atenção às demandas locais, procurou construir um projeto que atendesse às necessidades do Estado do Tocantins, segundo afirma o Reitor da Instituição. Para ele, o PRE estaria baseado na ideia de expansão da educação superior no Tocantins e desenvolvimento regional. Nessa direção havia a pretensão de criar atividades acadêmicas, de ensino-pesquisa-extensão, vinculadas ao crescimento econômico e social da região de influência e incluir os estudantes dessas regiões na Educação Superior.

Na próxima seção, analisaremos o processo de construção e implantação do Plano de Expansão da universidade, baseado na concepção de democratização exposta por Mancebo e Ristoff (2008) e que utilizamos como referencial no nosso trabalho, ou seja, uma expansão baseada em um aumento de vagas, incluindo jovens de diversas camadas sociais, e que estes tenham a sua permanência na universidade assegurada.

5.2 A implementação do REUNI : O Plano de Reestruturação da UFT dentro da instituição

O REUNI está inserido no contexto das políticas públicas que objetivam expandir e democratizar o acesso à Educação Superior, e a UFT, inserida dentro deste Programa, tem desenvolvido ações institucionais por meio do seu Plano de Expansão e Reestruturação da Universidade, sendo, portanto, relevante compreender o papel da instituição e a sua relação no contexto do Estado do Tocantins no qual está inserida. Nesse sentido, nesta seção, abordamos as ações que a Universidade desenvolve, conforme objetivos propostos e projetados no Planejamento Estratégico da Universidade, com foco no REUNI.

Cabe mencionar que outros documentos divulgados pelo governo federal, que contemplam a preocupação em torno da política de expansão da educação superior, foram apresentados. Contudo, no trabalho em tela, optou-se em analisar o REUNI por se constituir em política de expansão que sugere em seus enunciados a democratização do nível superior de escolaridade como forma de promover inclusão e justiça social. O texto apresenta as análises do processo de reestruturação e expansão do ensino de graduação, realizado na UFT, a partir da consideração de que esse se constitui uma importante estratégia de reconfiguração das funções sociais da universidade no contexto local.

Por ser a única universidade pública e gratuita do Estado do Tocantins, são impostos desafios maiores a UFT e um desses desafios refere-se a possibilidade de ampliar o acesso ao ensino superior para a população do Estado do Tocantins. Analisando os documentos da Universidade, como o Planejamento Estratégico e o Plano de Desenvolvimento Institucional, inferimos que a universidade tem buscado desenvolver ações que possibilitem expansão do acesso nesse nível de ensino.

Dentre as ações que objetivam essa democratização está o REUNI, parte de um programa maior, o PDE, que tem como meta a expansão do acesso à educação superior, considerando a grande demanda existente na oferta de vagas nesse nível de ensino. O programa objetiva democratizar o acesso à educação superior no Tocantins através da ampliação maciça do número de vagas na Instituição. Dessa forma, considerando a sua importância para a expansão e consolidação da universidade, abordamos a seguir, o processo de planejamento do programa.

5.2.3 Processo de construção do plano de reestruturação da UFT

Neste contexto institucional, o REUNI surge para as Universidades como a oportunidade de se reestruturar, consolidar e expandir, induzindo-as a repensarem e a superarem os problemas, num momento em que no país ocorre uma expansão significativa da demanda pelo ensino superior (MEC, 2007).

Como visto no capítulo anterior, o decreto que instituiu o REUNI foi lançado como uma proposta para as universidades receberem recursos do governo para expansão de suas atividades. A UFT, inserida nessa proposta, e visando superar o quadro de limitações e problemas que lhe são impostos, vislumbrou a possibilidade de consolidação da universidade e também de expansão dos cursos em todos os seus campi e do seu papel no desenvolvimento do Estado, com isso iniciou um estudo sobre a viabilidade da universidade aderir ao REUNI.

Para a UFT, o programa surgiu em um momento em que a Instituição estava expandido as suas atividades, mesmo com os recursos escassos para a própria manutenção da estrutura acadêmica e também para investimentos, como vimos no retrospecto das políticas de financiamento das universidades, essa era uma situação vivenciada por todas as universidades federais, após sucessivas políticas de expansão do setor privado.

Dessa forma, ainda que a Administração julgasse que o programa teria alguns limites, era a possibilidade de conseguir recursos para uma expansão das atividades, pois considerando a situação que a universidade vivenciava seria importante expandir suas vagas para a população do Estado, em virtude do número reduzido de Instituições de Ensino Superior no Tocantins, em especial as gratuitas.

As discussões foram iniciadas na Administração Central, com o Reitor Alan Barbiero em exercício no ano de 2007 e sua equipe. Após essas discussões, as propostas foram lançadas pela reitoria para a comunidade acadêmica, e partiram de um primeiro contato que o Reitor da Universidade realizou em todos os campi para explicar sobre o programa e as oportunidades que poderiam advir com essa proposta.

Logo, o Plano de Expansão da UFT estava ligado à ideia de democratização do acesso e desenvolvimento regional. Nessa direção havia a pretensão de criar atividades acadêmicas, de ensino-pesquisa-extensão, vinculadas ao crescimento econômico e social da região de influência e incluir os estudantes dessas regiões na

Educação Superior, com a perspectiva de os futuros formandos influírem no desenvolvimento local.

É importante salientar, que a Universidade Federal do Tocantins é a instituição de educação superior pública mais importante do Estado e, considerando o cenário da Educação Superior local, torna-se evidente a necessidade de expandi-la, afim de contribuir para atender a crescente demanda por educação superior, principalmente de estudantes pertencentes às minorias sociais.

A decisão de expansão e reestruturação do ensino na UFT não foi uma medida simples e rápida, pois pressupôs a alteração de uma estrutura já em fase de consolidação e reconhecida pela comunidade acadêmica e trouxe muitos desafios, entre eles a preocupação com a manutenção da qualidade do ensino.

No primeiro momento, os principais dilemas eram convencer os gestores da universidade acerca da importância da expansão, definir as primeiras estratégias e conseguir o apoio da comunidade acadêmica. O segundo maior desafio foi realizar as ações propostas no Plano de Reestruturação da Universidade.

A universidade, por ter uma característica diferenciada das demais, ser uma universidade multicampi, possibilitou a discussão interna em cada campus e deixou a cargo desses *campi* a decisão de aderir ou não ao programa. Passada a fase das discussões desmembradas, o debate passou a ser realizado nos Conselhos da universidade, CONSEPE e CONSUNI, onde cada conselheiro teve a oportunidade de questionar e se informar sobre as metas e objetivos do programa (UFT, CONSUNI, 2007).

Finalizadas as explanações sobre o programa, foi iniciada a votação quanto a adesão da UFT, e também sobre o plano de Reestruturação que a Universidade iria apresentar ao Ministério da Educação. A votação foi realizada com quatorze votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, dessa forma a sugestão de adesão ao REUNI é apoiada (UFT, CONSUNI, 2007).

No entanto, mesmo com as discussões sendo realizadas nos campi e logo em seguida nos Conselhos da UFT, apreende-se nas atas de registro dessas discussões, que muitos professores e gestores ainda tinham dúvidas e insegurança em relação à concepção do programa e da possibilidade de adesão por parte da UFT.

É importante alertar para o fato de essa autonomia, na medida em que vem acompanhada de imposições e que, a seu ver, trata-se de mais uma proposta do Governo Federal que obedece à lógica perversa do mercado e da massificação das universidades. (fala de um conselheiro do CONSUNI, 2007).

De modo geral pude depreender, a partir da leitura desses textos, que o debate sobre o REUNI se tornou mais intenso em 2007, ou seja, depois da aprovação da adesão ao decreto que instituiu esse programa de apoio, como confirmado pela busca no site da instituição.

Alguns professores, por meio das entrevistas, fizeram um retrato das disputas dos atores pró e contra o REUNI (docentes, discentes, servidores, reitoria, conselhos), e, de certa forma, procuravam evidenciar a ação vertical das políticas elaboradas em outras instâncias na Universidade, assim como as resistências, por muitas vezes representadas por membros do corpo docente e discente.

Interessante ressaltar que, nas atas pesquisadas no CONSUNI, a discussão sobre democratização não estava presente, mas sim as possibilidades de receber recursos para expandir as atividades da Instituição. Logo, verificamos que a ideia de receber recursos para a universidade era por si só um motivo para a adesão ao REUNI, e que as questões de como seriam tratadas as ações para a expansão do acesso e da permanência seriam posteriores. Essa afirmação pode ser melhor evidenciada a partir do relato abaixo, onde demonstra a clara ideia de um dos gestores e responsável pelo acompanhamento das ações do REUNI na UFT.

E a partir de 2007, houve a possibilidade das universidades que tinham interesse em expandir, através de um decreto, que apresentassem uma proposta de reestruturação teriam o apoio do governo, então, as universidades teriam que apresentar um projeto dessa reestruturação, aprovado pelo Conselho Universitário, que foi o decreto do REUNI, que foi um decreto extremamente simples, mas que dava uma autonomia para a universidade definirem a sua forma de expansão (UFT, 2010, fala do Vice-Reitor da Universidade).

Após aprovada a participação da UFT no programa REUNI, foram analisadas as propostas dos Campi que teriam interesse em participar do programa de expansão. Somente os *campi* de Araguaína, Gurupi e Palmas apresentaram

propostas. Os demais justificaram não ser o momento oportuno para essa expansão ou preferiram consolidar os cursos já existentes.

Ainda no decorrer do ano de 2007, houve inúmeros protestos, visto que para muitos o decreto que instituíu o REUNI ia de encontro com a autonomia da universidade. O discurso recorrente compreendia que a universidade se sentia refém, isto é, nas mãos do governo federal, visto que se não aderisse ao Plano de Expansão e Reestruturação, poderia não receber verbas para investimentos nos anos posteriores.

Foi possível notar que a partir da aprovação do decreto que implantou o REUNI houve um acirramento dos debates sobre expansão e democratização. Esse movimento foi percebido em todo o país, conforme vimos no capítulo anterior, na maioria das Universidades atores contrários à adoção do programa passaram a exigir audiência pública com os reitores nos campi das instituições para problematizar o decreto do governo.

O programa foi aprovado e de acordo com os entrevistados sem os debates necessários ao entendimento, bem como a adequação da “realidade” enfrentada pela UFT às diretrizes do REUNI, posto que sem a adesão ao programa, não haveria recursos suficientes para gerir a UFT.

Quanto à divulgação, este projeto não foi tão amplamente divulgado, quanto anunciam os mentores do REUNI e seus dirigentes, na mídia ou fora delas. A maioria da comunidade não ficou sabendo da disponibilidade das informações, como também muitos docentes afirmaram que não foram convidados para nenhuma reunião do colegiado departamental ou coisa semelhante.

O que aconteceu foram reuniões nos Campi para informarem sobre o programa, no entanto, grande parte da comunidade não teve acesso a estas reuniões, e mesmo os que estavam presentes afirmam que as dúvidas não foram sanadas, conforme podemos observar no trecho destacado:

Aqui na Universidade o tempo de discussão do projeto foi muito pouco, sendo pouco esse tempo a gente não conseguiu debater algumas nuances, e um dos pontos é que aqui na UFT o REUNI veio para atender à uma demanda e já havia a perspectiva da criação de alguns cursos, então já havia toda uma programação como vontade de criar alguns cursos e isso só seria possível com a adesão ao REUNI, então não tinha de fato uma escolha, era a oportunidade de expandir e naquele momento não se foi pensado tanto nas consequências, não aceitar o REUNI naquele momento seria

invalidar a criação de todos esses cursos, pois o único programa que esse governo apresentou para que pudesse repensar a universidade foi esse (Fala de um professor, 2010).

Alguns mentores afirmaram que houve muito debate, discussões e troca de ideias e sugestões, da parte da comunidade universitária o que houve foi reunião para incutir a ideia de sua necessidade e prioridade aos docentes.

Com as propostas dos três Campi, foi iniciada a construção do Plano de Reestruturação da UFT. Segundo os documentos institucionais, as dimensões do plano de reestruturação buscam a ampliação da oferta de Educação Superior pública, com o aumento de vagas de ingresso, especialmente, no período noturno e no interior do Estado, como forma de democratizar o acesso e permitir a inclusão de diferentes perfis na educação superior no Estado. Considerando a realidade do país e mais especificamente a do Tocantins onde a UFT está presente, podemos perceber o quanto as ações propostas e os objetivos estão condizentes com as necessidades educacionais do Estado, como vimos anteriormente.

Conforme comenta o Diretor do Campus Universitário de Araguaína, a implementação do Programa, foi uma forma que a instituição encontrou para atender às demandas da região em que a UFT está situada, e que tudo foi pensado com esse objetivo.

O que se pode notar neste documento é que a UFT ou a comissão que o elaborou tentou fazer tudo dentro das normas e instruções do MEC, mas com a intenção de envolver a comunidade no processo. Também identifiquei uma falta de realidade no planejamento e no corpo do documento o que pode não corresponder à realidade institucional.

Na próxima seção faremos a análise do Plano de Reestruturação e Expansão apresentado pela UFT, e faremos o exercício de compreensão da concepção de expansão, democratização e permanência que está presente do documento.

5.2 Ações do REUNI na UFT

Para uma melhor compreensão da análise do Plano de Expansão e Reestruturação da UFT, optamos por desdobrar esse estudo em dimensões, conforme estão divididas as seções no Plano da UFT, esse recurso nos possibilitou um estudo mais detalhado dos eixos do programa e as ações desenvolvidas. Dessa forma abordaremos o PRE, a partir de quatro eixos a saber: as metas e ações do Plano de Reestruturação da UFT, financiamento para a expansão da UFT, expansão e democratização, e por último, expansão e políticas de permanência para os estudantes.

5.2.1 As metas e ações do Plano de Reestruturação da UFT

Além da expansão, a UFT planejou ações para atender as seis dimensões propostas nas diretrizes do REUNI: Ampliação da Oferta da Educação Superior Pública; Reestruturação Acadêmico-Curricular; Renovação Pedagógica da Educação Superior; Mobilidade Intra e Inter-Institucional; Compromisso Social da Instituição; Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

De acordo com a instituição a proposta foi baseada nas demandas existentes no estado do Tocantins, e na estrutura já disponibilizada na Universidade, de forma que fosse possível otimizar os recursos já existentes e a vocação de cada campus (UFT, 2007). Os três Campi que aderiram ao programa foram Araguaína, Gurupi e Palmas.

No Campus de Palmas a proposta para adesão ao REUNI partiu de uma comissão de professores com a participação do Diretor do Campus, o Professor Aurélio Picanço. De acordo com o Diretor a comissão procurou estudar as demandas existentes no Estado do Tocantins, e na região de Palmas, de forma que os cursos que fossem implementados, pudessem oferecer um conhecimento técnico e científico para as áreas de crescimento do Tocantins. Outro ponto foi a consideração da vocação dos Campi, e a estrutura física já existente, pois além da criação de novos prédios e laboratórios, poderiam ser utilizados os espaços já disponíveis nos Campi.

Dessa forma, a proposta apresentada pelo campus de Palmas foi a criação dos cursos de Engenharia Elétrica e Civil, que formassem uma grande área da engenharia, e ainda pela estrutura já existente pelos cursos de Engenharia que existiam no Campus. A escolha dos cursos na área das Engenharias deveu-se a identificação da demanda desses conhecimentos no Estado, conforme aponta o Professore Aurélio:

[...] queríamos crescer também na área de tecnologia, porque a gente acredita que seja o perfil do campus, e aí estudamos também a demanda do estado, pois o curso de engenharia elétrica não existe no estado, e engenharia civil também, é uma área que está em crescimento, e pela necessidade do estado.

Da mesma forma os cursos de Enfermagem e Nutrição foram pensados, pois já haviam algumas diretrizes para a expansão da área da saúde no Campus, e também a área de Licenciatura em Artes e Filosofia por serem disciplinas obrigatórias no currículo escolar no Tocantins, e ainda não existia a oferta desses cursos no Estado.

Então o projeto de expansão do Campus de Palmas foi pautado nas metas do programa REUNI, com ênfase na ampliação e democratização do acesso, priorizando ainda a oferta de graduação no período noturno, incentivando a inclusão de uma parcela jovem e que trabalha durante o dia e só pode ter acesso a um curso superior no período noturno.

O campus de Gurupi optou pela criação dos cursos de Química Ambiental e Tecnologia em Biocombustíveis, considerando que a cidade de Gurupi é um centro agrário, e que as propostas do Campus devem estar em consenso com os objetivos da Universidade, e que a missão da instituição já incluía a ligação com o desenvolvimento sustentável da região.

Em Araguaína, os cursos apresentados e posteriormente criados foram na área da educação, licenciatura em Química e Física, aproveitando a vocação do Campus, e também na área de logística e cooperativismo e turismo, considerando o potencial da cidade para os negócios.

O Plano de Reestruturação da UFT procurou priorizar o processo de interiorização e aumento da oferta de vagas no período noturno que, em conjunto com a oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes, inovação e novos formatos de cursos de graduação representam pontos

fundamentais para a mudança do panorama atual do ensino superior no Brasil (UFT, 2007).

Atendendo à uma das metas do REUNI, e focando as necessidades do Estado, a UFT apresentou uma proposta de expansão com a criação de mais 1.000 vagas anuais para atender a uma demanda crescente da sociedade, sendo que, desse total, 520 vagas serão oferecidas no período noturno. A ampliação dessas vagas dar-se-á através da proposta de criação de 1.000 vagas anuais em cursos presenciais de graduação, passando para 15.124 matrículas até o ano de 2012, distribuídas nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi. Dentro da proposta de expansão está, ainda, o projeto de expansão dos cursos de pós-graduação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007).

De acordo com a instituição, a proposta do plano está baseada em uma formação mais humana, focada na interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade acadêmica. Busca-se o atendimento dos seguintes eixos: Expansão e reestruturação, redefinição da estrutura de organização e administração acadêmica, diversificação curricular, fortalecimento das licenciaturas e implementação das políticas de inclusão (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p. 5).

O Plano inclui, também, as metas que estão contempladas no decreto do REUNI, onde estipula as ações que as Universidades devem desempenhar. Nesse sentido a UFT tem como proposta:

I- Consolidar a relação aluno/professor em 18/1. Atualmente, a UFT, em seus cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu, apresenta uma relação de 18,45\1.

II - Garantir a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, no prazo de cinco anos.

III - Contratar 210 professores efetivos.

IV- Contratar 140 técnico-administrativos, dentre os quais 80 de nível superior e 60 de nível intermediário.

V - Garantir a regularidade de oferta das novas vagas nos processos seletivos, sendo 520 vagas ofertadas anualmente no período noturno, as quais serão somadas às 835 atualmente disponibilizadas nesse turno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007, p. 12).

A reestruturação curricular é um dos pontos importantes na proposta de expansão da UFT. De acordo com o Diretor do Campus de Palmas, o Plano de

Reestruturação abrange a reestruturação do ensino, baseado em uma forma de inovação da graduação. De acordo com o Reitor da Universidade:

A proposta objetiva redimensionar estrutura acadêmica da UFT, envolvendo, diretamente, os *campi* de Palmas, Araguaína e Gurupi, o que poderá induzir os demais a se reestruturarem, visando à superação dos problemas apontados. Por isso, a necessidade de se buscar elementos que promovam maior flexibilidade na formação acadêmica, possibilitando, ainda, o atendimento às diversidades regionais e às particularidades locais do estado.

Dentre as ações que serão implementadas, de acordo com o Plano de Expansão e Reestruturação, destacam-se a reorganização¹⁵ da arquitetura curricular: a organização dos cursos em ciclos propiciará aos egressos sólida formação geral associada a uma formação diferenciada no campo das Ciências Naturais, Ciências da Saúde, Ciência e Tecnologia, Artes e Filosofia, Ciências Agrárias e Gestão de Negócios, com possibilidade de opção por uma área de concentração, dentro do respectivo campo ou, ainda, a obtenção de múltiplas titulações pela articulação dos eixos de formação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007).

De acordo com o Plano, ao se evitar a especialização precoce, ditada por uma formação estritamente profissionalizante, será possível propor estruturas que prevejam uma formação inicial capaz de levar os alunos à compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, e ao domínio de competências e habilidades de leitura, produção oral e escrita e conhecimentos contemporâneos. Ao término desse ciclo, tendo já vivenciado o contato com as diversas possibilidades de formação, os alunos estarão mais capacitados a fazer opções quanto à sua formação profissional, podendo, inclusive, articular diferentes áreas de conhecimento e obter múltiplas titulações.

¹⁵ A reestruturação acadêmico-curricular é uma das metas do Plano de Reestruturação para adesão ao REUNI na UFT, no entanto, não é enfoque do nosso trabalho, relatamos a forma como essa reestruturação está acontecendo na Universidade, mas necessita de pesquisa mais detalhada para de fato conhecer as mudanças que estão sendo postas e principalmente os resultados dessas mudanças. Ainda assim, analisaremos em seguida, de forma menos detalhada, quando analisaremos o perfil socioeconômico dos alunos que frequentam os cursos criados a partir do REUNI no Campus de Palmas, de acordo com a percepção dos mesmos quanto às mudanças e inovações e de que forma essas mudanças estão sendo tratadas pela gestão da UFT, com relação à assistência e permanência dos alunos nesses cursos que estão sendo reestruturados.

Ao analisar as propostas de reestruturação do ensino e as opiniões de professores que acompanharam esse processo podemos perceber que as metas para essa reestruturação acabaram não acontecendo com o devido cuidado, conforme aponta o professor do curso de Pedagogia:

Pensou-se em uma reestruturação que não ocorreu de fato aqui na Universidade, as outras IFES em sua maioria somente ampliaram as vagas e cursos já existentes, a UFT adotou o Bacharelado Interdisciplinar como forma de inovação, pensou-se que iam criar uma estrutura com anfiteatro, mas a estrutura que existe na universidade não é de anfiteatro, eles simplesmente fizeram umas salas maiores.

Ao analisar as propostas de expansão e reestruturação da estrutura curricular na UFT, percebemos a instituição não está imune às tensões geradas pelas crises pontuadas por Santos (2004), conforme abordamos na revisão da literatura. Ao propor uma atualização institucional, percebe-se claramente que ela está atrelada às questões de hegemonia e legitimidade do conhecimento produzido e distribuído por ela.

Deste modo ao propor metas para o ensino, a pesquisa e extensão, em particular o eixo de desenvolvimento “reestruturação e expansão”, mobiliza vestígios de discussão sobre o conhecimento acadêmico por meio de expressões como “flexibilização curricular” (redução de carga horária em sala de aula; implantação de ciclos básicos comuns e “atualização dos currículos”).

Neste caso também, essas propostas podem ser investidas de sentidos diferenciados em função das disputas sobre o próprio sentido de democratização. Ao propor a ampliação do número de vagas nos três turnos, inclusive noturno e a criação de novos cursos noturnos, promoção do ensino à distância, estudos sobre a evasão e implementação de políticas de assistência estudantil, bem como a implantação de novos mecanismos de acesso à universidade é possível perceber que a defesa da excelência acadêmica como mencionado anteriormente está dividindo espaço nesse documento com as ideias partidárias da implementação de mecanismos considerados mais democráticos de entrada e permanência nessa instituição.

Ainda com o olhar voltado para a apresentação do Plano, destaco alguns pontos presentes nas metas dessa proposta, que ao reatualizarem discursos de responder às demandas atuais de alguns setores da universidade, deixam

transparecer os sentidos que estão sendo praticados. Assim, por exemplo, a meta: [...], que carrega uma possível resposta à crise de hegemonia pontuada por Santos (2004), assim como “democratizar o acesso, eliminando o vestibular, substituindo-o por mecanismos de avaliação continuada dos estudantes de nível básico” – investe em uma forma possível de pensar a questão da democratização do acesso.

Conforme vimos na revisão literária, a palavra democratização comporta vários sentidos, e na proposta de reestruturação percebemos que o sentido atribuído à democratização da Educação Superior, conflita com o papel da universidade, e surge o desafio de flexibilizar o ensino de forma a simultaneamente garantir a excelência acadêmica e a entrada e permanência, com qualidade, de novos sujeitos sociais, historicamente excluídos desses espaços.

5.2.2 Financiamento para expansão da UFT

O financiamento das Instituições de Ensino Superior Públicas depende principalmente de subsídios do poder público via orçamento, para a sua manutenção, como é o caso do orçamento destinado à manutenção e expansão das atividades na UFT.

A LDB reafirma em seu artigo 54 que as universidades mantidas pelo poder público gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. E, no artigo 55 fica assegurado que caberá a União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das Instituições de Educação Superior por ela mantidas (LDB, 1996).

Ainda com relação ao financiamento das Instituições de Ensino Superior, Vahl (1992) destaca que existem três formas dos recursos públicos chegarem a essas Instituições. A primeira é a contribuição direta para as IES, com o objetivo de cobrir parte de seus gastos, representando então uma parcela do orçamento nacional global. A segunda forma seria pelo financiamento para programas específicos, com a destinação de determinados impostos para tal fim. Uma última forma de materializar aportes de recursos públicos para as IES seriam os programas de

assistência direta aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio alimentação, livros e material didático.

De acordo com os dados oficiais divulgados no site do MEC, o governo pretende, com a implantação do REUNI, “dobrar o número de vagas em toda a rede pública federal e, até 2011 matricular 30% dos jovens de 18 a 24 anos nas universidades, como prevê o Plano Nacional da Educação (PNE). Tal expansão, no entanto, deve ser feita com acréscimo de, no máximo, 20% de recursos, condicionados às verbas orçamentárias do MEC (§ 1º, do art. 3º, do Decreto nº 6.096/2007). Ou seja, o governo pretende um acréscimo de cerca de 3,8 milhões de alunos, dispondo, para custeio dessas novas matrículas, de 2,07 bilhões de reais, até 2012, declaradamente insuficientes para o tamanho do projeto.

Conforme especificado no quadro síntese do orçamento do REUNI para a Universidade (em anexo), a proposta apresentada requer investimentos em edificações, infraestrutura e equipamentos na ordem de R\$ 25 milhões, parcelados em quatro anos. Além disso, um incremento em 33% no custeio da UFT referente à LOA de 2007, conforme definido na proposta do REUNI, ou seja, aproximadamente R\$ 17 milhões. Do total do custeio disponibilizado, R\$ 14.125.820,00 serão aplicados em pessoal docente (R\$ 11.652.897,90) e técnico-administrativo (R\$ 2.172.922,80). Em 2012, chegará a um incremento em bolsas (assistência estudantil, mestrado e doutorado) na ordem de R\$ 1.468.368,00. Esses recursos possibilitarão um aumento significativo nas matrículas projetadas da UFT, passando das atuais 8.699 para 15.124.

A seguir iremos detalhar algumas das consequências da implementação do REUNI, o que foi desenvolvido dos documentos posteriores e como tem sido o repasse financeiro para as universidades federais, tendo como referência o início da implementação dos planos, entre 2007 e 2008, e meados de 2009. Com isso poderemos chegar a algumas conclusões de como o REUNI vem funcionando na prática, ainda que preliminares dado que o programa se estenderá até 2012.

Abaixo na tabela 01, destacamos os valores orçamentários recebidos pela universidade para o financiamento das suas atividades. Analisando os dados, podemos verificar os valores recebidos pela Universidade nos anos de 2006 e 2007, e logo após o incremento de valores nos anos de 2008 e 2009, com a adesão ao programa REUNI. É evidente o aumento do aporte de recursos disponibilizados pelo MEC à UFT.

Tabela 1 - Execução Orçamentária da UFT no período de 2006 a 2009

ANO	VALORES (R\$)
2006	49.448.900,00
2007	59.000.627,00
2008	83.377.861,00
2009	101.485.270,00

Fonte: UFT – 2010

Na tabela 02, podemos verificar os valores destinados ao Programa Brasil Universitário, entre os anos de 2008 a 2010, quando a Universidade já passou a receber os recursos do Programa REUNI.

Tabela 2 - Valores do Programa Brasil Universitário da UFT no período de 2008 a 2010

ANO	VALORES R\$
2008	171.666.91,00
2009	129.969.380,00
2010	99.093.232,00

Fonte: UFT – 2010

Neste Programa estão contidas as principais ações da UFT, tais como funcionamento dos cursos de graduação que contêm grande parte do orçamento da Universidade e ainda acervo bibliográfico, expansão das universidades, REUNI e outros projetos.

Após a adesão da UFT ao REUNI, os recursos foram liberados, mas já foram disponibilizados com propósitos pré-estabelecidos no Plano de Reestruturação apresentado pela UFT.

Dessa forma, de acordo com o Ministro da Educação, os recursos seriam destinados a: I – construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do programa; II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e III – despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Em relação ao terceiro inciso, que trata dos aportes de pessoal e custeio, o decreto fixa o acréscimo a um limite de 25% das despesas de custeio e pessoal num período de 5 anos, excluindo os inativos, tendo por base o orçamento inicial da execução do plano em cada universidade, mesmo antes de definir a proporção da expansão proposta. Já no documento do MEC “Diretrizes do REUNI” (2007, 13), o

acréscimo fixado é ainda menor limitando-se a 20% a mais no decorrer de 5 anos, tendo como parâmetro o orçamento de 2007 e a expansão exigida é de no mínimo 20% das vagas.

A partir do decreto REUNI em 2006, as IFES passam, também, a ter um financiamento contratual com o governo federal. Esse tipo de financiamento caracteriza-se pelo estabelecimento entre a instituição e o Estado de um contrato, onde a IFES se compromete com determinado programa, ou a atingir determinados objetivos, recebendo, com isso, uma contrapartida financeira (ibidem, 112). No caso do REUNI, como já mencionado, as universidades através de acordos de metas, assinados com o governo federal comprometeram-se com uma expansão de vagas, ampliando a relação professor aluno para 1 para 18 e a taxa de sucesso na graduação para 90%.

Em troca, segundo o documento Diretrizes do REUNI “o valor acrescido ao orçamento de custeio e pessoal de cada universidade aumentará gradativamente, no período de 5 anos, até atingir ao final o montante correspondente a 20% do previsto para 2007”. Já os recursos de investimentos serão distribuídos entre as universidades de acordo com critérios vinculados ao número de matrículas projetadas. Ou seja, quanto mais aumentam as vagas mais as universidades receberão recursos. No caso do custeio, a ampliação de 20% em relação a 2007 que se concluirá em 2012 desconsidera a inflação do período. Além disso, como a expansão de vagas será maior que 20% em todas as IFES, necessariamente os recursos de custeio por estudante vão se reduzir.

Abaixo, estão os valores disponibilizados para a execução do Programa REUNI na UFT:

Tabela 3 - Recursos disponibilizados pelo REUNI para a UFT no período de 2008 a 2011

ANO	VALORES R\$	
	UFT	PALMAS
2008 e 2009	15.150.603,94	7.870.281,30
2010	11.116.872,18	4.960.331,13
Complementação	3.268.202,00	1.694.773,07
2011	4.442.080,24	8.567.175,00

Fonte: SIMEC, 2010

Os valores disponibilizados foram em sua grande maioria destinados à construção de salas de aulas, anfiteatros, laboratórios e outras instalações necessárias para atender o aumento de alunos na Universidade. Parte desse valor também foi destinada à contratação de Professores e técnicos, como será mostrado adiante.

Esse projeto implica, ainda, na ampliação de investimento em edificações, infraestrutura e equipamentos, da ordem de R\$ 25 milhões, em Araguaína, Palmas e Gurupi. Somando-se a isso um incremento de custeio de 33%, em relação ao orçamento atual, a expansão promoverá um maior atendimento às demandas regionais, impulsionando a consolidação e a ampliação desses três campi. Impacto positivo dar-se-á com a contratação de 210 professores, elevando o quadro para 740 docentes e 140 servidores técnico-administrativos.

Em relação à execução orçamentária das ações da UFT, principalmente dos recursos do REUNI, houve um atraso na execução de diversas obras e serviços em razão da Universidade não dispor de pessoal suficiente para realizar as licitações em tempo hábil. Fato esse que fez com que algumas instalações necessárias para o oferecimento dos cursos não ficassem prontas, prejudicando dessa forma a qualidade do ensino ofertado. Na seção destinada a análise da percepção dos estudantes sobre o Programa, esses problemas estruturais voltaram a ser mencionados.

Independente das situações particulares das universidades é importante reafirmar que um incremento de 20% no orçamento de custeio para uma expansão de estudantes que pode chegar a mais de 100% é, na prática, não uma ampliação de recursos, mas, ao contrário, uma redução do orçamento de custeio por estudante. A ampliação de pessoal é também, como já analisamos, na prática, uma redução, já que vai se ampliar o número de estudantes por professor. Portanto, ainda que haja uma ampliação absoluta dos recursos, há uma redução relativa dada a expansão de vagas e de cursos exigida pelo REUNI.

Observa-se que o total de investimentos propostos não é compatível com a quantidade da expansão de vagas. Analisando de forma mais detalhada a evolução do orçamento executado no período anterior à implementação do REUNI, a fim de identificar o acréscimo exato dos recursos presentes e se estes estão sendo suficientes para ampliar a estrutura física e equipar essas instituições com laboratórios, bibliotecas, salas de aulas e outros espaços necessários ao

desenvolvimento das atividades acadêmicas, considerando o ensino, a pesquisa e extensão, verificamos que o valor investido não comporta esses novos gastos.

Essa questão é abordada por Mancebo (2008), que ressalta que o aumento de recursos orçamentários deve pressupor gastos com a entrada de novos alunos, mas também deve prever a recuperação da remuneração da força de trabalho docente, bem como a assistência estudantil em moldes consistentes com políticas agressivas de inclusão social.

Todos esses dados nos levam a crer que houve uma mudança na lógica de financiamento, que passa a ser contratualizada. Os recursos de investimento destinados para a expansão proposta não consideram o déficit existente nas universidades federais e os recursos de custeio ampliados em 20% em universidades que pretendem dobrar o número de alunos significam, na prática, uma redução proporcional de recursos, ainda que nominalmente tenham se ampliado, pois para que a Universidade possa manter as suas atividades após essa expansão proposta serão necessários aportes de recursos maiores do que os disponibilizados.

É importante considerar que esse crescimento desigual entre matrículas e concursos para docentes e técnico-administrativos não é inaugurado pelo REUNI, conforme mencionado anteriormente, as Universidades sofreram restrições em seus orçamentos durante os anos anteriores, e para que um programa de financiamento possa ser efetivo é necessário considerar este déficit existente.

Ainda com foco no Plano de Reestruturação, abordaremos a seguir, como os recursos disponibilizados estão sendo empregados na proposta de expansão da Universidade, e de que forma esta vem ocorrendo.

5.2.3 Expansão e Democratização do acesso

Logo na introdução, o Plano de Reestruturação e Expansão apresenta um histórico da UFT, destacando as reformas vivenciadas pela instituição, em seguida faz um mapeamento das ações, apresentando os problemas e os desafios da UFT, e as metas a serem alcançadas.

Dessa forma, o PRE se apresenta como uma maneira da universidade repensar o seu papel na sociedade e, com isso, o texto introdutório do anteprojeto

apresenta dois eixos de problemas a serem enfrentados pela universidade: um deles destaca que a universidade precisa se reestruturar para dar conta do avanço científico e tecnológico; e o outro aponta para a expansão do acesso ao ensino superior, que “[...] tornando-se um direito universal a que todos podem ter acesso a uma universidade já que não pode ser pensada como um mecanismo de produção ou reprodução das elites”.

Conforme apreende-se na leitura e análise do Plano de Reestruturação da UFT, a proposta procurou dar ênfase ao processo de interiorização já iniciado a partir do ano de 2003, quando foram construídos *Campi* das universidades federais longe das capitais do Estado. Esse processo se constitui de importante ferramenta para a promoção da democratização do acesso, pois permite o acesso a cursos superiores, de jovens que provavelmente não teriam condições de saírem de suas cidades para cursar o ensino superior na capital.

Em relação ao Estado do Tocantins, isso se torna ainda mais evidente pelo perfil econômico da população, e a UFT desde a sua criação já tem contribuído para esse processo através da sua estrutura multicampi, estando presente no Estado em várias cidades. No entanto, ainda existe a demanda por uma maior oferta de vagas nessas cidades, principalmente nos campi de Araguaína e Gurupi, devido às suas localizações estratégicas, e com o REUNI foi possível expandir de forma sistemática a oferta de vagas.

É evidente a participação da UFT nessas cidades onde estão inseridas, todos reconhecem a importância e abrangência das suas atividades, no entanto há de se questionar como esse processo vem sendo realizado. Dessa forma merece atenção especial compreender de que forma e em que condições esse acesso tem sido oferecido.

De acordo com o perfil dos cursos já existentes e da análise do Plano de Reestruturação, podemos afirmar que a UFT tem sido um importante agente de desenvolvimento nas cidades onde está localizada, e com a ampliação através do REUNI percebe-se que essa participação tem aumentado de forma sistemática. No entanto, ao analisarmos o Plano percebemos que as opções de cursos, e também a oferta de cursos reconhecidos como elitistas estão na capital, prevalecendo então no interior os cursos de licenciaturas.

De acordo com alguns estudantes entrevistados nos Campus de Araguaína e Gurupi, foi relatada a vontade de poder escolher outras carreiras, ter outras opções,

que ainda somente na Capital do Estado existem. O Plano inovou quanto ao oferecimento do curso de Biotecnologia de combustível no Sul do Estado, possibilitando aquele estudante do interior ter outras opções para a escolha da sua carreira. Pois de acordo com o diretor deste Campus o curso é um projeto de tecnologia de ponta e que contribuirá muito para o desenvolvimento da cidade de Gurupi e regiões vizinhas.

Ao propor a criação de novos cursos nas cidades do interior do Tocantins, a UFT procura promover a democratização do ensino em uma das frentes de atuação, conforme Mancebo (2008) afirma que os recursos do Estado para a manutenção desse nível de ensino devem ser ampliados para contemplar a expansão e interiorização da rede, promovendo dessa forma a democratização do ensino superior em diversos aspectos.

Outro fator importante no processo de interiorização que deve ser considerado é a qualidade da oferta desses cursos, é necessário que se disponibilize a mesma estrutura existente nos maiores campi, nos campi que estão localizados na capital. A oferta de um curso nas cidades do interior pressupõe o mesmo esforço de um curso oferecido na capital do Estado, é necessário dotar de laboratórios, bibliotecas, e considerar as possíveis dificuldades que os alunos terão por causa da distância do grande centro.

Um processo de democratização a partir da interiorização do ensino superior somente ocorre de forma efetiva quando podemos comparar a qualidade da oferta do ensino à mesma qualidade dos cursos na capital.

Conforme pudemos observar de acordo com as visitas realizadas nos três campi da UFT, que estão inseridos no projeto REUNI, dois deles sendo em cidades do interior, é que há um esforço em dotar os campi da universidade com toda a estrutura necessária para o oferecimento desses cursos. É perceptível a preocupação com a disponibilização de toda a infraestrutura física nos campi do interior, bem como, no Campus de Palmas, onde ocorre uma parte maior da expansão da UFT.

Outra ferramenta utilizada no processo de expansão do ensino superior, e que está entre as prioridades do programa REUNI, é a expansão das vagas dos cursos já existentes e a criação de novos cursos no período noturno, dessa forma atinge uma grande parcela da população jovem que já se encontra no mercado de

trabalho e somente possui disponibilidade para cursar o ensino superior no período noturno. Conforme aponta o Reitor da Universidade:

o REUNI tem criado a possibilidade do acesso ao curso superior para as pessoas que trabalham e precisam estudar a noite, e também a criação de novos cursos a partir dessa expansão então foi possível levar o acesso ao curso superior a outras cidades do interior, e que propicia também ao estudante de uma situação econômica menos favorecida que não tinha a possibilidade de estudar na capital do estado, e isso é um processo de democratização (Reitor da Universidade Federal do Tocantins, 2010).

Nesse mesmo sentido, o diretor do Campus de Palmas ressalta a contribuição do programa no processo de expansão e democratização proposto na UFT, conforme se apreende da sua fala:

[...] a gente vê o REUNI como uma possibilidade de ampliação da oferta de vagas na rede pública, então a partir do momento em que a gente tem uma possibilidade de ampliar o número de vagas, a gente vê a possibilidade de democratizar o acesso. O REUNI tem uma meta clara com a criação de cursos noturnos, determinado percentual dessas vagas foi justamente para atender o pessoal que trabalha durante o dia e estuda a noite (Diretor do Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins, 2010).

Da mesma forma que os cursos oferecidos nas cidades do interior, podemos perceber que os cursos ofertados no período noturno são em geral os cursos de licenciaturas, e os cursos de carreiras mais disputadas e reconhecidas no mercado continuam sendo oferecidos em períodos integrais, excluindo automaticamente a participação dessa parcela de trabalhadores.

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito, nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno.

Nesses aspectos, políticas públicas dirigidas a um melhor aproveitamento da infraestrutura já instalada podem ser vistas como uma forma pouco custosa de democratizar o acesso. Isto é, pode-se ocupar a infraestrutura ociosa no período

noturno nos *campi* públicos com cursos de graduação, o que seria uma oportunidade de oferecer educação superior gratuita para alunos que estão impossibilitados de frequentar cursos diurnos ou integrais (OLIVEIRA; ALVES; LUZ, 2008). A tabela 04 demonstra a capacidade ociosa das instituições de ensino superior, e reforça a necessidade de investimento para a expansão de vagas nesses períodos.

Tabela 4 - Alunos matriculados nos cursos de graduação por turno nas IFES no ano de 2008

ALUNOS	TOTAL	NOTURNO	DIURNO
Públicas	1.051.655	376.739	674.916
Privadas	2.428.258	1.627.016	801.242
Total	3.479.913	2.003.755	1.476.158

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Essa constatação revela também, o grande potencial de expansão pelo setor público, principalmente nos cursos noturnos. Pois conforme os dados apresentados na tabela 05, o número de vagas nos cursos diurnos é bem acima do que os cursos noturnos.

Tabela 5 - Vagas nos cursos de graduação das IFES por turno no ano de 2008

TURNO	VAGAS	PORCENTUAL (%)
Diurno	93.458	75,2
Noturno	30.738	24,8
Total	124.196	100

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Além disso, é necessária uma política de assistência e permanência desse estudante trabalhador, como forma de fixação do aluno na universidade, são necessários maiores esforços por parte da Instituição para que o estudante possa vencer as dificuldades inerentes a essa jornada dupla. Facilitar o acesso por si não resolve, é necessária uma política de acompanhamento e compreensão por parte dos professores para uma maior flexibilidade e formatos novos de ensino para esse nível.

Dessa forma, percebe-se o desafio da Universidade frente às peculiaridades do Tocantins e a forma como as ações desenvolvidas pela Instituição buscam estar

em sintonia com as necessidades do Estado. De acordo com os documentos institucionais da Universidade, a UFT instituiu uma comissão que busca incorporar a temática racial à construção de políticas de inclusão social. Ações voltadas para a assistência estudantil, considerando o perfil dos seus alunos e a realidade socioeconômica na qual está integrada.

No tocante às ações afirmativas, segundo o Planejamento estratégico da Universidade, a Instituição tem viabilizado o acesso ao ensino superior dos segmentos populacionais historicamente privados desse direito, notadamente os negros e indígenas.

De acordo com o Plano de Reestruturação da UFT, continuando as projeções, ao final dos cinco anos, a universidade passará dos atuais 8.699 para 15.124 alunos, o que implica na ampliação de 6.525 matrículas. Outra questão de extrema relevância está centrada na possibilidade de fortalecimento da descentralização e interiorização da Universidade, nos campi de Gurupi e Araguaína, que, respectivamente, terão 160 e 360 novas vagas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2007).

De acordo com a tabela 06, podemos verificar o progresso do aumento de número de vagas ofertadas no Campus de Palmas, esse aumento ocorreu ainda em Gurupi e Araguaína, *campi* que também integram o Programa REUNI.

Tabela 5 - Vagas Oferecidas nos Vestibulares da UFT no período de 2006 a 2009

ANO	2006	2007	2008	2009
Palmas	770	810	810	1090

Fonte: UFT - 2010

Articulando a esses dados apresentados, temos na tabela 07, a evolução da contratação de professores efetivos:

Tabela 6 - Evolução do número de Docentes Efetivos na UFT no período de 2006 a 2009

Ano	2006	2007	2008	2009
Professores	381	388	542	571

Fonte: UFT - 2010

O aumento de vagas no Campus de Palmas se deu nos seis cursos criados, conforme mencionados anteriormente. Considerando as propostas do Plano de Expansão e Reestruturação, a Universidade pretende aumentar o número de vagas

ofertadas na Instituição, insto quer dizer um aumento no número de matrículas projetadas de 9.477 (2007) para 15.124 (2012), ou seja, um incremento de 5.647 novas matrículas, propondo contratar mais 210 professores efetivos. De acordo com os dados apresentados percebemos que a contratação de professores é proporcionalmente menor ao aumento de vagas proposto na expansão por meio do REUNI.

Após a apresentação dos dados, podemos concluir que houve de fato uma expansão do número de matrículas na UFT, e como contrapartida um aumento no aporte dos recursos disponibilizados pelo MEC para a Instituição. No entanto, os recursos foram em sua maioria investidos em estrutura física e o orçamento da universidade irá agregar após o final do Projeto um acréscimo no valor do seu orçamento para que possa manter essa expansão, em termos de pessoal e custeio.

A expansão pretendida foi realizada desconsiderando o déficit já existente na Universidade, assim como em outras universidades que já vinham tendo uma grande restrição orçamentária acumulada de anos atrás. Dessa forma a expansão pretendida deveria ter ocorrido em conjunto com a recuperação da estrutura já existente.

5.2.4 Expansão e Políticas de permanência para os estudantes

Outro aspecto analisado no Plano de Expansão da UFT, é a política de permanência dos alunos na universidade. As ações de expansão das vagas foram executadas na UFT e, para que de fato possamos analisar qual a concepção de democratização que está contida no projeto de expansão, precisamos conhecer de que forma a UFT vem tratando a questão da permanência.

Como vimos na revisão literária e na concepção adotada no nosso trabalho, o processo de expansão precisa estar atrelado às políticas de inclusão e permanência dos estudantes, para que de fato possa haver um democratização desse nível de ensino. Nesse sentido, apoiamo-nos no entendimento de Ristoff (2008), que afirma que democratizar significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Ainda segundo o autor, a

democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais, que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, e assegurem o acesso e a permanência a todos os que procuram a educação superior.

Com relação à permanência dos estudantes, de acordo com o plano de Reestruturação, a Universidade estabeleceu diversas ações que buscam possibilitar uma maior assistência aos estudantes. De acordo com o Reitor da UFT, esse foi um ponto de extrema importância uma vez que a própria universidade reconheceu que não possuía uma política forte de assistência aos seus estudantes e com o programa de expansão essa política foi focada de uma forma mais intensa.

O exemplo foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis no ano de 2008, o que poderia ser uma conquista para os alunos, pois o setor trata especificamente das políticas de assistência. Nesse mesmo ano, a universidade recebeu recursos específicos para a assistência estudantil na ordem de R\$ 1.004.769,36 para apoiar as atividades de assistência ao estudante do ensino de graduação.

Como afirma o Vice-Reitor da Universidade:

Não existia até o ano de 2008 um recurso específico para a assistência estudantil na UFT, os limitados recursos que atendiam algumas ações de assistência aos estudantes, eram retirados do orçamento geral da Universidade (Vice-Reitor, 2009).

Com esse foco voltado para a assistência, o Programa Bolsa permanência foi instituído com o objetivo de dar condições financeiras para que alunos carentes e indígenas possam permanecer na instituição, reduzindo, por sua vez, a evasão escolar e a taxa de repetência. Um importante avanço foi a ampliação do programa Bolsa Permanência que atendia em 2008 cerca de 80 estudantes e passou a atender em 2009 mais de 500 estudantes.

Outra diretriz apontada é a disponibilização de mecanismos de inclusão através da assistência estudantil. Em dezembro de 2007, no rastro do REUNI, o governo instituiu através da Portaria Normativa nº 39 do MEC o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, a ser implementado a partir de 2008. O programa considera “centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens

no ensino superior público federal” (Portaria nº39). Entende assistência estudantil como: moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Suas despesas correriam através de dotações orçamentárias ao Ministério da Educação que faria a descentralização dos recursos.

Em 19 de julho de 2010, o PNAES, que era uma portaria do MEC, foi transformada no decreto presidencial nº 7234. No decreto foram relacionados os objetivos do programa que são: I- democratizar as condições de permanência nas IFES; II-minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III-reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV-contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Na alínea IV fica claro que a assistência estudantil é estratégica para difundir a educação superior como possibilidade de ascensão social e para buscar coesão social por meio das promessas da educação.

Apesar de não ter havido, até o momento, uma rubrica específica no orçamento para o Plano de Assistência Estudantil, é inegável um aumento significativo das verbas para o programa de assistência ao estudante no orçamento das universidades. Comparamos o ano de 2002, ainda no governo Cardoso, com 2006 e 2007, antes do REUNI quando ainda não se notam aportes significativos e os anos de 2008 e 2009, quando ocorrem os maiores aumentos. Para o ano de 2010, estão autorizados mais de 300 milhões para o programa no total nacional, dividido entre todas as IFES.

Ainda que o orçamento executado entre 2002 e 2009 pelo programa tenha crescido 9 vezes, o aumento não é tão exorbitante se considerarmos que ocorre em meio a um processo de expansão das matrículas nas universidades federais. É importante ainda reforçar que a comparação se dá com patamares anteriores baixíssimos, sem qualquer recurso de investimento para ampliação da assistência estudantil então existentes, como vimos nas seções anteriores quando tratamos do financiamento das atividades das universidades, incluindo os recursos para a assistência estudantil. Dessa forma verificamos um aumento no aporte dos recursos para auxílio financeiro aos estudantes para que possam ter possibilidades de concluir os seus estudos, mas considerando o déficit anterior e as condições econômicas do alunos da instituição podemos constatar que a assistência estudantil na Instituição precisa ser consolidada e expandida continuamente.

Tabela 7 – Distribuição dos recursos para Assistência Estudantil na UFT no período de 2007 a 2009

Ano	Quantidade	Valores R\$
2007	72	270.028,80
2008	142	584.596,04
2009	520	3.357.936,92

Fonte: UFT – 2010.

Percebe-se de fato uma preocupação dos gestores com relação à assistência estudantil, analisando os progressos ocorridos nos anos estudados verificamos acréscimos nos valores direcionados a essa política. Embora progressos sejam reconhecidos, ressaltamos que existe muito ainda a avançar, a Universidade precisa consolidar a sua política de assistência estudantil, pois esta constitui um diferencial na trajetória acadêmica de alunos com baixo poder aquisitivo e que a UFT precisa avaliar se ações hoje executadas nessa área são realmente efetivas e causam impacto nesse público da universidade.

Há uma preocupação em relação ao acesso, mas o que precisa ser impreterivelmente discutido é a questão da permanência na universidade, é necessário que os alunos carentes tenham acesso, mas também que seja garantida a sua permanência. Severino (2003, p. 124) enfatiza: “A democratização do acesso, se se considerar apenas o esforço para a entrada do aluno no sistema, poderá ser insuficiente”.

Nesse mesmo sentido, Santos (2004), alude ainda que talvez seja mais correto designar a área do acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir, não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais menos favorecidos economicamente culturalmente.

Entendo esses desafios explicitados neste documento como vestígios de discursos que reafirmam uma preocupação com a questão da democratização referente ao acesso em detrimento da permanência, corroborando assim com o que foi discutido no terceiro capítulo, a propósito dos dois enfoques presentes no debates atuais sobre democratização da Universidade, ou seja, a democratização do acesso aliada à permanência.

5. 4 A democratização do acesso ao ensino superior e a permanência: um debate

Buscando compreender as ressignificações dos sentidos de democratização dentro do Plano de Expansão e Reestruturação, foi possível conhecer de que forma a questão da democratização está posta nas ações da universidade. Nessa seção realizei o exercício de compreender como os gestores, professores e alunos constroem suas representações sobre o REUNI, como forma de construir a trajetória do programa, baseada na ideia de Gussi (2008).

Procurei identificar, comparativamente, a concepção sobre democratização que permeia gestores, professores e alunos da UFT, a partir do mesmo campo semântico que construí no segundo capítulo para realizar a revisão da literatura, ou seja, a partir do conceito de democratização trabalhado nesse estudo.

Cabe ressaltar que existem diversos sentidos para democratização, e esses sentidos são atribuídos de acordo com as concepções de cada sujeito, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos, e ainda, a posição em que ocupam nesses espaços. Nesse sentido, os significados da palavra democratização vão variar na medida em que as concepções e posições das pessoas distinguem.

Dessa forma, para a realização do exercício de construção da trajetória, considere importante compreender algumas características dos sujeitos selecionados para a pesquisa, como forma de complementar a análise de suas concepções. Os sujeitos analisados foram os gestores que participaram do planejamento e implementação do REUNI, os professores que vivenciaram o desenvolver do programa e os alunos que iniciaram na Universidade a partir do REUNI. A seguir, caracterizo de forma sucinta cada grupo e em seguida analiso comparativamente as suas concepções.

(A) Gestores

As entrevistas foram realizadas com os gestores da Universidade que participaram do momento de planejamento e implementação do Plano de Expansão

e Reestruturação, conforme Quadro 02 da página 29. Ao realizar as entrevistas com os gestores pude perceber que os mesmos utilizam discursos institucionais como forma de justificarem a importância dos programas e ações desenvolvidas na Universidade, inclusive o REUNI, semelhante aos discursos dos representantes do REUNI no nível federal.

O Reitor da Universidade esteve a frente do processo de decisão quanto à adesão ou não ao REUNI, bem como o Vice-Reitor da Universidade, e também os coordenadores gerais dos Campi que aderiram ao programa, ou seja, Araguaína, Gurupi e Palmas. No entanto, os demais entrevistados, como o Membro do Conselho Diretor e o Representante do sindicato dos professores apresentam discordância em relação aos benefícios do programa e expressam algumas preocupações quanto às repercussões do programa dentro da UFT.

Como vimos na análise do Plano de Expansão e Reestruturação, os gestores responsáveis pela implementação do REUNI, consideram que o programa poderá trazer benefícios para a Universidade, pois é uma forma da Instituição se consolidar, e expandir as vagas de acesso ao ensino superior no Estado, representando por isso uma oportunidade que a universidade deveria aproveitar.

Como pude analisar, a questão do REUNI foi posta dentro da Universidade como uma forma de expansão. Dentro do plano está contida a ideia de criar mais vagas na instituição, nos levando a analisar que a questão da democratização está associada ao aumento de vagas. Em relação à permanência, podemos verificar, de acordo com os relatos desses gestores, que os mesmos compreendem a necessidade de se implantar mecanismos de apoio à permanência dos alunos na UFT, mas reconhecem que as ações ainda estão em fase preliminar.

Para esses gestores a decisão de adesão ao REUNI foi uma decisão pensada em conjunto e que toda a comunidade acadêmica teve acesso a essa discussão. No entanto, para o representante sindical dos professores e o membro do Conselho Universitário da UFT, a aprovação do REUNI foi realizada de forma precoce, sem os devidos esclarecimentos que deveriam ter sido realizados, e sem o necessário planejamento das ações e as consequências para a universidade. Esses posicionamentos são semelhantes aos dos professores, que foram entrevistados, e que eu destacarei a seguir, alguns desses posicionamentos.

b) Professores

Para uma melhor compreensão de suas concepções, julgamos importante conhecer quem são os professores que compõem a Instituição e, ainda, a percepção dos mesmos quanto à Universidade e suas ações. Como já foi citado anteriormente, 77 professores responderam os questionários a eles destinados.

Dessa forma discorreremos de forma breve, sobre algumas características do corpo docente da UFT, como forma de melhor conhecer o seu perfil, para que possamos analisar as suas percepções com mais propriedade, considerando que os sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvem todo o sistema do qual participam.

Ao se julgar o corpo docente da UFT a partir dos dados coletados e tabulados, torna-se necessário registrar que a quantidade de professores homens e mulheres que responderam aos questionários foi praticamente proporcional: 40 professoras e 37 professores. Além disso, independentemente do sexo os professores são bastante jovens. Cerca de 60% dos mesmos possuem no máximo 40 anos.

Dos professores que responderam ao nosso questionário, aproximadamente 40% deles consideram que as instalações físicas não são adequadas para a realização das suas atividades, de acordo com os relatos deles faltam equipamentos e espaço adequado, mas reconhecem que houve progressos, os professores que estão na Universidade há mais tempo relatam que as mudanças foram expressivas durante os dois últimos anos.

Com relação ao regime de contratação do corpo docente, a UFT ocupa posição privilegiada no campo da Educação Superior no Tocantins, pois, de acordo com os dados coletados 80% dos professores são efetivos, ou seja, aproximadamente 62 professores são efetivos. De acordo com a titulação destes, são poucos os professores que possuem somente especialização, apenas 16 dos participantes da pesquisa, os outros 52 possuem mestrado e os 09 restante possuem titulação de doutores.

Uma considerável proporção de professores da UFT que responderam à nossa pesquisa declarou estar fazendo algum curso de qualificação profissional à época da pesquisa. Ao todo 40% dos professores afirmaram estar participando de algum curso de qualificação, como mestrado e doutorado.

A pesquisa revelou ainda que 60% dos professores que responderam ao questionário declararam trabalhar em duas ou mais instituições, os demais afirmaram trabalhar apenas na UFT. Um dado curioso é que esses profissionais que possuem mais de um vínculo na função da docência reconhecem que há pouco tempo para disponibilizar para as atividades extra-classe em função da grande carga horária e justificam a necessidade complementação de salário.

A partir de informações coletadas por meio de entrevistas abertas realizados com alguns desses professores que responderam ao questionários, conforme Quadro 03 da página 30, pudemos conhecer suas opiniões com relação as atividades e ações desenvolvidas na universidade. De acordo com as respostas obtidas, podemos afirmar que estes professores conhecem as ações que a UFT vem desenvolvendo no sentido de democratizar o acesso, mas comentam que pouco conhecem sobre o REUNI dentro da UFT, e consideram que as ações são reproduzidas a nível nacional, sem pensar nas particularidades do Estado.

Para um dos professores entrevistados, a expansão provocada pelo REUNI, não levará à ampliação democrática do acesso, mas, sim, a uma ampliação precarizada e sem compromisso com a qualidade acadêmico-institucional, constituindo-se, a despeito do discurso governamentais, em ampliação de matrículas e vagas em quantidade, em números. Isto gerará a precarização cada vez maior do trabalho docente, não só pela diminuição do espaço público do professor em relação às atividades de ensino e pesquisa, mas pelo aumento da pressão dos governantes e administrativos sobre a produção acadêmica.

Corroborando com esse entendimento, o Professor 3, destaca que:

o Reuni ele toca nesse ponto de ampliar as vagas, só que aí ele massifica mas não democratiza e é esse o problema, porque eu concordo que o acesso à Universidade deve ser garantido, isso aí é o princípio da democracia, o problema fundamental é que garantir o acesso não significa garantir a qualidade, e é isso que o REUNI faz, pois garantir a qualidade é ter o recurso para além de permitir a expansão e também a qualidade do ensino.

Para os professores entrevistados, o REUNI e demais programas que objetivem a expansão da Educação Superior devem estar acoplados ao ensino de qualidade, e isto se inicia com a qualificação do professor, com uma estrutura que

permita o desenvolvimento desse estudante no desenvolvimento do conhecimento, porque para eles uma das funções da universidade é o de fazer o conhecimento e não somente reproduzir esse conhecimento.

Quando questionados sobre os benefícios que o REUNI poderia trazer para a UFT e para o Estado do Tocantins, o professor 3, destaca que no Tocantins existem outras peculiaridades, pois em um Estado que possui um índice de analfabetismo grande, que se nota pelos próprios índices de educação que o Tocantins sempre está entre os últimos colocados junto com alguns estados da região Nordeste. Então, dessa forma, o REUNI expande as vagas, mas há a necessidade de se pensar o que isso representará para o Tocantins, pois muitas dessas vagas que são abertas aqui na Universidade elas são ocupadas por pessoas que vêm de estados vizinhos ao nosso, como o Maranhão, Pará e Goiás, então isso perpassa pela questão da particularidade do Estado, com um problema que está presente em níveis de ensino anteriores ao Ensino Superior.

O professor complementa ainda que não podemos deixar de pensar que nós estamos em um sistema Federal e esse sistema tem uma lógica que ela tem que se abrir para a federação, ao contrário de uma Instituição Estadual que compreende o Estado no qual ela está situada, mas ainda sim, estando em um Estado carente, a Universidade tem que ver como que vai trabalhar e até mesmo contribuir para que essas mazelas sejam ao menos reduzidas, para que haja um debate e esses índices sociais sejam melhorados.

Além disso, os professores não conseguem associar o REUNI à qualidade de trabalho dos professores, como um suporte para estes, porque é de grande importância fomentar a pós-graduação no Estado, porque para sair daqui para fazer uma especialização fora é muito mais complicado, então é dessa forma que o REUNI deve estar acoplado com outros eixos para de fato conseguir uma democratização do ensino com qualidade.

Para os professores, uma outra questão que tem que se focar é que a Universidade ocupa um lugar que não é dela, por exemplo ofertar um curso de curto período como formação em dois anos, como é o caso do curso de gestão em Araguaína, com formação em dois anos, fugindo do perfil de universidade, que tem que formar o pensamento crítico e uma compreensão integral do aluno e não somente dar um título para este.

A partir dos dados tabulados e discutidos anteriormente, já se torna possível ter uma noção de quem são os gestores e professores da instituição contemplados na pesquisa e suas concepções sobre a Instituição em que trabalham e as políticas que esta desenvolve. Resta-nos saber, a seguir, quem são os alunos que fazem parte da Universidade e a forma como compreendem as políticas adotadas na UFT.

c) Alunos

De acordo com os dados coletados a partir da aplicação de questionários na nossa pesquisa, podemos sintetizar o perfil dos alunos que hoje compõem a UFT.

Na UFT, a realidade diagnosticada pela pesquisa é de mais de 70% dos alunos em situação de baixa renda. Em relação ao ensino médio, mais de 60% cursou o ensino médio exclusivamente na rede pública e outros 14% estudou a maior parte. Também a maioria dos matriculados na Universidade (64%) não frequentou cursinho.

Em relação à cor, quase 55% dos estudantes se declararam pretos ou pardos. E quanto ao sexo, as mulheres são as que ocupam a maioria das vagas (53%) e o corpo discente é formado por residentes do próprio estado onde cursam sua graduação (89%)¹⁶.

Quanto à percepção dos alunos da UFT em relação às propostas de democratização do acesso, quando questionados sobre o papel que a Universidade desempenha como uma Instituição de Educação Superior no Estado do Tocantins todos concordam que a UFT tem uma função preponderante no desenvolvimento do Estado, mas que considerando o perfil do Tocantins a Universidade precisa desenvolver ações que possam colaborar com a redução da pobreza e dos índices de analfabetismo do Tocantins. Outro aspecto apontado nas entrevistas é a necessidade da Instituição desenvolver tecnologias para o desenvolvimento tecnológico e científico do Estado.

¹⁶ Na seção seguinte, apresentaremos o perfil sócioeconômico dos estudantes da UFT, de forma mais detalhada.

Ainda com relação às ações desenvolvidas pela UFT, os entrevistados relataram que reconhecem que a Instituição tem se esforçado no sentido de expandir o acesso à Educação Superior no Tocantins, mas como podemos depreender nos relatos abaixo, ainda existem diversos desafios para que a Universidade possa garantir um acesso com maior equidade.

[...] um dos desafios das políticas de expansão na UFT é conseguir tornar o acesso mais democrático, permitir o ingresso de estudantes de classes econômicas menos favorecidas [...] (Fala do aluno 1, 2010).

Neste mesmo sentido, o aluno 03, acrescenta:

[...] considero as ações da UFT importante por ser a única Universidade gratuita do Estado, no entanto, ainda há um privilégio de que apenas quem tem as melhores condições têm acesso aos melhores cursos [...] (Fala do aluno 03, 2010).

Analisando a percepção dos alunos sobre as políticas de expansão do acesso podemos compreender que esse segmento considera necessária a junção do acesso à permanência do alunado. Os entrevistados ressaltam ainda a necessidade de a UFT dar apoio para que os alunos possam concluir seus estudos com êxito.

Outro ponto que considero importante ressaltar é que de acordo com os relatos dos alunos entrevistados poucos deles têm conhecimento sobre as políticas de assistência estudantil, conforme demonstra o relato abaixo:

[...] Eu confesso que tenho pouco conhecimento sobre o que a Universidade oferece para nós. Sinto falta da divulgação dessas políticas. Eu mesma tenho a necessidade de apoio para continuar com os meus estudos, mas não sei de que forma buscar esse apoio (Fala do aluno 05, 2010).

Enfatizando a necessidade da assistência estudantil os alunos ressaltam que a assistência não é somente financeira, mas também de apoio psicológico, instalações físicas adequadas, professores com boa qualificação.

Quando questionados sobre o que eles acham das ações da UFT e como eles percebem a proposta de democratização entendido nesse trabalho. Dessa forma os alunos percebem o processo de democratização como uma ação conjunta

onde o acesso esteja atrelado à permanência, com ações que possam colaborar para que os estudantes concluam o seu curso. A questão da expansão do acesso é posta para eles como um importante mecanismo, mas que para ser efetivo é necessário permitir o acesso de grupos diferenciados e menos favorecidos que almejam ingressar no ensino superior.

Conforme visto inicialmente na análise do planejamento e implementação do REUNI, grande parte dos estudantes entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre o REUNI, os poucos alunos que conheciam o programa afirmaram que somente tiveram informações sobre o REUNI após a sua implementação, conforme o relato abaixo:

[...] somente fui ouvir falar do REUNI, quando as obras já estavam sendo realizadas e os novos alunos chegaram. Confesso que isso foi motivo de preocupação, pois a Universidade já tinha muitas dificuldades para manter os alunos que já estavam na UFT, e eles expandiram recebendo ainda mais alunos [...] (fala do aluno 03, 2010).

Diante do exposto, podemos perceber que existem diferentes concepções quanto às ações que a UFT desenvolve com proposta de democratização do acesso, e essas diferentes percepções devem-se ao fato de que cada sujeito tem uma opinião com relação ao tema em questão e que estas variam de acordo com a posição ocupada dentro da comunidade acadêmica. Em seguida, abordamos estas diferentes percepções sobre o REUNI comparando-as de acordo com cada segmento universitário.

5.4.1 Diferentes concepções sobre o REUNI

A discussão sobre a democratização do acesso na Educação Superior é fundamental para a presente pesquisa, na medida em que esta busca captar dos gestores, professores e estudantes quanto ao REUNI como instrumento que pretende democratizar o acesso à Educação Superior. Cabe destacar que o termo democratização comporta uma série de significados que expressa diferentes orientações políticas e ideológicas, e que traz em si um projeto de sociedade de

interesses múltiplos e diferenciados. Em outras palavras, os sentidos atribuídos à democratização são diferentes e peculiares para cada sujeito. Esses sentidos são produzidos em decorrência da concepção sobre o REUNI dos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos, e a posição em que ocupam na instituição.

Em todas as entrevistas realizadas com os gestores, a história da concepção e objetivos do programa se repetiu, sendo que os entrevistados possuíam um discurso muito parecido. Em muitos momentos da conversa, alguns deles deixavam parecer que as suas intenções eram não apenas responder às perguntas, mas mostrar os aspectos positivos do programa. Apresentaram um discurso mais político e institucional, com argumentos que são utilizados pelo MEC, em entrevistas de jornais, artigos e discursos, para combater as críticas ao programa.

O enunciado “O REUNI traz benefícios para a sociedade” é utilizado por alguns defensores do Programa. Para estes, o programa possibilita que jovens do Estado do Tocantins tenham acesso à Educação Superior, e uma instituição gratuita e reconhecida no estado. Dessa forma, apreende-se das falas dos gestores que o REUNI por si já é um instrumento democratizante, uma vez que amplia o número de vagas na Universidade, ampliando o acesso à Educação Superior no Estado do Tocantins.

A afirmativa de que o programa promove a democratização da educação superior também é utilizada pelos gestores entrevistados, para eles o programa cumpre com o objetivo de democratizar o acesso, ao possibilitar que mais jovens tenham acesso a esse nível de ensino. Este enunciado, no entanto, permite que o conceito de democratização seja entendido de diversas maneiras e não se refere à questão da permanência e da qualidade do ensino.

De acordo com a análise dos significados do termo democratização tanto os enunciados contidos nos documentos legais e também dos gestores é perceptível a conscientização de que a Educação Superior precisa de políticas públicas que tenham como base a democratização do acesso, em seu significado completo, incluindo estudantes com condições menos favorecidas, grupos tradicionalmente excluídos desse nível de ensino e ainda as políticas de permanência desses alunos até a conclusão do curso.

No entanto, na prática, percebemos que essas políticas primam inicialmente pela expansão das vagas, como foi o REUNI, em seus documentos estão presentes

todas as bases de uma política completa de apoio ao estudante e de qualidade da oferta do ensino. Como já mencionado na análise dos valores disponibilizados para a UFT a partir da adesão ao programa, e também das ações realizadas e as proporções da expansão pretendida, podemos verificar que ainda que o Plano de Reestruturação contemplasse uma expansão combinada com uma política de assistência e acompanhamento ao aluno, algumas dessas ações não foram postas em prática, como é o caso de uma política consolidada de assistência estudantil e acompanhamento dos alunos como forma de combate a evsão.

Conforme já comentado nesse trabalho, existem diferentes entendimentos sobre o conceito de democratização como ampliação de vagas; os que consideram como uma ampliação de vagas de forma a inserir grupos economicamente desfavorecidos; aqueles que consideram que a ampliação de vagas deve garantir que grupos que historicamente têm permanecido à margem desse nível de ensino possam nele ingressar e também permanecer (NOGUEIRA, 2008).

Para os professores, de acordo com os relatos colhidos nas entrevistas realizadas, a questão da democratização está pautada na concepção adotada nesse trabalho que corrobora com os autores citados na revisão literária. Para os professores entrevistados, o REUNI para ser um projeto democratizante precisa estar acoplados ao ensino de qualidade, e isto se inicia com a qualificação do professor, com uma estrutura que permita o desenvolvimento desse estudante no desenvolvimento do conhecimento, porque para eles uma das funções da universidade é o de fazer o conhecimento e não somente reproduzir esse conhecimento, e é necessário que haja também a permanência dos alunos na Universidade.

No intuito de conhecer as estratégias de incentivo à permanência dos alunos na Universidade, buscamos compreender como os alunos que estão vivenciando a expansão promovida pelo REUNI estão sendo recebidos dentro da Universidade, e qual a concepção destes quanto à democratização do acesso e a permanência.

Os resultados da pesquisa mostraram que para a maioria dos estudantes, o REUNI promove a democratização do acesso, sendo esta entendida como simples ampliação do acesso, e para alguns o REUNI não é capaz de democratizar o acesso, quando tomado o conceito de inclusão social dos menos favorecidos e ainda da permanência dos alunos.

Em relação à afirmativa de que o “REUNI se preocupa com a permanência do estudante no ensino superior, para a maioria dos alunos entrevistados, ou seja, 07 estudantes, a preocupação com a permanência ainda é uma falha no programa, pois este possui poucos mecanismos necessários para garantir não apenas o acesso, mas também, a permanência de todos os estudantes.

Quando entrevistados os alunos tiveram uma compreensão do que vem a ser democratização diferente da que os Gestores afirmam ter no REUNI. Semelhante ao entendimento dos professores, para esses estudantes entrevistados, a questão do acesso foi apenas mais um obstáculo ultrapassado, e que os desafios viriam depois, conforme ilustra a fala de uma aluna do curso de Licenciatura em Enfermagem:

Entrar para a Universidade foi um sonho, mas depois que entrei vi que existiam outros desafios, como conseguir acompanhar o conteúdo, ter condições financeiras de bancar as atividades do curso, e não temos a certeza de que iremos conseguir terminar o curso. (Aluna do curso de Enfermagem, 2010).

Esses discursos remetem ao entendimento de que dentre as condições iniciais para a democratização da Educação Superior surge a questão do acesso, que precisa ser para todos, no entanto, ressaltam que não basta oferecer vagas suficientes para todos, necessário também, é garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes. É nessa perspectiva que deve ser considerada a discussão das políticas de expansão e de democratização da Educação Superior (LIMA, AZEVEDO & CATANI, 2008).

É necessário considerar que democratizar a educação superior requer a inclusão dos estudantes com interesse e capacidade para cursar o nível superior. Conforme afirma Sampaio et al (2000, P. 57), implica na “adoção de medidas capazes de promover oportunidades mais equitativas aos jovens que concluíram o ensino médio e objetivam cursar o ensino superior”.

Uma efetiva democratização da Educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino superior.

Nesse mesmo entendimento, Arruda (2009) considera que dentre as condições iniciais para a democratização da Educação Superior surge a questão do acesso, que precisa ser para todos. Ainda de acordo com a autora, necessário, também, é garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes. É nessa perspectiva que devem ser consideradas as discussões das políticas de expansão e democratização da Educação Superior, e será dentro dessa perspectiva que faremos na próxima seção uma análise dos primeiros resultados do REUNI na UFT, verificando se a política está apoiada nessas bases de acesso e permanência citada pela autora e defendida no nosso trabalho.

5.5 Entre os novos alunos e novos cursos: avaliando os primeiros resultados do REUNI na UFT

Com o objetivo de conhecer o perfil dos alunos que ingressaram na Universidade a partir da proposta do REUNI na UFT, procedemos à aplicação de questionários e realização de entrevistas com os alunos dos cursos de Licenciatura em Artes, Licenciatura em Filosofia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Enfermagem e Nutrição. Esses são os cursos criados no Campus de Palmas a partir do REUNI. Todos os cursos estão sendo oferecidos com as mudanças acadêmicas, na forma de Bacharelado Interdisciplinar.

Por meio da análise descritiva das variáveis constantes das questões dos questionários, foi possível obter informações quanto às características sociais, econômicas e acadêmicas desses alunos. Ainda foram feitas perguntas com questões abertas que contemplam a percepção dos estudantes quanto às suas trajetórias dentro da Instituição.

A análise a seguir apresentada contempla dados quantitativos colhidos nos questionários e dados qualitativos que foram coletados por meio das entrevistas abertas. Essa proposta metodológica, conhecida como Triangulação de Métodos, segundo Minayo (2005) permite ao pesquisador “dialogar questões objetivas e subjetivas, privilegiando a análise dos consensos, dos conflitos e das contradições

que são indícios de mudanças”. Assim, a análise dos dados quantitativos dos questionários em confronto com os dados qualitativos presentes nas entrevistas tornou possível uma investigação em profundidade da realidade observada.

Dessa forma analisaremos o perfil do aluno em geral e detalharemos também a análise com relação aos cursos. O objetivo é verificar se o perfil desses alunos difere do perfil encontrado em outras Universidades Públicas, na própria UFT, e se há diferenças em relação às áreas dos cursos. Procuramos analisar se o programa tem conseguido alterar o perfil do estudante de uma Instituição Federal, se foi capaz de incorporar novos perfis na Universidade, perfis menos favorecidos, e como essas incorporações se relacionam com os cursos.

O estudo do perfil socioeconômico dentro da nossa pesquisa se mostrou importante, uma vez, que a concepção de democratização adotada no nosso trabalho diz respeito à inclusão social de perfis deferentes e menos favorecidos, e não só a incorporação destes, mas também as estratégias utilizadas pela Universidade para dar condições de permanência para esses alunos. É com base nessa concepção que analisamos o perfil dos alunos e as suas concepções sobre a Instituição e suas políticas de permanência.

A partir das variáveis selecionadas para a análise do perfil dos estudantes dos cursos implementados a partir do REUNI, iremos fazer algumas considerações. Entendemos que elas evidenciam o grau de seletividade do ensino superior no Brasil, pois conseguem extrair do conjunto dessa população, características incomuns em meio ao grau de desigualdades que vivemos.

Iniciamos nosso estudo a partir da análise da média de idade desses alunos. No total dos respondentes 42% estão entre 16 e 20 anos e 22% possuem idade entre 21 e 25 anos. Com esses dados podemos perceber a participação do programa com a meta de atender estudantes de 18 a 24 anos ingressarem na universidade. No entanto, podemos perceber um número expressivo de alunos com mais de 25 anos ingressando no ensino superior, principalmente nos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia por ser um curso ofertado no período noturno. Podemos notar ainda, nesses mesmos cursos, a presença de pessoas com mais de 50 anos, que estão cursando o ensino superior pela segunda ou terceira vez.

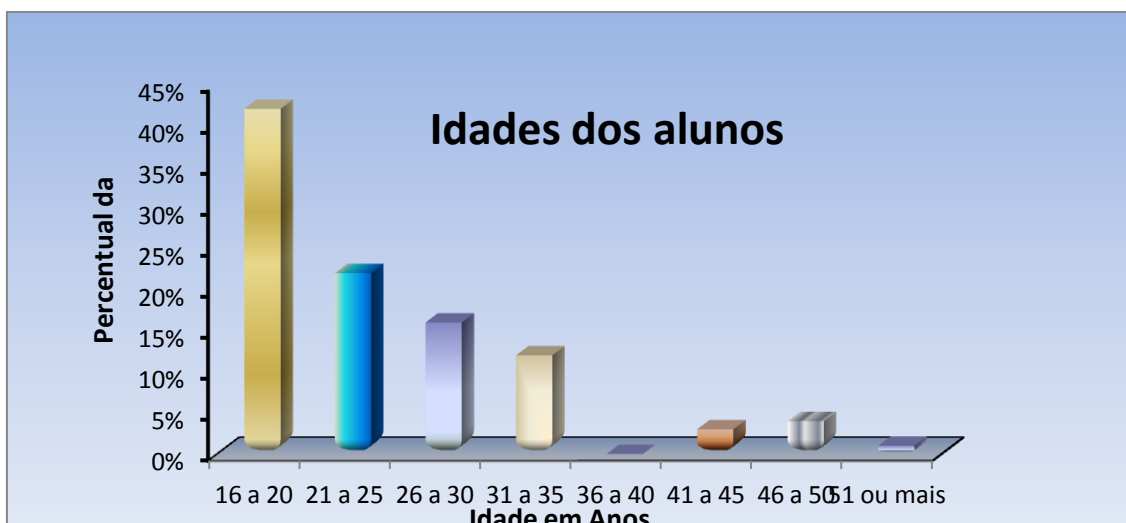


Gráfico 1 - Idades dos alunos

Outro aspecto a ser considerado é a distribuição com relação ao sexo dos estudantes, conforme verificamos no gráfico 02.

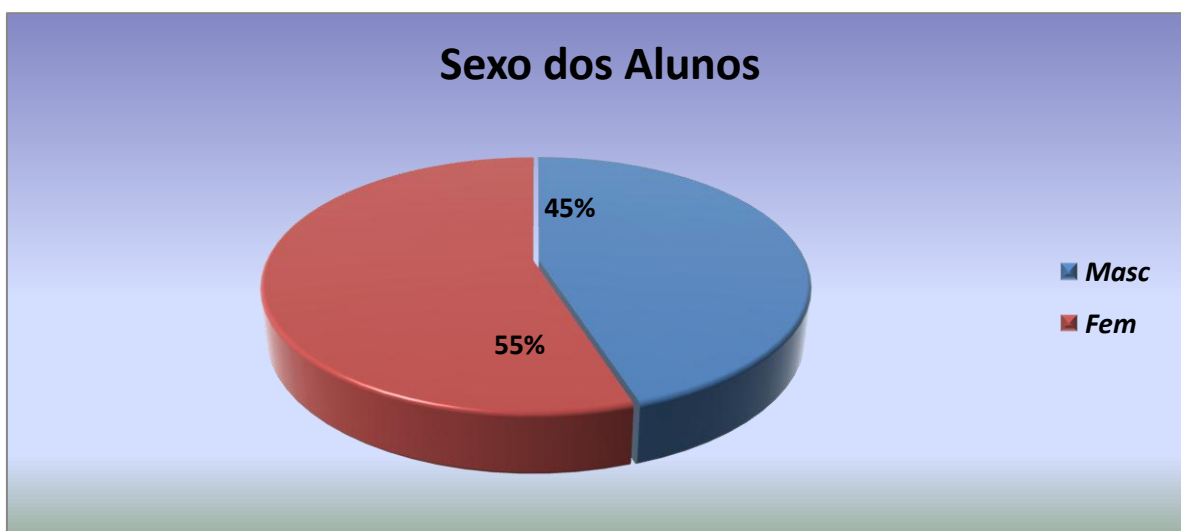


Gráfico 2 - Sexo dos Alunos

Com relação ao percentual de mulheres e homens notamos que não há uma diferença significativa, sendo um total de 55% de mulheres e 45% de homens. Analisando os cursos separados podemos verificar que nos cursos de Enfermagem e Nutrição há um predomínio de mulheres, enquanto que nos cursos de Engenharia Civil e Elétrica a maioria dos alunos é do sexo masculino, semelhante ao perfil desses cursos no restante das universidades brasileiras.

Com relação à naturalidade desses estudantes selecionados, é importante verificar a distribuição em função de analisar se estes estudantes são naturais do Tocantins ou de outros estados, como podemos analisar no gráfico 03.

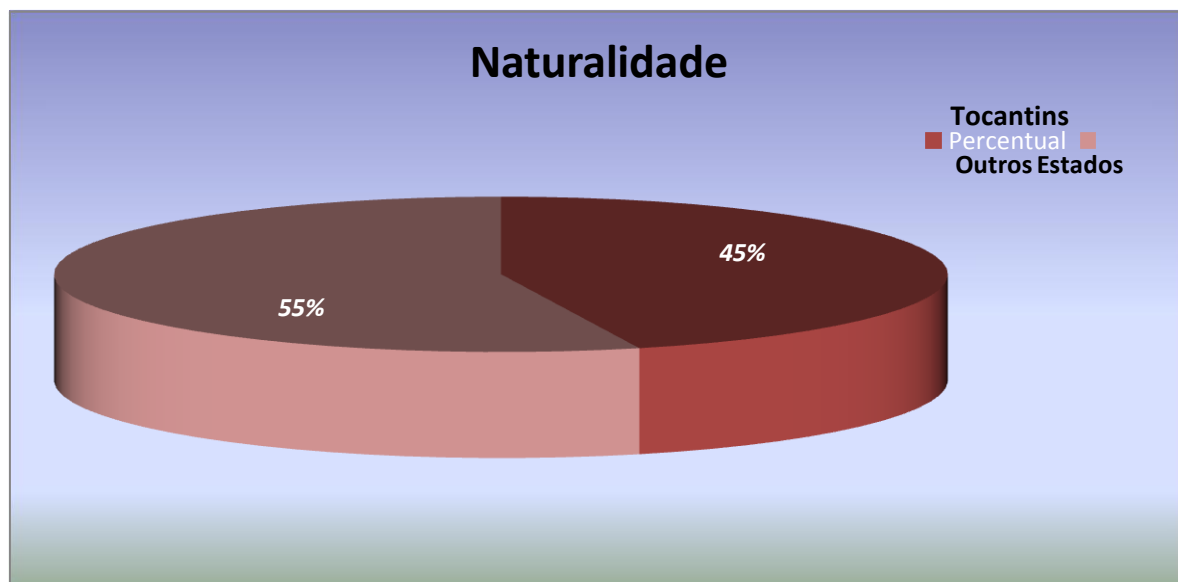


Gráfico 3 - Naturalidade dos Alunos

A naturalidade do grupo estudado também demonstra um equilíbrio entre os alunos que são naturais do Tocantins e de outros estados. Ainda assim, os dados demonstram, conforme Tabela 4, que os alunos oriundos de outros estados, a maioria já reside no Tocantins há mais de cinco anos. Esses dados demonstram como a Universidade tem conseguido inserir alunos do próprio Estado ou de outros estados, mas que já residem no Tocantins, como forma de propiciar o acesso ao ensino superior da população Tocantinense, pois esse é um dos objetivos da UFT.

Outro aspecto que considero importante destacar na análise do perfil desses estudantes é quanto à cor destes alunos. Como nas demais universidades brasileiras, há um predomínio de estudantes de cor branca, do total dos respondentes 47% se auto declaram brancos e 41% pardos. Apenas 9% se declararam negros, sendo que a maioria dos negros estão nos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia, um total de 13% dos alunos participantes da pesquisa nesses cursos. Convém destacar que nesse quesito o perfil destes estudantes permanece semelhante aos de outros cursos da instituição e de outras instituições de ensino superior, sendo importante constatar a necessidade de se pensar a democratização da Educação Superior considerando esse aspecto.

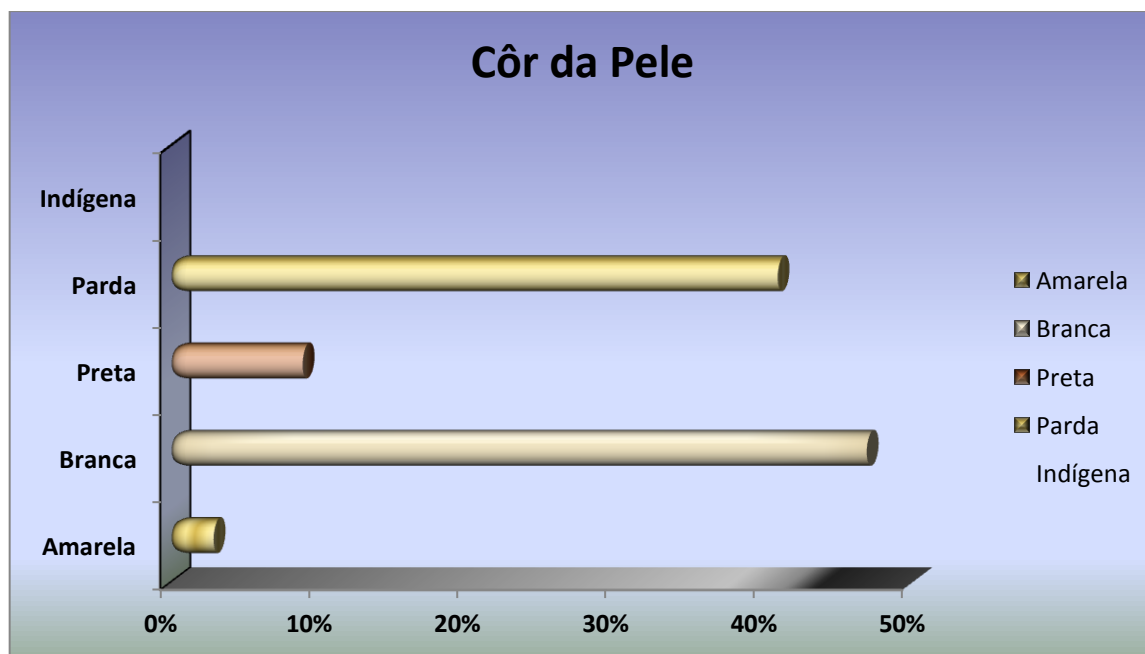


Gráfico 4 - Cor da Pele dos Alunos

Outro dado importante que deve ser considerado ao analisarmos no perfil do estudante que ingressou na UFT a partir do REUNI é a renda familiar desse aluno, conforme podemos verificar no gráfico 05. A renda familiar possui enorme influência na escolha do curso e também na trajetória durante o curso superior.

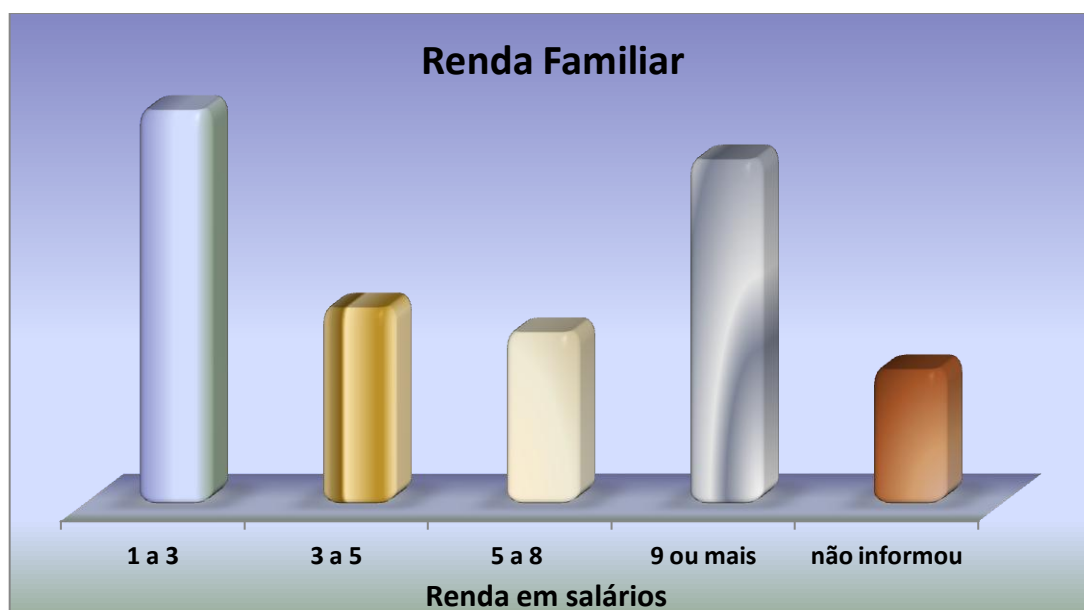


Gráfico 5 - Renda familiar dos estudantes

Com relação à renda familiar dos estudantes percebemos que a maioria deles afirmou possuir uma renda familiar entre um e três salários mínimos, e 28% possuem renda maior que nove salários mínimos. Mas para compreendermos de fato essa relação precisamos analisar separadamente os cursos selecionados. Nos cursos de Licenciaturas em Artes e Filosofia, 44% dos respondentes possuem renda familiar entre um e três salários mínimos e 15% possuem renda maior que nove salários mínimos. Situação diferente ocorre nos cursos de Engenharia Civil e Elétrica, onde 33% deles possuem renda maior que nove salários, situação semelhante ocorre nos cursos de Enfermagem e Nutrição.

Tabela 08 - Modalidade de instituição em que cursou o ensino médio

Ensino Médio	Amostra	Percentual
Somente escola pública	50	66%
Parte em escola pública e parte em escola particular com bolsas de estudos	2	3%
Parte em escola pública e parte em escola particular sem bolsas de estudos	7	9%
Somente em escola particular com bolsa de estudos	4	5%
Somente em escola particular sem bolsas de estudos	13	17%
Total	76	100%

Fonte: Primária

A modalidade de ensino em que os estudantes cursaram o ensino médio está dividida em 66% em escola pública e 17% em escola particular e o restante em outras modalidades. Com esses dados percebemos um expressivo número de alunos que cursou o ensino médio em escola pública e ingressou na UFT. Analisando os cursos isoladamente percebemos que nos cursos de Enfermagem e Nutrição há um predomínio de estudantes oriundos de escolas particulares.

Enquanto os alunos que cursam o ensino médio privado representam 12, 1% do universo de matrículas deste nível de ensino, quando chegam à educação superior, passam a ocupar 42,5% das matrículas nas instituições federais, 31,4%

nas estaduais, 23,5% nas municipais e 34,9% nas IES privadas (INEP, 2006). Observando que especificando por cursos, e tendo sido considerada a opção mais radical, cursou o ensino médio todo em escola privada, verificamos valores ainda mais elevados, mesmo nos cursos de baixo prestígio. Nos cursos de mais prestígio, são maioria incontestável.

A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos. Considerando esses dados relacionados à formação básica, as dificuldades no momento da escolha da especialidade a ser seguida no curso superior são grandes. O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mundo de trabalho cada vez mais competitividade, mas, ao avaliar suas condições e objetivos, a escolha do curso geralmente ocorre naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação.

No entanto ainda que exista um número grande de alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, 46% dos alunos responderam que frequentaram um curso preparatório para o vestibular em instituições particulares, esses alunos estão concentrados nos cursos de Enfermagem e Nutrição e Engenharia Civil e Elétrica. Entre os que não frequentaram um curso pré-vestibular, a maioria estuda nos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia e apontaram como as principais razões para não frequentar essa espécie de curso, a falta de recursos financeiros e de tempo, pois tinham que se dedicar aos estudos e trabalhos.

O comércio dos cursinhos pré-vestibular, aliado a uma série de investimentos familiares, contribui para a elitização do ensino superior. Certos cursos têm seu público formado essencialmente por estudantes oriundos de escolas públicas, enquanto em outros ocorre situação inversa, sugerindo a intensificação da seletividade social na escolha das carreiras.

Do total de respondentes nessa pesquisa, 46% não exercem atividade remunerada, enquanto que 47% exercem algum tipo de atividade remunerada, sendo que esse número é formada em sua grande maioria com alunos dos cursos de Licenciaturas em Artes e Filosofia.

Com relação ao acúmulo das atividades de trabalho e estudos, 41% deles afirmaram que atrapalha os estudos e 25% afirmaram que apesar de atrapalhar os estudos o desenvolvimento de atividades remuneradas propicia o crescimento pessoal.

Tabela 6 - Exerce atividade remunerada

Exerce atividade remunerada	Amostra	Percentual
não	35	46%
não, mas estou procurando	5	7%
sim, relacionada com a área do curso	9	11%
sim, em outra área	27	36%
Total	76	100%

Fonte: Primária

Nesse quesito se encontra o maior distanciamento entre os cursos. Duas hipóteses para o fato, ambas relacionadas com as características dos cursos: de um lado a características dos cursos de Enfermagem e Nutrição que é um curso de pesquisa e ofertado em período integral, que poderia encaminhar os estudantes à exclusividade acadêmica e de outro a oferta dos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia no período noturno, favorecendo à absorção de estudantes trabalhadores.

Tabela 7 - Estudantes beneficiários de Assistência Estudantil

Beneficiário de assistência estudantil	Amostra	Percentual
Sim	12	16%
Não	64	84%
Total	76	

Fonte: Primária

Quanto ao oferecimento de bolsas de assistências estudantil, 84% dos respondentes não recebem nenhuma espécie de bolsa de assistência, apenas 16% recebem esse auxílio e estão concentrados nos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia. Esse número reduzido de alunos que recebem auxílio financeiro da Universidade para custear os seus estudos é decorrente da modalidade de curso que os alunos selecionados frequentam. Como quatro dos seis cursos analisados são em período integral, há uma dificuldade maior desses alunos participarem de programas de bolsas na Universidade, pois precisam dedicar maior tempo aos seus estudos.

Tabela 81 - Dificuldades para cursar o ensino superior

Dificuldades para cursar o ensino superior	Amostra	Percentual
oferta de disciplinas em horários inadequados e/ou distante das minhas necessidades de tempo	5	7%
grau de dificuldades dos conteúdos trabalhados nas disciplinas	25	33%
custos com deslocamento, alimentação e/ou aquisição de material	7	9%
cansaço decorrente da carga horária acumulada com trabalho e estudo	28	37%
dificuldades de relacionamento com professores e/ou colegas	1	1%
Falta de infraestrutura da universidade para atender as nossas necessidades	10	13%
Total	76	100%

Fonte: Primária

Conforme os dados, pouquíssimos estudantes obtiveram uma bolsa de trabalho, estágios, monitoria ou iniciação científica. A flexibilidade de horário concedida por essas formas de admissão processadas no interior da universidade para o estudante. Existe ainda a possibilidade de utilizar os recursos da universidade, como computador, internet para os estudos, pois sabemos o quanto esse contato permanente com a instituição representa na vida acadêmica do estudante.

Entre os principais fatores que dificultam cursar o ensino superior foram apontados o grau de dificuldade dos conteúdos trabalhados nas disciplinas e a falta de estrutura-física da universidade para atender as necessidades dos alunos.

Especificamente nos cursos de Licenciatura, o principal fator foi o cansaço decorrente das atividades de estudo e trabalho acumuladas.

Com relação às dificuldades vivenciadas pelos estudantes na universidade, foram apontadas a falta de livros e outros materiais, falta de recursos para elaboração de trabalhos, como a internet, e dificuldade dos professores em considerar as diferentes realidades e necessidades dos alunos. Essas dificuldades foram apresentadas pelos respondentes de todos os cursos selecionados, mas a maioria pertence aos cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia.

Outra dificuldade apontada, pelos estudantes dos cursos selecionados, foi com relação às refeições que para eles deveria ser fornecidas pela universidade, garantindo a qualidade e o preço acessível da alimentação. Todos destacaram a necessidade da construção de um restaurante universitário, para contribuir com a permanência do aluno na instituição, bem como o aumento das ações de assistência estudantil com recursos para vale-transporte, disponibilidade de ferramentas para estudo e oferecimento de apoio pedagógico com aulas extras de reforço.

O estudo do perfil sócio econômico aliado à análise das respostas obtidas nas entrevistas com os alunos dos cursos implantados a partir do REUNI no Campus de Palmas nos permitiu conhecer os reflexos do programa com relação a inserção de novos e diferentes grupos na Universidade, bem como se dá esse acesso e permanência. Podemos perceber que houve uma expansão e diversificação dos cursos ofertados pela Instituição, contribuindo com isso para que a Universidade possa expandir e atender às necessidades do estado em que está inserida.

Esse estudo permitiu destacarmos as limitações de uma expansão democrática na UFT em virtude de: a) predominância de condições socioeconômicas diferenciadas e quase inalteradas do público que frequenta o ensino superior na Universidade em determinados cursos, b) grave cisão no perfil social dos cursos selecionados, limitando a democratização pela perspectiva da escolha de cursos. Os antecedentes escolares continuam determinando a trajetória do aluno no Ensino Superior.

Sobre estes mecanismos, que retratam efeitos não desejados da expansão educacional (BOUDON, 1999), estudos como os de Silva (2003) explicitam o padrão de “Desigualdade Maximamente Mantida (MMI)” no caso brasileiro:

Quando o sistema educacional se expande, as desigualdades entre os grupos sociais tendem a permanecer estáveis, e mesmo a se ampliarem, porque os grupos em vantagem estão em melhores condições de aproveitarem as novas posições abertas por esta expansão. Somente quando esses grupos em vantagem atingem seus níveis de saturação nas chances de completar uma transição educacional é que as desigualdades começam a declinar (SILVA, 2003, p. 131).

Assim, “é possível que grupos economicamente privilegiados, mas que ainda não atingiram seu nível de saturação nestas transições sejam relativamente mais beneficiados pela expansão educacional nos níveis mais elevados de ensino” (SILVA, 2003, p. 132-3).

Sobretudo entendemos que podemos vislumbrar neste processo o sentido das estratégias compensatórias demonstrado por Bourdieu. Afinal, mesmo em expansão, as fronteiras que delimitam o espaço de cursos mais prestigiosos continuam fechadas a novos perfis populacionais. Além disso, verificamos que os cursos que proporcionalmente aumentaram mais vagas são os menos prestigiados socialmente (BOURDIEU, 2002).

Dada as características quase inalteráveis do perfil dos alunos das carreiras de maior e menor prestígio social em nosso país, se o maior efeito da política de expansão for averiguado na multiplicação das vagas de cursos desprestigiados, continuaremos presenciando apenas uma aparência de democratização. Nesse caso, estaríamos diante do fenômeno das transições na estratificação social que operam apenas por mudança num indicador ou discriminante. Vale dizer: poder-se-á identificar expansão no sistema, mas essa mudança quantitativa não é acompanhada de mudanças qualitativas na sua composição social e em sua estrutura.

Isso nos faz perceber que a expansão da UFT ainda precisa ser diversificada de forma que permita modificar o perfil de entrada da instituição em cursos semelhantes, até mesmo porque o programa ainda não foi finalizado. Mas, embora tenha enfrentado inúmeras dificuldades, alcançaram algum sucesso na inclusão social de estudantes de minorias sociais, como de estudantes oriundos de escolas públicas, que trabalham durante o dia e cursa o ensino superior noturno, o estudante que mora nas cidades do interior do Estado que hoje podem ter acesso a

cursos de graduação sem precisar sair da sua cidade, até mesmo porque não teria condições de realizar tal mudança.

A avaliação do REUNI, a partir da construção da trajetória institucional, baseada na ideia de Gussi (2008), nos possibilitou compreender os diferentes contornos que a implementação do REUNI promoveu, desde a sua concepção em nível geral, e mais especificamente na sua implementação na UFT. Esse exercício, aliado a análise do conteúdo, e a compreensão do contexto em que o REUNI foi implementado, nos permitiu ter uma compreensão mais ampla do programa, contemplando assim, uma avaliação em profundidade do REUNI na UFT.

Conforme analisamos na trajetória do REUNI, verificamos a existência de vários sentidos à democratização, e à possibilidade do REUNI promover esse processo. Esses diferentes significados devem-se ao fato de que cada sujeito tem uma concepção diferente, dependendo da posição em que ocupa na instituição. Dessa forma, verificamos em alguns momentos o antagonismo com relação às opiniões sobre o REUNI, entre os segmentos da UFT, e identificamos que as concepções abordadas pelos alunos e professores não foram aliadas às concepções dos gestores na Universidade, prevalecendo dessa forma essas últimas.

Percebemos que o embate entre as percepções e concepções está posto dentro da Universidade, e que em relação ao REUNI, há uma diversidade de visões, e em nossa avaliação sugerimos considerar as várias perspectivas de todos os segmentos da universidade, de uma forma democrática na construção das políticas dentro da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do nosso trabalho foi avaliar o REUNI como política pública como proposta de democratização do acesso à Educação Superior, e como está sendo implementado o programa e os seus primeiros resultados na Universidade Federal do Tocantins, visto que cada universidade pode fazer o seu próprio projeto de expansão. O objetivo foi refletir sobre a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito e seu paradoxo para a manutenção de um ensino com qualidade no atual cenário das políticas de Educação Superior do país.

Para a consecução desse estudo optamos por realizar uma avaliação em profundidade, baseada nos pressupostos apresentados por Rodriguês (2011), que apresenta quatro princípios necessários para a realização de uma avaliação dessa natureza, a saber: análise de conteúdo da política ou programa, contemplando sua formulação, bases conceituais e coerência interna; trajetória institucional; espectro temporal e territorial, abarcado pela política ou programa e análise do contexto de formulação dos mesmos. A construção da trajetória institucional do REUNI foi baseada na concepção de Gussi (2008), que a considera fundamental para compreender os diferentes contornos pelos quais uma política passa em sua implementação.

Procurando contemplar os eixos da avaliação elencados por Rodriguês(2011), adotamos uma combinação de abordagem, quantitativa e qualitativa, realizando um levantamento bibliográfico e documental com o objetivo de revisar a literatura existente e, ainda, aplicação de questionários e realização de entrevistas, para compreender a implementação do REUNI na UFT, sob diversos aspectos.

Por meio da revisão da literatura, buscamos realizar um recorte histórico do cenário das políticas públicas para a Educação Superior, caracterizando o seu movimento de expansão e, ainda, as reconfigurações que o período neoliberal e os organismos internacionais impuseram nesse segmento. Esse exercício foi de extrema relevância, pois permitiu-nos entender a forma como surgiu a demanda pelas políticas públicas de expansão e democratização do acesso à Educação Superior.

Conforme vimos, inicialmente, a Universidade foi criada para uma minoria e, ao longo da história, o acesso a essas instituições foi sendo reivindicado por

diferentes camadas populares, daí a necessidade de expansão desse nível de ensino. Ocorre que esse movimento de expansão não foi suficiente para atender toda a demanda e, com isso, surgiram movimentos com o objetivo de democratizar o acesso à Educação Superior.

A partir dos estudos da literatura sobre o tema, foi possível definir o conceito de democratização utilizado neste trabalho. Dessa forma, a concepção adotada no nosso estudo, compreende as concepções de Mancebo (2008) e de Ristoff (2008), que afirmam que a democratização do acesso ao ensino superior envolve, além da expansão da oferta de vagas, a utilização de mecanismos de inclusão de minorias sociais na Educação Superior. Essas noções remetem ao entendimento de que, dentre as condições iniciais para a democratização da Educação Superior, surge a questão do seu acesso universal. No entanto, ressaltam que não basta oferecer vagas suficientes para todos, necessário, também, garantir as condições de permanência dos alunos nas universidades, possibilitando o desenvolvimento acadêmico desses discentes.

Assim, neste trabalho, a democratização do acesso à Educação Superior foi compreendida como a possibilidade de aumentar o acesso de estudantes de classes sociais menos favorecidas e de garantir a inclusão e a permanência de membros de todas as classes e grupos sociais. Foi dentro dessa perspectiva que analisamos a implementação do REUNI na UFT.

Para compreendermos o processo de criação e implantação do REUNI, realizamos um retrospecto das políticas educacionais adotadas no país a partir dos anos de 1990, quando o país começou a viver a lógica do neoliberalismo, e as políticas públicas passam a ser geridas a partir dessa nova lógica, em que o Estado diminui a sua atuação, e redefine as suas concepções com base nos pressupostos dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial.

De acordo com a nossa análise, constatou-se que as ações das políticas educacionais adotadas pelos governos brasileiros desde a década de 1990 apresentam sintonia com as recomendações do Banco Mundial e de organismos multilaterais de financiamento, em que os projetos de acesso e democratização do ensino superior vêm se construindo ao longo da história da educação sob o prisma da privatização. A partir do exposto, podemos inferir que a multiplicação das instituições de ensino superior, com vistas ao atendimento das demandas educacionais ocorre pela via da diversificação das instituições de ensino superior e

expansão do setor privado, conforme prevista pelas agências multilaterais e consolida-se, no Brasil, após a aprovação da LDB, concretizando assim, a visão economicista das políticas neoliberais, o governo como gerenciador e a educação como um produto comercial.

Importante ressaltar que o processo de criação do Estado do Tocantins se deu nesse contexto sócio político de implementação de políticas neoliberais, no ano de 1988, e a criação da cidade de Palmas, capital do Estado foi em 1990, e, no ano de 2000, como mencionado anteriormente, foi iniciado o processo de implantação da UFT. Diante do contexto abordado, percebemos que a Universidade foi criada e foi se consolidando em meio a um período de redefinição do Estado, e como vimos, na revisão literária, em um período de estagnação para as Universidades Federais., Dessa forma foram evidentes os desafios impostos para a Universidade para se consolidar em um estado recém-criado e com uma política governamental de restrições.

Ao analisarmos as políticas educacionais no Governo Lula, percebemos o embate vivenciado pelo Estado, ao mesmo tempo em que existe a intencionalidade de expandir e retomar o papel estratégico da Educação Superior, há também a força da economia capitalista, onde percebemos que o governo para se inserir nesse modelo econômico tem que submeter as suas políticas à essas concepções. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o discurso de democratização é utilizado como justificativa dos organismos que se mantêm hegemônicos no poder, é solicitação presente nos manifestos dos movimentos que lutam pela garantia de seus direitos em uma sociedade desigual, e nesse embate encontra-se o Estado com as suas políticas.

Ainda, com o objetivo de compreender o contexto em que o REUNI foi planejado e as concepções do programa, analisamos a política educacional adotada pelo Governo Lula, com enfoque na reforma universitária pretendida pelo governo. Como vimos, tal reforma universitária, pretendida pelo Governo, não aconteceu em sua totalidade, e está sendo posta em prática por meio de ações isoladas, com a adoção de algumas políticas de cunho emergencial e que se pretendem democráticas. Pontualmente, este trabalho buscou descrever e analisar as políticas do governo federal no que tange à expansão do ensino superior, destacando seus principais programas (ProUni, UAB e Reuni), por meio do debate conceitual acerca

da implementação de políticas públicas e de sua capacidade de democratizar (ou não) o acesso à universidade pública brasileira.

A análise das políticas públicas adotadas pelo Governo Lula (2003-2010) possibilita afirmar que o número de estudantes que chegaram à universidade brasileira aumentou consideravelmente nesta década. Os dados apresentados nesse trabalho sugerem que, de fato, há um incremento considerável no número de estudantes na universidade, seja em instituições privadas, via bolsas do ProUni e financiamento, seja em pólos de educação a distância geridos pela UAB ou em novos campi e instituições criadas pelo Reuni. Desse modo, é possível corroborar o argumento de Höfling (2001) de que há uma intencionalidade política que orienta a implantação de políticas públicas no âmbito do Estado, no âmbito da construção de projeto político desenvolvimento mais amplo desse Governo

Nesse sentido, com foco nas políticas públicas desenvolvidas no Governo Lula, iniciamos o nosso estudo quanto às concepções do REUNI, por meio da construção da trajetória do programa em nível federal, e as suas semelhanças com os pressupostos do Banco Mundial, e as reconfigurações da Educação Superior nos contornos da lógica neoliberal. E as contradições

Observa-se que o REUNI é a grande política do Governo Federal para a Educação Superior, traduzindo numa ampla dimensão e ao mesmo tempo acadêmico, político e estratégico. Contudo, os textos analisados trazem posições diferentes a respeito do REUNI. Alguns autores acreditam que a expansão trará benefícios às Universidades Federais, pois proporcionará maior alocação de recursos financeiros. Outro benefício citado foi a interiorização da rede de ensino superior, com a abertura de novos campi em cidades do interior.

Em contraposição aos benefícios citados, outros autores que acreditam que o REUNI tem um caráter frágil, por ter sido implementado através de um decreto, e sem o devido tempo para que as Universidades pudessem planejar uma expansão sólida, e que a expansão das vagas foi proposta sem a contratação suficiente de professores, e que as metas estipuladas pelo REUNI comprometerá o tripé ensino-pesquisa-extensão. Percebemos que não há um consenso quanto aos benefícios e prejuízos que o REUNI pode acarretar para a Educação Superior, e que as tensões se focam entre a expansão do acesso e a qualidade do ensino, e ainda quanto à permanência dos alunos.

As propostas apresentadas pelo REUNI não constituem uma ruptura na forma de se pensar a oferta da Educação Superior, mas sim a atualizações de políticas elaboradas pelo Banco Mundial, conforme citamos anteriormente, contendo uma concepção semelhante com o Projeto Universidade Nova, proposto inicialmente pela Universidade da Bahia, o UniNova, e, também, semelhanças com o Processo de Bolonha, que tem como objetivo construir um espaço comum da Educação Superior europeu.

Ao refinarmos a nossa análise para a implementação do REUNI na UFT, objeto do nosso estudo, percebemos que a trajetória de planejamento e implementação do programa é semelhante às trajetórias das demais universidades e que a sua adesão não é consenso dentro da instituição, com a presença de atores contra e favoráveis ao REUNI.

Na UFT, o REUNI está se concretizando a partir do Plano de Reestruturação, com as metas e propostas de expansão e reestruturação da Universidade. Em relação às metas de expansão foram criados novos cursos, nos três campi que aderiram ao programa, com ações voltadas para a assistência estudantil e redução da evasão. Na questão da reestruturação do ensino a Universidade adotou o Bacharelado Interdisciplinar, com a formação dividida em ciclos.

Ao analisarmos os dados relativos ao REUNI na UFT, podemos inferir que, de fato, houve uma expansão na Universidade, a criação de novas vagas contribuiu para um aumento do número de alunos e cursos ofertados na Instituição. A expansão proporcionada pelo programa possibilitou a consolidação dos campi no interior do Estado. Na capital, percebemos o aumento do número de alunos nos cursos noturnos e em cursos de licenciaturas.

No entanto, ao analisarmos os recursos disponibilizados para a expansão proposta, verificamos que a expansão porposta pelo REUNI foi realizada desconsiderando o déficit já existente na Universidade, assim como em outras universidades que já vinham tendo uma grande restrição orçamentária acumulada de anos atrás. Dessa forma a expansão pretendida deveria ter ocorrido em conjunto com a recuperação da estrutura já existente.

No intuito de conhecer as estratégias de incentivo à permanência dos alunos na Universidade, buscamos compreender como os alunos, que vivenciam a expansão promovida pelo REUNI, estão sendo recebidos dentro da Universidade, e qual a concepção destes quanto à democratização do acesso e a permanência. Os

resultados da pesquisa mostraram que, para a maioria dos estudantes, o REUNI promove a democratização do acesso, sendo esta entendida como simples ampliação do acesso, e, para alguns, o REUNI não é capaz de democratizar o acesso, quando tomado o conceito de inclusão social dos menos favorecidos e ainda da permanência dos alunos.

Concluindo esta análise, quanto ao perfil socioeconômico dos alunos do REUNI, salientamos que, no limitado período analisado, mas que refletia um momento de expansão no ensino superior na UFT, não se observou uma tendência francamente democratizante no sentido de inclusão social e de distribuição de qualidade acadêmica independente dos condicionantes sociais. Parece-nos que esse fato não deve ser negligenciado na discussão do processo de democratização.

Isso nos faz concluir que a expansão da UFT ainda não é suficiente para modificar o perfil de entrada da instituição em cursos semelhantes, até mesmo porque o programa ainda não foi finalizado. Mas, embora tenha enfrentado inúmeras dificuldades, alcançaram algum sucesso na inclusão social de estudantes de minorias sociais, como de estudantes oriundos de escolas públicas, que trabalham durante o dia e cursa o ensino superior noturno, o estudante que mora nas cidades do interior do Estado que hoje podem ter acesso a cursos de graduação sem precisar sair da sua cidade, até mesmo porque não teria condições de realizar tal mudança.

O estudo do perfil dos alunos permitiu destacarmos as limitações de uma expansão democrática na UFT em virtude de: a) predominância de condições socioeconômicas diferenciadas e quase inalteradas do público que frequenta o ensino superior na Universidade em determinados cursos, b) grave cisão no perfil social dos cursos selecionados, limitando a democratização pela perspectiva da escolha de cursos. Como vimos, os antecedentes escolares continuam determinando a trajetória do aluno no Ensino Superior.

Finalmente, ressaltamos que a avaliação do programa foi realizada com base no conceito de democratização adotado no nosso trabalho, e a partir do exposto, considero que a concepção de democratização contida no REUNI está focada mais no sentido de expansão do acesso à Educação Superior, e que, para que o programa possa contribuir para uma efetiva democratização da Educação Superior, serão necessárias políticas que atuem diretamente na permanência dos alunos e que estejam aliadas com a qualidade do ensino oferecido.

Contudo, ainda não é possível definirmos esse processo como um movimento de democratização do ensino superior público brasileiro. Sem um conjunto de outras políticas sociais que promovam condições igualitárias de acesso e permanência, principalmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, corre-se o risco de se reproduzir no âmbito do ensino superior as desigualdades observadas na sociedade brasileira.

As conclusões aqui obtidas e explanadas foram resultantes da metodologia adotada no nosso trabalho, para a consecução do objetivo do nosso estudo, que foi o de avaliar o REUNI e a sua implementação dentro da UFT. Dessa forma para que a pesquisa tivesse um caráter compreensivo e denso foi necessária à utilização da concepção de avaliação em profundidade a metodologia a ela concernente. Ressaltando assim, a importância de se avaliar políticas públicas compreendendo-as num contexto mais complexo, além de considerar o conjunto de indivíduos e organizações que são afetados pela ação do Estado num determinado espaço.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka. HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. v. 51, n. 04, out/dez 2000.

ALMEIDA, S. C. de. **O avanço da privatização na educação brasileira**: O ProUni como uma nova estratégia para transferência de recursos públicos para o setor privado. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

AMARAL, N. C. A reforma da Educação Superior do governo Lula: Autonomia relativa e financiamento. **Inter-Ação**: Revista Faculdade de Educação, Goiás, v. 30, n. 1, p. 11-35, jan./jun. 2005.

_____. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Sorocaba, v.13, n. 3, nov. 2008.

_____. Avaliação e Financiamento das IES: uma comparação FHC e LULA. In CISO - ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2009, Recife. **Anais...** Disponível em: < http://xivciso.kinghost.net/artigos/Artigo_1702.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

ARRUDA, A. L. B. de. Democratização da Educação Superior no Brasil: um debate atual. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AFIRSE, 5., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2009.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. 1995. Disponível em <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2010.

BAUER, M. W.; GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, Imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C. E. M.; VELOSO, T. C. M. A. Ensino noturno e expansão do acesso dos estudantes trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação Superior**: 10 anos após LDB. Brasília: INEP, 2008. p. 89-100.

BOURDIEU, Pierre. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD 2006**: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

_____. _____. **PNAD 2007**: Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio. Fundação IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2010.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação**: resumo técnico. 2006. Brasília, DF: INEP, 2008.

_____. Lei n.10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/index>>. Acesso em: 20 jan. 2011.

_____. Lei Nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art32>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Reforma da educação superior**: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. Documento II. Brasília, DF: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **REUNI: Diretrizes Gerais**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

_____. Presidência da República. Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm>. Acesso em: 05 ago. 2010.

CARVALHO, A. H. C. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 out. 2010.

CATANI, M. A. HEY, P. A., GILIOLI, P. S. R. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em 21 out. 2010.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26a Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003. Disponível em <<http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>>. Acesso em 19 de ago. 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI**: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

CORBUCCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-701, 2004.

CUNHA, L. A. Reforma universitária em crise: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, G. (Org). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado**. Educação & Sociedade. 100, vol. 28 – Número Especial, 2007, p 809-829.

DEUS, M. A. P. de. **Reforma da educação superior e gestão das universidades federais**: o planejamento institucional na Universidade Federal de Viçosa. Niterói: UFF, 2008.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez Editora, 2003. v. 1.

_____. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 21 nov. 2010.

DOURADO, F. L. Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12 out. 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

FRANCO, M. A C. Acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 12, p. 9-26, jul./dez. 1985.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Aval**, n. 1, v.1, jan./jun. 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado E Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, nov./2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003> Acesso em 08 fev.2010.

HOLANDA, Nilson. Cap. III. O que é avaliação. In:____. **Avaliação de programas, conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas e projetos**. São Paulo; Fortaleza: ABC, 2006.

LEJANO, Raul. **Fraweworks for Policy Analises. Maging Text and Context**. New York: Routledge, 2006.

LIMA, C.L., AZEVEDO, N. L. M. CATANI, M. A. O Processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Universidades federais e o Reuni: alterações nas funções da universidade pública brasileira. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.23, p.20-27,2009.

MANCIBO, Deise; MUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. In: **Educar em Revista**, n.28, jul/dez.2006.

MANCEBO, Deise; MUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. In: **Educar em Revista**, n.28, jul/dez.2006.

MANCEBO, D. Reforma da educação superior: o debate sobre a igualdade no acesso. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil**: 10 anos após LDB. Brasília: INEP. 2008. p. 55-70.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, L. V. S. **Democratização do acesso à educação superior pública no Distrito Federal**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

MICHELOTTO, Regina Maria. COELHO, Rúbia Helena. ZAINKO, Maria Amélia Coelho. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>>. Acesso em 14 mar 2010.

MINAYO. M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOEHLECKE, S.; CATANI, A. M. **Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior**: balanço e proposições. Série Documental. Textos para Discussão. Brasília: MEC/INEP, 2006.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L. F.; ROCHELE, F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da Educação Superior no Governo Lula**: Debate sobre ampliação e democratização do acesso. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

OLIVEIRA, R. P. de; CATANI, A. M. **Estudo da dimensão territorial do PPA: Estudos prospectivos setoriais e temáticos**. Brasília: CGEE, 2006. (Tema: Educação Superior; Nota Técnica).

OLIVEIRA, J. M. M. de. **Estudo das possibilidades de democratização do acesso ao ensino superior: o caso do Tocantins**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

RISTOFF, D. Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB: da expansão à privatização. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. (Org). **Educação superior no Brasil: 10 anos após LDB**. Brasília: INEP, 2008. p. 39-50.

RODRIGUES, Lea C. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. Pág. 55 – 73. CAOS – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, março 2011. Disponível em < www.cchla.ufpb.br/caos.> Acesso em 25 de ago. de 2011.

SAMPAIO, H.; LIMONGI, F.; TORRES, H. **Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro**. Brasília: INEP, 2001.

SANTANA, Ariana Souza de. A produção documental da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES) e as políticas de avaliação da educação superior brasileira. **Relatório final**. Programa Ensinar com Pesquisa. Universidade de São Paulo, EACH, ago. 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo Cortez, 2004.

SANTOS, Bruno Lima Patrício dos . **Educação em Revista**, Marília, v.10, n.1, p.29-44, jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/642/525>. Acesso em: 20 de ago de 2011.

SGUISSARDI, V. **O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspectivas**. Avaliação, Campinas, v. 5, n. 2(16), p. 7-25, 2000.

SILVA E SILVA. Maria Ozanira. **Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conceito teórico e metodológico da pesquisa avaliativa**. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira (org). **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos metodológicos**. São Paulo. Veras Editora, 2008.

SOUSA, J. V.; ARAÚJO, J. G. A Educação superior no Distrito Federal: 1991 - 2004. In: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação superior brasileira**: 1991 - 2004. Brasília, DF, 2006. p. 21-94.

SOUZA, J. A. de. **Políticas de acesso à Educação Superior**: Flexibilização e democratização do ingresso na Universidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

TEIXEIRA, G. **Metodologia da pesquisa**: instrumentos de coleta de dados em pesquisas educacionais. 2005. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1284>>. Acesso em: 09 set. 2009.

TONEGUTTI, A. C., MARTIZEZ M. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da universidade pública**. Disponível em <http://www.quimica.ufpr.br/toneguti/Artigos/Artigo_REUNI_v_04092007.pdf>. Acesso em 12 set 2009.

TRINDADE, Hégio. A avaliação institucional das universidades brasileiras: resistência e construção. **Avaliação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-14, jul. 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto REUNI da Universidade Federal do Tocantins**, 2008b. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/reuni/>>. Acesso em 13 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2004-2008 da Universidade federal do Tocantins**, 2009. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_detail/s/gid,2887/>. Acesso em 12 set. 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

QUESTIONÁRIOS PARA ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Caro (a) aluno (a),
Este questionário integra uma pesquisa sobre a democratização do acesso à Educação Superior pública no Estado do Tocantins, junto aos estudantes da Universidade Federal do Tocantins. A pesquisa faz parte de minha dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. O questionário é simples e fácil de ser respondido. Suas respostas serão tratadas estatisticamente e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante.

Curso: _____ Período: _____

1- Idade: _____ anos

2- Sexo:

1 ☐ Feminino

2 ☐ Masculino

3- Qual a sua etnia? _____

3- Naturalidade(Estado e Município): _____

3.1 Se natural de outro estado, desde quando reside no Tocantins?

4- Qual a escolaridade da sua mãe?

1 ☐ Sem escolaridade

2 ☐ Ensino fundamental incompleto

3 ☐ Ensino fundamental completo

4 ☐ Ensino médio incompleto

5 ☐ Ensino médio completo

6 ☐ Ensino superior incompleto

7 ☐ Ensino superior completo

8 ☐ Pós-Graduação

5- Qual a escolaridade do seu pai?

- 1 ☐ Sem escolaridade
- 2 ☐ Ensino fundamental incompleto
- 3 ☐ Ensino fundamental completo
- 4 ☐ Ensino médio incompleto
- 5 ☐ Ensino médio completo
- 6 ☐ Ensino superior incompleto
- 7 ☐ Ensino superior completo
- 8 ☐ Pós-Graduação

6- Somando a renda bruta de todas as pessoas do seu domicílio, incluindo você, que recebem algum tipo de renda (de trabalho, aposentadoria, pensão, benefício, bolsa etc.) qual é o total aproximado por mês?

Obs.: Utilize como base o salário mínimo (SM) federal de R\$ 465,00.

- 1 ☐ Até 1 SM
- 2 ☐ Acima de 1 até 3 SM
- 3 ☐ Acima de 3 até 5 SM
- 4 ☐ Acima de 5 até 7 SM
- 5 ☐ Entre de 10 e 20 SM
- 6 ☐ Entre 20 e 30 SM
- 7 ☐ Acima de 30 SM

7- Quantas pessoas moram em seu domicílio?

- 1 ☐ uma
- 2 ☐ duas
- 3 ☐ três
- 4 ☐ quatro
- 5 ☐ cinco
- 6 ☐ seis
- 7 ☐ sete
- 8 ☐ oito
- 9 ☐ de nove a doze
- 10 ☐ mais de doze

8- Em que ano você ingressou na UFT?

Em _____

Em que semestre?

- 1 ☐ no 1º semestre

2 ☐ no 2 ° semestre

9- Você tem vínculo empregatício?

1 ☐ não (passe para a questão 9)

2 ☐ sim, eu trabalho

menos de 10 h

mais de 10 h até 20 h

mais de 20 h até 30 h

☐ mais de 30 h até 40 h

☐ mais de 40 h

10- Como você autodeclara sua cor?

1 ☐ preta

2 ☐ parda

3 ☐ branca

4 ☐ amarela

11- Onde você cursou o ensino médio?

1 ☐ Maior parte em escola pública

2 ☐ Todo em escola pública

3 ☐ Maior parte em escola particular

4 ☐ Todo em escola particular

12- Você frequentou algum curso pré-vestibular (integral ou parcial, geral ou de matérias isoladas) além do Ensino Médio (segundo grau)?

1 ☐ não

2 ☐ sim, pré-vestibular privado

3 ☐ sim, pré-vestibular privado com bolsa

4 ☐ sim, pré-vestibular comunitário ou popular.

5 ☐ sim, pré-vestibular filantrópico. indígena

13- Antes de se inscrever na UFT, você participou de outro vestibular?

1 ☐ Não, nunca prestei vestibular.

2 ☐ Sim, prestei um vestibular para instituição privada.

3 ☐ Sim, prestei vestibular mais de uma vez para faculdade (s) privada (s).

4 ☐ Sim, prestei um vestibular para UFT.

5 ☐ Sim, prestei vestibular mais de uma vez para a UFT.

14- Que fatores influenciaram na escolha do seu curso? (Marque as alternativas que se aplicarem)

1 ☐ Área de atuação profissional dos meus pais

2 ☐ Professores que tive

3 ☐ Amigos

4 ☐ Relação candidato/vaga no vestibular

5 ☐ Localização do campus

- 6 ☐ Perspectiva profissional
- 7 ☐ Nota de corte
- 8 ☐ Bonificação na nota para quem fez escola pública
- 9 ☐ Gratuidade do ensino
- 10 ☐ Outro fator. Qual? _____

15- Você está satisfeito com a escolha do seu curso?

- 1 ☐ sim (passe para a questão 16)
- 2 ☐ não (passe para a questão 15.1)
- 3 ☐ talvez (passe para a questão 15.1)

15.1- Qual curso gostaria de cursar?

16- Você acha que foi beneficiado com o processo seletivo da UFT? foi beneficiado por algum mecanismo no processo seletivo da UFT?

- 1 ☐ sim (passe para a questão 14.1)
- 2 ☐ não
- 3 ☐ em parte

16.1- Qual mecanismo mais o beneficiou?

- 1 ☐ sistema de cotas
- 2 ☐ isenção do vestibular
- 3 ☐ nota de corte
- 4 ☐ relação candidato/vaga

17- Você beneficiário de algum mecanismo de assistência estudantil da UFT?

- 1 ☐ Sim (passe para a questão 15.1)
- 2 ☐ Não

Quais têm sido as suas maiores dificuldades para cursar o ensino superior?

- 1 ☐ Oferta de disciplinas em horários inadequados e/ou distante das minhas necessidades de tempo
- 2 ☐ Grau de dificuldades dos conteúdos trabalhados nas disciplinas.
- 3 ☐ Custos com deslocamento, alimentação e/ou aquisição de material.
- 4 ☐ Oferta de disciplinas em horários inadequados e/ou distante das minhas necessidades de tempo.
- 4 ☐ Cansaço decorrente da carga horária acumulada com trabalho e estudo.
- 4 ☐ Dificuldades de relacionamento com professores e/ou colegas.
- 4 ☐ Falta de infraestrutura da universidade para atender as nossas necessidades.

7- Dependências da Universidade e condições de uso. Na coluna utilização indicar a categoria de utilização das dependências:

Sala de aula

☐ adequada ☐ inadequada

Biblioteca ou sala de leitura

☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

Sala de professores

☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

Laboratório

☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

8- Você conhece o Programa REUNI?

☐ Sim Não

9 – Se conhece, de que forma tomou conhecimento?

10- Quais ações você identifica na UFT relacionadas ao REUNI? (Descreva-as):

- 1 -

- 2-

- 3 -

11- Em sua opinião a Universidade tem desenvolvido estratégias de democratização do acesso ao ensino no Estado do Tocantins?

12- Em sua visão quais têm sido as dificuldades e/ ou desafios para democratizar o acesso?

13- O que você acha da atual infraestrutura e os recursos humanos existentes na Universidade?

14- Como você vê a participação da UFT no Estado do Tocantins?

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

QUESTIONÁRIOS PARA PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Caro (a) Professor (a),

Este questionário integra uma pesquisa junto aos professores, estudantes e técnicos administrativos da Universidade Federal do Tocantins, sobre o Programa REUNI e a democratização do acesso à Educação Superior pública no Estado do Tocantins. A pesquisa faz parte de minha dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC. O questionário é simples e fácil de ser respondido. Suas respostas serão tratadas estatisticamente e você não será identificado. Sua colaboração é muito importante.

DADOS GERAIS:

1- Idade _____ Sexo: _____

3- Naturalidade(Estado e Município): _____

3.1 Se natural de outro estado, desde quando reside no Tocantins?

1- Departamento onde é lotado: _____

2- Curso: _____ 3 - Ano de ingresso: _____

3- Campus _____

4- Formação: _____

4- Categoria:

1 ☐ Adjunto

2 ☐ Assistente

3 ☐ Auxiliar

5- Regime de Trabalho:

1 ☐ Dedicação Exclusiva

2 ☐ Tempo Integral sem dedicação exclusiva

3 ☐ Tempo Parcial

9- Realiza alguma atividade de pesquisa, projeto e extensão?

7- Você participou de alguma atividade de qualificação, como pós-graduação, nos últimos dois anos?

☐ sim.

☐ não. (passe para a questão 8.)

7.1 Se você participou de atividades de qualificação, diga em que medida tais atividades foram úteis para a melhoria de sua prática em sala de aula?

- ☐ Sim, muito.
- ☐ Sim, pouco.
- ☐ Não contribuiu.

8- Ao todo, quantas horas-aula você ministra por semana? (não considere aulas particulares.)

- ☐ Até 10 horas-aula.
- ☐ De 10 a 20 horas-aula.
- ☐ De 20 a 30 horas-aula.
- ☐ De 30 a 40 horas-aula.
- ☐ Mais de 40 horas-aula

9- Quantas horas por semana você dedica ao planejamento das aulas?

- ☐ Até 4 horas semanais.
- ☐ De 4 a 8 horas semanais.
- ☐ 8 horas ou mais.

9- Quantas horas por semana você dedica às atividades de orientação aos alunos?

- ☐ Até 4 horas semanais.
- ☐ De 4 a 8 horas semanais.
- ☐ 8 horas ou mais.

9- Quantas horas por semana você às atividades de pesquisa?

- ☐ Até 4 horas semanais.
- ☐ De 4 a 8 horas semanais.
- ☐ 8 horas ou mais.

10- Dependências da Universidade e condições de uso. Na coluna utilização indicar a categoria de utilização das dependências:

Sala de aula

- ☐ adequada ☐ inadequada

Biblioteca ou sala de leitura

- ☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

Sala de professores

- ☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

Laboratório

- ☐ adequada ☐ inadequada ☐ não tem

11- Você conhece o Programa REUNI?

☐ Sim

☐ Não

12 – Se conhece, de que forma tomou conhecimento?

13- Quais ações você identifica na UFT relacionadas ao REUNI? (Descreva-as):

- 1 - _____
- 2- _____
- 3 - _____

14- Em sua opinião a Universidade tem desenvolvido estratégias de democratização do acesso ao ensino no Estado do Tocantins? Quais?

15- Em sua visão quais têm sido as dificuldades e/ ou desafios para democratizar o acesso?

16- O que você acha da atual infraestrutura e os recursos humanos existentes na Universidade?

17- Como você vê a participação da UFT no Estado do Tocantins?

APÊNDICE C: GUIA DE ENTREVISTAS

- Balanço da Educação Superior pública e gratuita Brasil, avanços e obstáculos;
- A participação da Universidade Federal do Tocantins no Estado;
- Mecanismos de democratização da Educação no Estado e a UFT;
- Avaliação do REUNI como proposta de democratizar o acesso ao Ensino Superior público e gratuito;
- Avaliação do processo de planejamento e implantação do REUNI na UFT;
- Relação entre o REUNI e: Autonomia das Universidades; Democracia e Financiamento; Trabalho dos docentes e permanência e qualidade do ensino.